



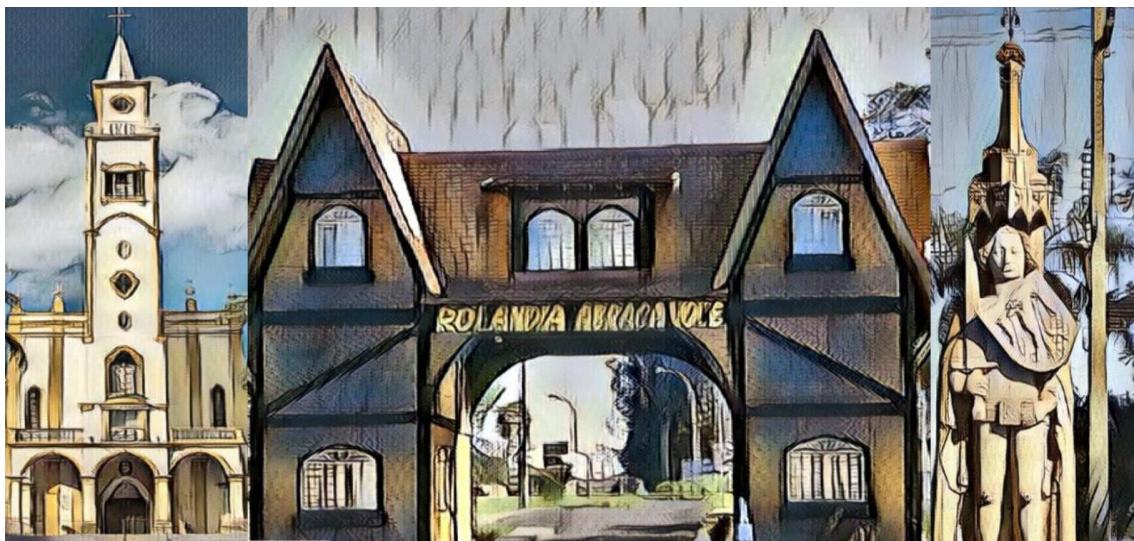
Universidade  
Estadual de Londrina



**VIVENDO COM AQUILO QUE ESTÁ EM SEU ALCANCE!**

SEGREGAÇÕES SOCIOESPACIAL E RACIAL EM CONJUNTOS

HABITACIONAIS NA CIDADE DE ROLÂNDIA/PR



RAFAEL DE SOUZA MAXIMIANO

**VIVENDO COM AQUILO QUE ESTÁ EM SEU ALCANCE!  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL EM  
CONJUNTOS HABITACIONAIS NA CIDADE DE  
ROLÂNDIA/PR**

Dissertação de mestrado apresentada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(mestrado/doutorado) da Universidade Estadual  
de Londrina - UEL, como requisito parcial para a  
obtenção do título de mestre em Geografia. .

Orientadora: Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

R136v Maximiano, Rafael de Souza .

VIVENDO COM AQUILO QUE ESTÁ AO SEU ALCANCE! SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL EM CONJUNTOS HABITACIONAIS NA CIDADE DE ROLÂNDIA/PR / Rafael de Souza Maximiano. - Londrina, 2023.  
112 f. : ii.

Orientador: Léia Aparecida Veiga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. segregação socioespacial - Tese. 2. segregação racial - Tese. 3. conjuntos habitacionais - Tese. 4. equipamentos urbanos - Tese. I. Aparecida Veiga, Léia . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

RAFAEL DE SOUZA MAXIMIANO

**VIVENDO COM AQUILO QUE ESTÁ EM SEU ALCANCE!  
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL EM  
CONJUNTOS HABITACIONAIS NA CIDADE DE  
ROLÂNDIA/PR**

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Orientadora Dra Léia Aparecida Veiga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Jeani Delgado Paschoal Moura  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Mariana Panta  
Universidade de Brasília - UnB

---

Prof. Dr. Wagner Vinicius Amorim  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Londrina, 16 de março de 2023.

*Dedico à minha família!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que sempre me apoiou em todos os momentos, desde o início da minha graduação onde fizeram inúmeros sacrifícios por mim, para que eu chegassem até aqui. Essa conquista também é de vocês!

À minha orientadora, Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga, pela orientação nesses dois anos. Agradeço por todos os ensinamentos, atenção, cuidado com as palavras e paciência. Muito obrigado pelo apoio nos momentos difíceis nos quais achei que não daria conta.

À Profa. Dra. Mariana Aparecida dos Santos Panta, da UNB, por ter aceitado participar da minha banca e pelas contribuições realizadas durante o processo de escrita da dissertação, seu conhecimento acerca da questão racial no Brasil contribuiu no meu olhar para os segregados dos conjuntos habitacionais estudados na pesquisa.

À Profa. Dra. Jeani Delgado Paschoal, da UEL, por também ter aceitado participar da minha banca. Seus conhecimentos contribuem para minha formação desde os tempos de graduação, onde fui seu aluno na licenciatura. Sua experiência e falas contribuíram para que os moradores dos conjuntos fossem potencializados em suas falas durante a pesquisa. Que você continue formando ótimos profissionais na Geografia!

Ao prof. Dr. Wagner Vinícius Amorin, da UECE, que aceitou compor a banca de defesa. Professor suas contribuições serão muito importantes para a finalização desta pesquisa!

À equipe da Secretaria de Assistência Social da cidade de Rolândia-PR, que contribuíram nesta pesquisa, com suas experiências profissionais, vivências, dados disponibilizados, por todo o tempo disponível dedicado em me auxiliar. Ao entrevistar essas pessoas amadureci meu senso crítico e voltei meu olhar para um estudo que representou tudo aquilo que eu acredito.

À minha amiga Jéssica Siqueira, que contribuiu na elaboração de mapas e gráficos que foram utilizados nessa pesquisa e por todo o apoio durante o processo de produção da dissertação.

À minha amiga Caroline Berger, que durante dois anos me acompanhou no mestrado, seja durante as aulas, reuniões e conversas que me ajudaram na construção da dissertação.

À minha namorada Kaliane, que sempre me incentivou, cansou de ouvir minhas reclamações e foi minha companheira de campo na realização de algumas entrevistas. Você sempre acreditou em mim e sou muito feliz por compartilhar esse momento da minha vida com você.

Quero também agradecer aos meus amigos que me acompanham em todas as minhas conquistas profissionais e nunca deixaram de acreditar no meu potencial. Vejo o quanto crescemos juntos e que posso contar com vocês.

À Universidade Estadual de Londrina – UEL, uma instituição de ensino público que conta com profissionais de extrema competência e que desde a graduação, contribuíram para minha formação como profissional da área. Foi na UEL que me graduei, fiz uma especialização em Ensino de Geografia e agora me torno mestre.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que durante os dois anos de produção dessa dissertação, por meio da bolsa, contribuiu grandiosamente para a produção.

O jovem negro que em 2014 sonhava em ser professor se tornou um, e no ano de 2023, o primeiro graduado em uma instituição pública na família, se tornou o primeiro mestre também!

MAXIMIANO, Rafael de Souza. **Vivendo com aquilo que está ao seu alcance!** Segregação socioespacial e racial em conjuntos habitacionais na cidade de Rolândia/Pr. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado), Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, 2023.

## RESUMO

Essa dissertação tem como problema central a segregação socioespacial e racial que afeta a vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Objetivou-se analisar o processo de segregação a partir das políticas de acesso a moradia e da vivência dos moradores dos conjuntos habitacionais localizados em áreas de ZEIS, na cidade de Rolândia – PR. Para a construção da pesquisa foram levantados documentos oficiais, leis, artigos e outras dissertações, com o intuito de embasar toda a produção acerca da segregação socioespacial e racial que viria ser construída no decorrer dos capítulos. Além da discussão teórica, essa pesquisa tem como base as entrevistas qualitativas, realizadas com famílias negras dos conjuntos José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani, todos pertencentes a políticas de habitação e ao Programa Minha Casa Minha Vida, afim de enriquecer o debate da questão racial e poder potencializar a fala das famílias negras que muitas vezes são invisibilizadas. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram os problemas enfrentados pela população dos conjuntos habitacionais, sendo eles relacionados ao acesso dos equipamentos urbanos da cidade de Rolândia-PR e na questão do racismo que alvejam parte dos moradores. Conclui-se que essas famílias encontram-se até segregadas e essa segregação, de forma particular, afeta a vida dos moradores em várias escalas. Esses moradores que, mesmo contemplados com a moradia do PMCMV, não tem acesso aos equipamentos urbanos, e vivem com aquilo que está ao seu alcance.

**Palavras-chave:** segregação socioespacial; segregação racial; conjuntos habitacionais; equipamentos urbanos; Rolândia.

MAXIMIANO, Rafael de Souza. **Living with what is within your reach!** Socio-spatial and racial segregation in housing complexes in the city of Rolândia/Pr. 2023. 112 f. Dissertation (Master's in Geography). Postgraduate Program in Geography, Center for Exact Sciences, State University of Londrina, 2023.

## ABSTRACT

This dissertation has as its central problem the socio-spatial and racial segregation that affects the lives of thousands of people in Brazil and in the world. The objective was to analyze the process of segregation from the policies of access to housing and the experience of residents of housing complexes located in areas of ZEIS, in the city of Rolândia - PR. For the construction of the research, official documents, laws, articles and other dissertations were raised, with the intention of supporting the whole theory about socio-spatial and racial segregation that would be built in the course of the chapters. In addition to the theoretical discussion, this research is based on qualitative interviews, carried out with black families from the José Perazolo, Ernesto Franceschini and Tomie Nagatani complexes, all belonging to housing policies and the Minha Casa Minha Vida Program, in order to enrich the debate on the issue. racial and power to enhance the speech of black families who are often made invisible. The results of this research showed the problems faced by the population of housing complexes, which are related to access to urban facilities in the city of Rolândia-PR and the issue of racism that target part of the residents. It is concluded that these families are even segregated and this segregation, in a particular way, affects the lives of residents on various scales. Those residents who, even contemplated with PMCMV housing, do not have access to urban equipment, and live with what is within their reach.

**Keywords:** socio-spatial segregation; racial segregation; housing estates; urban equipment; Roland.

# PRÓLOGO

Essa pesquisa diz muito sobre o que acredito e com quem eu me importo e sobre os meus...

## Para minha vó Hercília

Criar um filho não é uma missão fácil, não é mesmo? Agora imagine uma mãe solteira e negra criar três crianças nos anos 80, sendo professora! Pois é, essa foi a realidade vivida pela minha avó materna, Hercília.

Assim como inúmeras famílias no Brasil, minha mãe, Michele, cresceu sem a presença paterna, pois meu avô abandonou a família quando ela tinha 5 anos de idade. Só depois de adulto eu tive a curiosidade de conhecer mais sobre a história da minha avó e percebi que ela sempre esteve ali, disposta para contar seus causos de sala de aula quando ainda ministrava no Ensino Fundamental I ou para contar como ela se virava com as contas e demais dificuldades.

Uma vez perguntei: Vó, a senhora ficou muito mal quando o Vô foi embora? E ela me respondeu com a maior naturalidade do mundo: eu não tinha tempo para chorar não “fio”, a vó tinha roupa pra lavar e criança pra cuidar. Confesso que ela me quebrou com essas palavras.

Minha avó sentia na pele todas as dificuldades de ser uma mãe solo, mas não tinha ideia do que era ser uma segregada ou o que significava segregação socioespacial, ela só sabia que morava no bairro Parigot de Souza, e que ao se mudar, havia se deparado com um bairro recém-criado que não tinha asfalto e equipamentos urbanos próximos. Mas pelo menos ele tinha o cantinho dela, assim pensava.

Assim como minha avó, muitos/as brasileiros/as pensam da mesma maneira. A segregação é sentida, vivenciada, mas a pessoa que reside no bairro periférico só pensa no dia de amanhã, na próxima refeição que precisa colocar na mesa.

## Para meu pai Sidney, minha Mãe Michele e minha irmã Ana Clara

Minha mãe me disse uma vez, “quem casa, quer casa”, e essa frase ficou marcada na minha cabeça. Sempre que pensava no futuro onde estava casado e realizado profissionalmente, logo vinha a mente a minha casa.

Desde pequeno somos criados ouvindo que é necessário crescer, casar, comprar uma casa e ter filhos, para que esse ciclo seja repedido por outras pessoas. Mas nem sempre é assim que acontece!

Meus pais Sidney e Michele, não seguiram essa ordem que falei anteriormente. Primeiro veio o filho, no caso eu, seguido do casamento e depois de muitos anos eles conseguiram comprar uma casa.

Estava com 13 anos quando meus pais conseguiram comprar a casa em que moramos hoje. Nessa idade eu não tinha entendimento do que era poder comprar uma casa, pois como qualquer criança eu só pensava em futebol ou jogar videogame. Lembro-me da felicidade dos meus pais no dia em que fizemos a mudança, eles estavam na correria para colocar as coisas no lugar e eu só queria arrumar meu quarto e a TV, para poder assistir a final da Copa do Mundo de 2010 entre Espanha e Holanda.

Mas como meus pais conseguiram dinheiro para comprar uma casa? Eu me perguntava, porque sabia que uma casa era muito cara. Então meu pai na época explicou que havia conseguido financiar uma casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e que depois de muitas orações com minha mãe, eles conseguiram vender uma data (lote urbano) para dar de entrada e que já estava tudo certo com a “papelada” para construírem nossa casa.

Eu me lembro da alegria do meu pai, ele ia toda semana à obra acompanhar o andamento da construção e conseguiu fazer um acordo com o empreiteiro, para que ele mesmo pudesse pintar nossa casa, já que ele é pintor.

Esses detalhes não eram tão importantes para uma criança de 13 anos, mas hoje consigo perceber a grandiosidade para meus pais e como a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida mudou a vida dos meus pais.

### **Para meus finados avós Argemiro e Andrelina**

Hoje quando pensamos em estruturar uma família, dificilmente ela terá mais do que 2 filhos, sendo que a média de filhos por casal no Brasil não ultrapassa 1,5. Há vários motivos para as famílias não serem mais numerosas como antigamente, dentre eles podemos citar o acesso a métodos contraceptivos, uma maior instrução quanto à prevenção de uma gravidez não desejada ou até mesmo a questão financeira, pois ter filhos significa ter gastos.

Meus avós tiveram 7 filhos, sendo 5 meninas e 2 meninos, dentre eles o meu pai Sidney. Eles trabalharam a vida inteira e conseguiram criar seus filhos ensinando o quanto prezar pela família era importante. E isso aconteceu até o último dia de suas vidas.

Seus filhos foram todos criados na zona rural, pois a renda da família era oriunda do trabalho assalariado na cafeicultura. Deste modo, todos os filhos eram ligados ao trabalho no campo desde pequenos, sendo que alguns deles, como é o caso do meu pai, teve que abandonar o Ensino Fundamental para trabalhar aos 8 anos de idade.

Porém um fenômeno climático (somado as políticas em curso no Estado do Paraná desde a década de 1960) mudou a vida dos meus avós (e de inúmeras outras famílias que viviam no campo até a década de 1970), fazendo com que eles saíssem do município de Prado Ferreira, a Geada Negra de 1975! Meu pai conta que acordou um dia e a plantação de café estava preta, como se alguém tivesse ateado fogo no meio da plantação, e quando se aproximou, viu que a geada havia acabado com tudo.

Quando meus avôs chegaram a Rolândia em 1989, eles ainda possuíam uma reserva de dinheiro no banco, um terreno herdado dos meus bisavôs e dois carros. Porém no ano de 1990, o presidente da época, Fernando Collor de Melo, confiscou as poupanças da população como um meio de conter a inflação, buscando uma saída para a crise que atingia o país. Com essa medida, meus avôs assim como muitos brasileiros foram obrigados a vender o que tinham para sobreviver, pois não era possível sacar o que tinham no banco. E mais tarde viriam saber que jamais teriam seu dinheiro de volta.

O dinheiro obtido com a venda do terreno e dos carros foi utilizado para a sobrevivência dos meus avós, tios, tias e pai. Posso dizer que eles deram um jeito na situação, assim como muitos brasileiros imersos em dívidas fazem todos os dias, seja para comprar a mistura (proteína) do dia, pagar a conta de luz atrasada, o aluguel, ou até mesmo a parcela da casa financiada em um programa do Governo Federal como o Programa Minha Casa Minha Vida.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Região Metropolitana de Londrina	21
Figura 2	Localização dos conjuntos habitacionais na área urbana de Rolândia	23
Figura 3	Modelos de segregação de Burgess e Kohl, 1841 e 1924	49
Figura 4	Modelo de segregação de Hoyt, 1939	50
Figura 5	Representação racial do Brasil 2018	60
Figura 6	Porções de terras adquiridas pela CTNP e comercializadas junto a ex colonos oriundos principalmente de São Paulo	65
Figura 7	Estação ferroviária inaugurada em 25/01/1936	65
Figura 8	Nomes dos imigrantes japoneses	67
Figura 9	Antigo Hotel Rolândia	68
Figura 10	Mapas com divisões das Glebas de Rolândia	69
Figura 11	Perímetro Urbano e Área Rural do Município de Rolândia – PR	71
Figura 12	Evolução da malha urbana de Rolândia, via férrea e rodovias.	73
Figura 13	Mapa da expansão urbana da cidade de Rolândia – PR	75
Figura 14	Comparativo entre os perímetros urbanos de 2007 e 2014 da cidade de Rolândia – PR	77
Figura 15	Características do perímetro urbano vigente da cidade de Rolândia	78
Figura 16	Representação da área de ZEIS na cidade de Rolândia – PR (2011)	80
Figura 17	Representação da área de ZEIS na cidade de Rolândia – PR (2021)	80
Figura 18	Representação de distâncias de equipamentos urbanos em relação ao conjunto Tomie Nagatani	90
Figura 19	Trajeto realizado para ter acesso a UBS do Jardim Nobre	92
Figura 20	Representação da área de atendimento do transporte público de Rolândia-PR em 2018	93
Figura 21	Representação das observações e reivindicações da mobilidade pela população	95
Figura 22	Trajeto realizado do Conjunto Habitacional Perazolo até a Dori Alimentos	96
Figura 23	Obra da Creche do Perazolo	97
Figura 24	Bairros contemplados pelo saneamento básico na cidade de Rolândia – PR	99

Figura 25	Campo de futebol construído pelos moradores	<b>103</b>
Figura 26	Pista de skate e quadra do Conjunto Tomie Nagatani	<b>104</b>
Figura 27	Trajeto do Conjunto Habitacional José Perazolo até o CRAS Luiz Picinin	<b>105</b>
Figura 28	Obra inacabada do CRAS do Conjunto Habitacional Tomie Nagatani	<b>106</b>

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Procedimentos metodológicos da pesquisa .....	27
Quadro 2.. Produção das habitações construídas pelo IAPs e pela FCP .....	39
Quadro 3. Expansão urbana do distrito sede de Rolândia – PR por décadas.....	72

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Novos valores para a 3º fase do PMCMV, 2016 ..... 43

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Número de moradias por conjunto habitacional.....	71
<b>Gráfico 2</b> – Número de pessoas por conjunto habitacional.....	72
<b>Gráfico 3</b> – Faixa de renda per capita.....	73
<b>Gráfico 4</b> – Faixa de renda familiar geral.....	73
<b>Gráfico 5</b> – Famílias que recebem ou não algum auxílio do governo.....	75
<b>Gráfico 6</b> - Etnia por chefe de família no Conjunto Habitacional José Perazolo.....	77
<b>Gráfico 7</b> – Etnia por chefe de família no Conjunto Habitacional Ernesto Franceschini.....	78
<b>Gráfico 8</b> - Etnia por chefe de família no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani....	78
<b>Gráfico 9</b> – Etnia por chefe mulher família no Conjunto Habitacional José Perazolo.....	80
<b>Gráfico 10</b> –Etnia por chefe mulher família no Conjunto Habitacional Ernesto Franceschini.....	81
<b>Gráfico 11</b> – Etnia por chefe mulher família no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani.....	81

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- BNH - Banco Nacional de Habitação
- CAP - Caixa de Aposentadoria e Pensão
- CEF - Caixa Econômica Federal
- FCP - Fundação Casa Popular
- FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA - Pesquisa Econômica Aplicada
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
- PCVA -Programa Casa Verde e Amarela
- PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua
- PNH - Política Nacional de Habitação
- ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

# Sumário

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>22</b>
1. O ESPAÇO URBANO E SEUS AGENTES PRODUTORES	30
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPAÇO GEOGRÁFICO	30
1.2 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO	31
1.3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL	37
1.3.1 O Programa Minha Casa Minha Vida	42
<b>2. PROPRIEDADE E NEGRITUDE: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL NO BRASIL</b>	<b>45</b>
2.1 DEFINIÇÕES DE SEGREGAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MODELOS	45
2.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	52
2.3 SEGREGAÇÃO RACIAL COMO PONTO CHAVE PARA ENTENDER A ESTRUTURA DE UM PAÍS	54
<b>3. REFLEXOES SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ÁREAS DE ZEIS NA CIDADE DE ROLÂNDIA</b>	<b>61</b>
3.1 A CONSTRUÇÃO DE ROLÂNDIA NO NORTE DO PARANÁ	61
3.2 O PROCESSO DA EXPANSÃO URBANA DE ROLÂNDIA – PR	71
3.3 Os conjuntos habitacionais faixa 1 do PMCMV: José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani	78
3.4.1 O Acesso aos Serviços Públicos	88
3.4.2 Violência, tráfico e a ação da polícia	99
3.4.3 As Demandas	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
<b>REFERENCIAS</b>	<b>108</b>

## INTRODUÇÃO

A crise financeira que atingiu os Estados Unidos em 2008 gerou uma preocupação sobre o que ia acontecer com a oferta de crédito no Brasil. Num primeiro momento, o governo Lula da Silva reforçou a oferta de crédito imobiliário nos bancos públicos e, em março do mesmo ano, anunciou a criação do Programa Minha Casa Minha Vida.

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi criado em 2009 como política pública com objetivo de facilitar o acesso à moradia no Brasil, principalmente dos trabalhadores sem poder aquisitivo. O programa garantia subsídio para a compra da casa própria, inclusive para as famílias de baixa renda com juros menores no financiamento do imóvel para famílias com renda mensal até R\$ 9.000 (CASTELO, 2019).

Até 2019 havia sido entregues 4,3 milhões de imóveis distribuídos em todo o país, sendo que existia um contrato no qual deveriam ser construídas 5,7 milhões de casas (CASTELO, 2019). Conforme a autora supracitada, a meta inicial era a construção de um milhão de moradias para famílias com renda até 10 salários mínimos e os objetivos do programa eram reduzir o déficit habitacional e combater o desemprego, aumentando os investimentos na construção civil para garantir geração de emprego e “diminuir os impactos da crise mundial.”

Os programas habitacionais de interesse social no Brasil estão correlacionados de maneira direta com as políticas desenvolvidas para planejamento e gestão do solo urbano, com isso, quando esse planejamento não acontece de maneira eficiente ocasiona problemas principalmente para a classe de menor ou sem poder aquisitivo, que sem acesso a terra urbana, acabam ocupando áreas impróprias para moradia.

Em relação ao histórico das políticas de regulamentação do acesso à terra, Ferreira (2005) afirma que elas foram desenvolvidas para não afetar o poder das elites. Para este autor o Estado é um dos grandes agentes segregadores, pois através da produção de obras urbanizadoras convencionais e também por meio de instituições de instrumentos tributários reguladores do uso e ocupação do solo o Estado reproduz segregação socioespacial. Um exemplo é o zoneamento do solo nas cidades brasileiras, como a execução de áreas que não possuem outra função além da

habitação de alta renda, sendo esta uma ferramenta que valoriza o solo urbano e que também segregá grupos sociais. De maneira mais ampla, percebe-se que apenas a população de alta renda pode custear os terrenos mais bem localizados e equipados, restando a população de baixa renda os terrenos mais distantes do centro e dos equipamentos urbanos.

Todavia, na maioria das situações em que a população de baixa renda está melhor localizada, a mesma encontra-se situada onde a ocupação é proibida, a exemplo das áreas de proteção ambiental. Com isso, a possibilidade de moradia está condicionada a renda mensal, existindo nessa situação uma distribuição de vantagem e desvantagem da cidade para grupos de maior de menor poder aquisitivo.

No Brasil, a realidade não é diferente daquele discutida por Capel (1974), que ao abordar o espaço urbano espanhol e os agentes produtores do espaço, sinalizou para as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador que recebe salário mínimo para ter acesso a casa própria. O trabalhador brasileiro que vive do piso salarial nacional consegue alimentar sua família, porém, dificilmente poderá adquirir uma moradia por meio de compra de um imóvel sem que exista algum tipo de financiamento, mesmo que os “[...] créditos obtidos pela compra da casa cause o endividamento da classe trabalhadora, e isso a obriga a trabalhar horas extras, o que claramente beneficia as empresas” (CAPEL, 1974, p. 49 – tradução nossa).

Rolnik e Nakano (2009), nos chamam a atenção para existência de uma grande demanda por moradia no país, composta de trabalhadores que recebem no máximo até 3 salários mínimos, o que torna a habitação de interesse social fundamental.

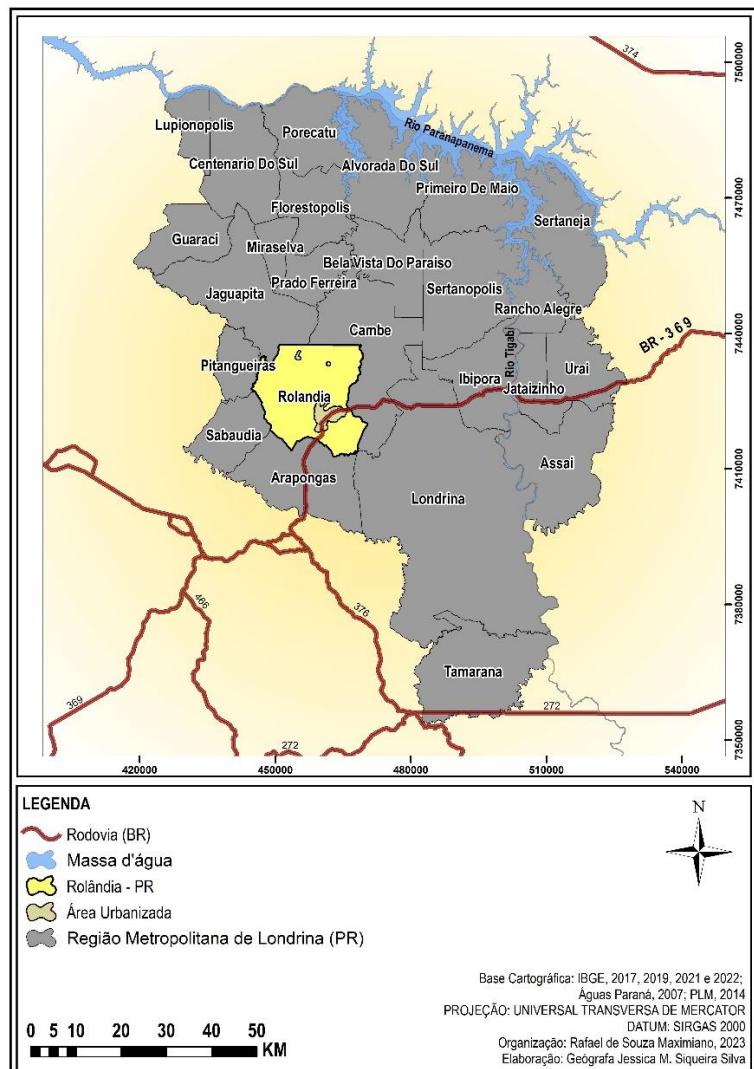
Esses problemas apresentam-se ainda mais acentuados quando analisamos a renda das famílias classificadas como Faixa 1 do PMCMV. Essas famílias possuíam renda até R\$ 1.800,00 e as casas são avaliadas em até 96 mil reais (AGENCIA BRASIL, 2016). Ou seja, o baixíssimo poder aquisitivo as obriga a entrar em financiamentos de imóveis que, na maioria das vezes, estarão distantes do centro e equipamentos urbanos, gerando assim uma série de problemas de deslocamento, de acesso aos equipamentos públicos básicos, dentre outros. Esse distanciamento da classe trabalhadora em relação ao centro, evidencia no espaço urbano a lógica da segregação socioespacial.

É nesse contexto de financiamento da casa própria Faixa 1 do PMCMV para famílias de baixa renda, de habitação de interesse social e segregação

socioespacial na cidade que se insere a questão norteadora dessa pesquisa: Como os moradores dos conjuntos habitacionais em áreas de ZEIS, localizados na cidade de Rolândia-PR, contemplados por moradias via o PMCMV foram impactados com a segregação socioespacial? É possível afirmar que essa construção de moradias, por meio da máquina pública na localidade, contribuiu para perpetuar o problema da segregação socioespacial e também a racial?

A cidade de Rolândia, localizada no Norte do Paraná, inserida da Região Metropolitana de Londrina (figura 1), conta com uma área total de 459,024 km<sup>2</sup> e uma população de 71.344 pessoas segundo o censo realizado pelo IBGE no ano de 2022.

Figura 1. Região Metropolitana de Londrina/RM segundo a data e inserção de cada município na RM



Elaboração: SILVA, J. M. S. (2023)

A cidade com gênese em 1946, em termos de conjuntos habitacionais, segundo o Plano diretor de 2018 (figura 2), tem os seguintes: Horário Cabral, Manoel Muller, Parigot de Souza, Arnaldo Busato, Gustavo Giordani, Domingos de Oliveira Neves, San Fernando I, San Fernando II, Vila Oliveira, Aviação, Casas Geminadas, Pe. Angelo Matiussi, Morumbi, Itália, Orlandino de Almeida, José Perazolo, Ernesto Franscichini, Tomie Nagatani e Aida Nogueira.

Dentre os conjuntos habitacionais presentes na cidade, chama-se a atenção para quatro localizados porção Norte, construídos e expandidos por meio do PMCMV. Sendo eles: Parque Residencial José Perazolo de 2013, Residencial Ernesto Franscichini de 2014 e Tomie Nagatani em 2014 (figura 2).

Além de terem sido construídos pelo PMCMV os mesmos encontram-se localizados em área delimitada como Zona Espacial de Interesse Social (ZEIS) pelo Plano Diretor de 2018. Essa ZEIS (figura 2) encontra-se na porção periférica da cidade, distante do centro 6 km, forçando a população a um deslocamento diário para trabalho ou acesso aos equipamentos urbanos.

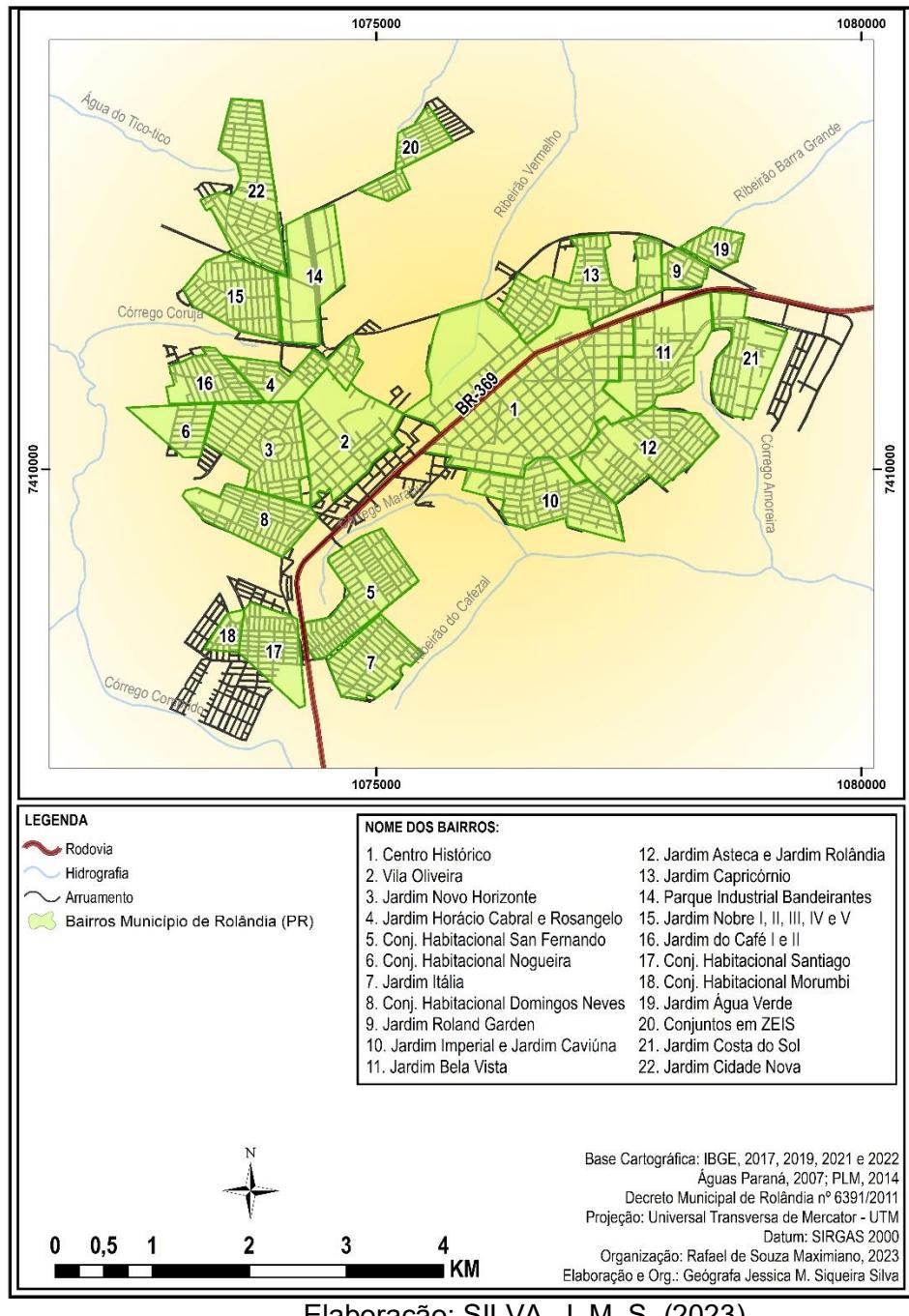
A justificativa deste trabalho encontra-se alicerçada na necessidade (acadêmica e pessoal) de realizar aproximações entre os conceitos de segregação socioespacial e racial, visto que segregação social abarca uma problemática enraizada na sociedade brasileira e que demanda reflexões. E quando voltamos nosso olhar para os empreendimentos do PMCMV, em especial as moradias da faixa 1 em determinados recortes espaciais, a segregação se acentua. Sendo esse o caso na cidade de Rolândia – PR nos conjuntos habitacionais José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, pode-se destacar como objetivo geral:

- Analisar, em que medida, os empreendimentos do PMCMV destinados à faixa 1 (renda mensal de até R\$ 1.600) construídos em Rolândia/PR em áreas de ZEIS, têm contribuído para manutenção e/ou aumento da segregação socioespacial e racial.

Especificamente, objetivou-se nesta pesquisa: a) discutir sobre a relação entre o valor da terra urbana, segregação socioespacial e a ação dos agentes produtores do espaço urbano, tendo como base o PMCMV (faixa 1) em Rolândia/PR; b) discutir sobre a relação da segregação socioespacial e racial nos empreendimentos dos conjuntos habitacionais localizados em áreas de ZEIS na cidade de Rolândia-PR.

Figura 2 - Mapa de localização dos conjuntos habitacionais na área urbana de Rolândia



Em termos metodológicos, o pesquisador pautou-se na abordagem qualitativa pelo fato da mesma valorizar os depoimentos dos atores sociais envolvidos (RICHARDSON, 1999) no cotidiano, com espacialidades construídas em meio as ações diárias. A maior preocupação foi com o processo, estando o pesquisador ao tratar da problemática preocupado em verificar "como" a mesma se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas, indo além das

informações numéricas, não sendo portanto uma pesquisa estritamente pré-configurada.

No que tange aos procedimentos metodológicos, o pesquisador trabalhou com fontes primárias e secundárias de modo contextualizado, apreendendo a realidade e destacando os fatos como construções históricas produzidas pela ação humana.

Desta forma, buscou-se a contextualização das informações de campo e os motivos de cada resposta, na “[...] tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas [...]”. (RICHARDSON, 1999, p. 90).

Os levantamentos em fontes primárias foram realizados a partir das técnicas de observação simples, entrevista semiestruturada ou por pautas (GIL, 2012). Foram realizadas entrevistas junto a famílias residentes nos conjuntos habitacionais, recorte espacial da pesquisa.

Participaram das entrevistas 20 famílias, sendo as primeiras convidadas pela assistente social para responderem as perguntas, que englobavam a caracterização da segregação socioespacial e racial, elencando os principais problemas enfrentados em seu dia-a-dia e as mudanças no bairro desde que começaram a residir no conjunto habitacional. As demais, foram indicadas pelas próprias famílias, por ex. as primeiras famílias selecionadas pela assistente social, indicaram outras famílias do bairro e assim sucessivamente foi feito.

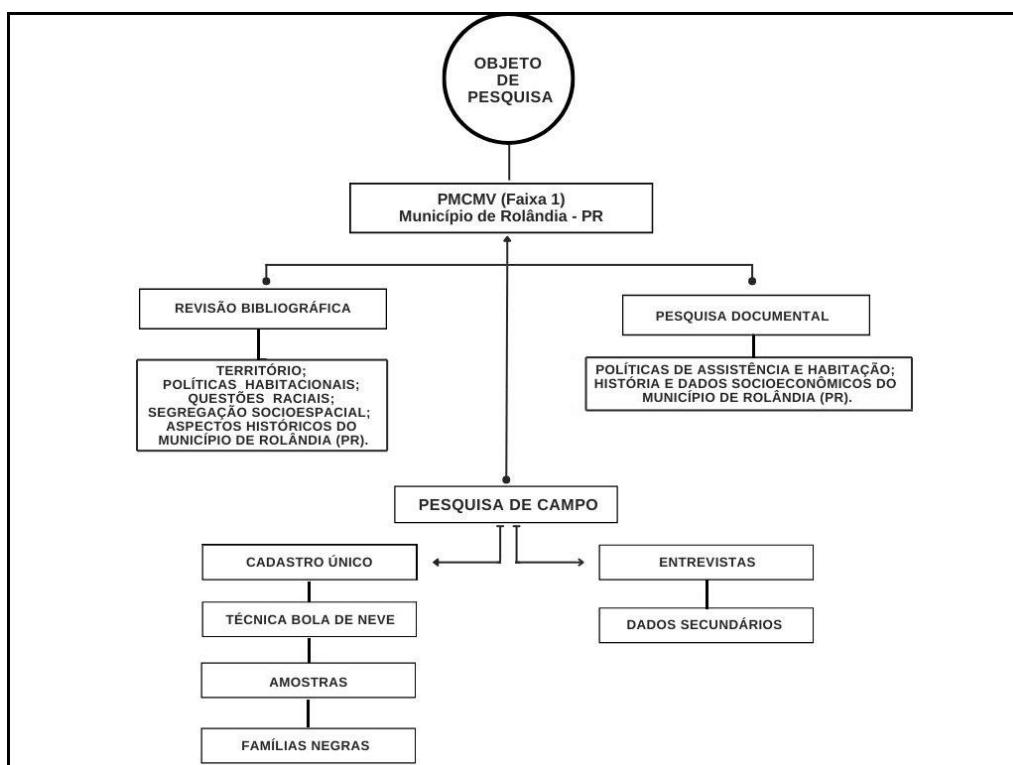
Em termos de técnica de pesquisa pode-se afirmar que foi utilizada a “bola de neve” que consiste em ter um ponto de partida para iniciar os levantamentos, podendo ser sujeitos próximos da vivência do pesquisador ou de outras pessoas, para em seguida esses entrevistados indicarem outros sujeitos para participarem da entrevista. A técnica *snowball sampling* ou “Bola de Neve” “[...] prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa [...]” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 5).

Além dos procedimentos primários, o pesquisador utilizou levantamentos em fontes secundárias, a partir de levantamentos bibliográficos em livros e trabalhos acadêmicos referentes à temática. Para entender como se deu a estruturação e o planejamento dos conjuntos habitacionais, associado ao seu crescimento urbano e populacional no decorrer do tempo, foi realizado um levantamento histórico em

livros, revistas e jornais.

Também foram levantados informações secundárias junto ao Plano do Plano Diretor Municipal de 2018 da cidade de Rolândia, buscando uma maior compreensão das transformações do espaço geográfico em questão nos últimos 07 anos, quando os conjuntos habitacionais foram construídos. E junto ao Cadastro Único (Cad-Único) de Rolândia, com apoio da Assentente Social responsável pela gestão do Cad-Único. Vale ressaltar que o questionário foi submetido pelo comitê de ética<sup>1</sup>, para a realização das entrevistas de acordo com todos as recomendações legais (quadro 1).

Quadro 1 – Procedimentos metodológicos da pesquisa



Elaboração: SILVA, J. M. S. (2023)

A escrita final da pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro, titulado de “A Produção do Espaço Urbano e seus Agentes Produtores”, discuti-se conceitos acerca da produção do espaço urbano e apresentadas as políticas de habitações existentes no país que serviram para atender pessoas com um menor poder aquisitivo.

<sup>1</sup> CAAE: 52691821.1.0000.5231

No segundo capítulo intitulado a “Propriedade e negritude: segregação socioespacial e racial no Brasil”, discutiu-se o conceito de segregação, buscando explicar como a segregação foi estuturada em alguns países centrais no decorrer de séculos e como pesquisadores contemporâneos explicam esse problema estrutural. A respeito do Brasil, buscou-se fatos históricos para explicar a formação socioespacial brasileira em linhas gerais, visando compreender quem são os segregados e como eles foram parar em determinadas parcelas do espaço geográfico.

No terceiro e último capítulo “A segregação socioespacial em áreas de ZEIS na cidade de Rolândia” abordou-se o processo de construção da cidade de Rolândia, buscando relações entre segregação socioespacial e racial. Nesse capítulo, além de dados coletados por agentes censitários, buscou-se analisar a luz da teoria as entrevistas realizadas junto a moradores dos conjuntos habitacionais José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani, em uma tentativa de ouvir os moradores que estão em condição de segregação.

## 1 O ESPAÇO URBANO E SEUS AGENTES PRODUTORES

### 1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPAÇO GEOGRÁFICO

Milton Santos aponta que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1994, p. 51), o que significa que, para compreendermos o espaço geográfico, é necessário considerar que ele é produzido e transformado pela organização social, técnica e econômica por aqueles que habitaram ou habitam esses lugares, ou seja, o espaço é constituído pelo movimento social, que com a ação das pessoas que se tornam agentes transformadores do mesmo.

Sendo assim, para compreender o espaço geográfico na sua totalidade é necessário conhecer as diversas dimensões que o compõem e que são evidenciadas nas diferentes formas de relações que os homens estabelecem em seu cotidiano, por meio de ações políticas, econômicas, sociais e culturais, o que significa compreender que o espaço é fruto da ação social e está em constante processo de mudança:

[...] o conceito de totalidade é uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial. Como a totalidade é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto. (SANTOS, 1985, p. 51).

Essa totalidade espacial citada anteriormente, só pode ser alcançada mediante a relação estabelecida entre as formas, funções, estrutura e processo:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p. 52).

Da mesma maneira, define a forma, como o aspecto visível, a materialidade, os objetos. Já o urbano, pode-se exemplificar como as casas, os loteamentos, as avenidas e os demais equipamentos instaurados em uma cidade.

A atividade realizada pela forma é o que nos aponta como função dentro do espaço geográfico. A relação entre as partes que compõem o todo desempenha

formas e funções e é estabelecida pela estrutura que, por sua vez, não é algo estagnado, ou seja, esse processo se dá de forma continua.

É importante ressaltar que no espaço geográfico está contido tanto o espaço rural quanto o urbano. Ambos apresentam dinâmicas territoriais diferentes, mas são essenciais para a compreensão da construção do espaço geográfico e as ações dos seus agentes que serão abordados mais adiante.

## 1.2 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO

A ideia de um agente é utilizada na Geografia para destacar aqueles sujeitos ou grupos que exercem uma ação ou que atuam no processo de construção da cidade, estabelecendo relações financeiras na acumulação de capital e reprodução ou perpetuação de condições que levam a fenômenos como a segregação residencial. Dentre os autores que discutem a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, chama-se a atenção para Capel (1974) e Correa (2004). Ambos em suas pesquisas desenvolveram conceitos que ajudam na compreensão da formação do mesmo.

Capel (1974) apresenta um panorama geral sobre a atuação dos agentes urbanos e como os mesmos agem para a transformação das cidades, e ainda realiza apontamentos sobre os fatores que afetam a construção da morfologia urbana.

Um ponto discutido por Capel diz respeito aos proprietários do solo urbano, mais necessariamente os construtores de edifícios, os proprietários do comércio enquanto agentes urbanos e a forma como esses elementos e a própria urbanização interage com o mercado. O Estado também aparece como regulador e atuante na tomada de decisões relacionadas aos agentes financeiros e ao papel dos técnicos na construção da cidade.

Vale a pena ressaltar que Capel (1974) utiliza o termo “agentes” e “atores”, entretanto diferencia esses atores dos agentes urbanos. Para ele os atores “son todos los individuos y grupos sociales presentes en la ciudad, que viven y se mueven en ella”. Desta forma pode-se afirmar que tanto os agentes, quanto os atores apresentam uma relação próxima quando falamos em atuar no espaço geográfico, porém essas decisões são responsáveis por refletir nas diversas consequências e fatores espaciais e sociais no do espaço urbano.

Capel (1974) ainda realiza duas divisões para uma melhor compreensão do que seriam os agentes urbanos. A primeira subdivisão diz respeito aos agentes diretos, sendo eles, aqueles que atuam na transformação do solo urbano e no seu lançamento no mercado por meio de casas e edifícios, sendo eles respectivamente: os promotores e construtores imobiliários, os arquitetos, os vendedores e os publicitários.

A segunda subdivisão corresponde aos agentes indiretos e podem ser classificados como aqueles que determinam os investimentos para diversos tipos de edificações. Um exemplo é o empresário que escolhe o melhor local do ponto de vista econômico para a construção de indústrias. Estes estão ligados ao setor financeiro que concede o capital necessário para que os investimentos e obras necessárias sejam realizadas e o espaço urbano seja modificado como necessário.

Mesmo Capel (1974) abordando a realidade europeia em seus estudos, os agentes identificados por ele foram utilizados por outros autores que se dedicaram a analisar a realidade brasileira, ainda que com algumas variações. Esse é o caso de Corrêa, que ao abordar os agentes produtores do espaço urbano e avançou sua discussão por meio dos estudos realizados pelo autor, inserindo-os na realidade do Brasil.

Segundo Correa (2004), os agentes produtores do espaço geográfico são: os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários fundiários são os donos de terrenos que se encontram localizados em áreas de interesses do capital. Esses proprietários atuam para obter a maior remuneração possível de uso residencial ou comercial e são dependentes das possibilidades de remuneração do capital investido em terras e operações (CORRÊA, 2004).

Esses proprietários fundiários podem exercer pressão junto ao Estado, principalmente na instância municipal para o processo de definição de leis de uso do solo e zoneamento urbano, com o intuito de serem beneficiadas. Vale ainda ressaltar que alguns terrenos ou glebas são utilizados por estratégia do proprietário que aguarda a valorização com o intuito de lotear ou simplesmente aguardar até receber uma oferta de alto valor.

Correa (2004) ainda aponta que os agentes fundiários tem um interesse em particular.

Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a terra rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. (CORREA, 2004, p.15)

Os proprietários dos meios de produção são os donos de empresas, fábricas, lojas ou de qualquer outro meio de trabalho. Realizam ações que resultam em grandes transformações no espaço e necessitam de terrenos amplos e baratos que atendam seus requisitos locacionais de acordo com a demanda de suas empresas.

A relação entre os proprietários fundiários e os detentores dos meios de produção é algo complexo. Enquanto o proprietário fundiário especula seu terreno para aumentar o preço da terra, os proprietários dos meios de produção afirmam que este aumento reflete nos salários da força de trabalho.

Corrêa (2004) afirma que a especulação imobiliária reflete nos salários da força de trabalho e afirma que a especulação imobiliária não interessa aos proprietários dos meios de produção.

Interessa, no entanto, aos proprietários fundiários: a retenção de terras cria uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando ampliar a renda da terra (CORRÊA, 2004, p.14)

Vale a pena ressaltar que existem conflitos entre esses agentes produtores e com isso o Estado que é outro agente, usa o seu poder para favorecer os proprietários dos meios de produção que no capitalismo além de favorece-los, realiza desapropriações e instalações de infraestrutura, favorecendo o agente que transforma a cidade em uma máquina de crescimento cujo discurso é o desenvolvimento.

Os promotores imobiliários correspondem aos agentes que realizam atividades como incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização, atuando em diferentes mercados, como o da habitação, o de terrenos e o de capitais.

Segundo Capel (2004) essas funções podem ser exemplificadas da seguinte maneira.

- (a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel, a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e venda das unidades;
- (b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se, de acordo com o incorporador, o investimento visando a compra do terreno e a construção do imóvel;

- (c) estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e a luz do código de barras;
  - (d) construção ou produção física do imóvel, que se verifica pela atuação de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; a força de trabalho está vinculada as firmas construtoras; e
  - (e) comercialização do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros; os corretores; os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são responsáveis por esta operação.
- (CORRÊA, 2004, p.20)

Por meio das atividades citadas, surgem os agentes concretos que podem pertencer a pequenas ou grandes empresas, porém o Estado pode se tornar produtor imobiliário. Este por outro lado, visa a construção de casas para uma população que apresenta um menor poder aquisitivo.

Corrêa (2004) ainda aponta quando é rentável produzir habitações para grupos de baixa renda:

- (a) é rentável se são superocupadas por várias famílias ou por várias pessoas solteiras que alugam um imóvel ou um cômodo;
  - (b) é rentável se a qualidade da construção for péssima, com seu custo reduzido ao mínimo, conforme Engels descreve para a Inglaterra em relação ao século XIX; e
  - (c) é rentável quando verifica-se enorme escassez de habitações, elevando os preços a níveis insuportáveis.
- (CORRÊA, 2004, p.22)

Produzir habitação para as camadas mais populares não significa uma preocupação ou olhar de piedade desses agentes, como já apontado durante o capítulo, o foco é o lucro. Sendo assim a estratégia dos promotores imobiliários ao produzir essas casas é:

- (a) dirigir-se, em primeiro lugar, a produção de residências para satisfazer a demanda solvável; e
  - (b) obter ajuda do Estado no sentido de tornar solvável a produção de residências para satisfazer a demanda não-solvável.
- (CORRÊA, 2004, p.22)

As articulações entre os agentes sociais citados criam estratégias de modo desigual para beneficiar diferentes classes sociais, tendo em vista que quem detém um maior poder aquisitivo irá residir em locais onde a terra é mais cara, diferente da população não-solvável, causando a segregação residencial.

Deste modo a população não-solvável busca obter ajuda do Estado para construir casas populares com baixo custo, por meio de financiamentos para a construção e crédito para os futuros moradores. No Brasil, destacam-se algumas estratégias de desenvolvimento urbano, entre elas, as fomentadas ela Companhia de

Habitação Popular (COHAB), Banco Nacional da Habitação (BNH), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o atual e principal programa de habitação do país, o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA).

O Estado é representado pelos três níveis político-administrativos: federal, estadual e municipal, tendo o poder de atuar como consumidor de espaços e de localizações, proprietário fundiário, promotor imobiliário e ao mesmo tempo atua como regulador do uso do solo.

Esse agente desempenha múltiplos papéis na produção do espaço, uma vez que possui instrumentos que permite a regulação necessária ao espaço urbano, das quais podemos destacar: a desapropriação, o controle do uso da terra, o investimento em infraestrutura, o crédito e o financiamento a moradia. A ação do Estado é marcada por conflitos de interesses entre os diferentes membros da sociedade e tende a beneficiar o segmento dominante que cria condições de realização da reprodução da sociedade capitalista e produz o espaço urbano (CORRÊA, 2004).

Corrêa (2004) destaca que é no nível municipal que os interesses se tornam evidente, pois a legislação nessa instância tem muitos poderes sobre o espaço urbano e embora os múltiplos papéis que desempenham geram ações em distintos níveis, não significa que estas atuações estejam desconectadas. O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a sua reprodução, investindo no espaço, e que desencadeia processos de valorização diferenciados nas distintas áreas da cidade e entre diferentes níveis sociais.

A valorização que ocorre de modo diferenciado nas áreas cria mecanismos para a segregação residencial que impõe preços elevados das terras e dos imóveis e assim originam locais seletivos.

A segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, quando da criação, a partir do zero, de núcleos urbanos. Esta tem sido uma tradição latino-americana, mas não exclusiva, que tem suas origens já no século XVI. (CORRÊA, 2004, p.27)

Deste modo, a produção e a reprodução do espaço sob o viés do capitalismo se transforma em mercadoria. O estado como mecanismo produz o espaço geográfico e dependendo das suas ações, o espaço geográfico sofre grandes mudanças ao seu entorno.

Corrêa (2004) da um exemplo de como o Estado modifica o espaço e o seu entorno, servindo como sustentação para a explicação deste agente.

Uma primeira observação refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. Assim ao implantar uma refinaria de petróleo, o Estado está organizando diretamente o espaço urbano, ao mesmo tempo que interfere, dada a natureza da atividade industrial, no uso da terra das áreas próximas. As terras são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes. (CORRÊA, 2004, p.24)

Corrêa, ao analisar a realidade brasileira, acrescentou um novo grupo de agentes produtores do espaço urbano, no caso nominou de excluídos. E neste grupo estão inclusas as pessoas que não fazem parte das tomadas de decisões. Podem ser considerados os agentes com menos influência e, geralmente, subordinados a uma classe dominante, dona dos meios de produção.

Corrêa (2004) aponta que este grupo representa uma parcela enorme da população, com baixo ou sem nenhum poder aquisitivo. E que por isso, ocupam as áreas mais baratas e com menor quantidade de equipamentos urbanos, pois a concentração dos investimentos está ligada aos agentes anteriores. A população dos grupos sociais excluídos, segundo Corrêa (2004), reside em sua maioria em favelas, cortiços e casas velhas que antes eram habitadas pela elite e se encontram degradadas.

Desta forma, mesmo com todos os problemas estruturais enfrentados por esses agentes, eles são capazes de modificar o espaço de maneira independente. A produção desse espaço nada mais é do que uma forma de resistência e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência (CORRÊA, 2004).

É claro que os outros agentes voltam seus olhos para a terra que pertence a esses moradores, mas vale a pena ressaltar que enquanto essas pessoas residem ali, as transformações no espaço acontecem de maneira independente.

Um ponto a ser considerado é que a maioria dos terrenos está inadequada e só recebem algum tipo de infraestrutura quando possuem associações de moradores que pressionam o Estado, quando ocorrem grandes tragédias e se tornam interesse da mídia ou quando se tornam marketing de campanha eleitoral.

Esses espaços estão presentes em todas as cidades brasileiras e são distribuídas aleatoriamente, no qual, cada um possui motivos que impulsiona sua formação, seja pela proximidade do trabalho ou pela falta de legislação e atenção do Estado (CORRÊA, 2004).

### 1.3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

Ao longo da história da criação de políticas públicas voltadas para o acesso à habitação no Brasil, observa-se que existem momentos de forte intervenção do Estado, porém ocorrem processos de desmanche dessas políticas. Entretanto, nota-se que existem erros recorrentes nos períodos da organização e aplicação dessas políticas de acesso à habitação, erros esses que são prejudiciais para aquela parte da população que mais necessita do acesso à moradia própria e digna, que na maioria das vezes vivem em condições precárias de vulnerabilidade social.

Antes de tratar da política habitacional brasileira é necessário esclarecer o significado de casa, moradia e habitação. A palavra casa nos leva a uma ideia de estrutura física, de uma construção material, à visão de paredes e teto, ou seja, da edificação propriamente dita.

A moradia, no entanto, indica a realização de uma função humana, o ato de morar, e a moradia foi institucionalizada como um direito reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e finalmente, a palavra habitação conduz a uma visão mais dinâmica no uso da casa ou da moradia; indica a ação de habitar. As três definições são complementares e se referem à necessidade principal do ser humano de possuir um abrigo para nele realizar um conjunto de atividades que variam em função de cada cultura e do contexto social e ambiental nas quais se inserem. (PEDRÃO, 1989).

No Brasil essas palavras têm sido sistematicamente empregadas como sinônimas e representando tão-somente as edificações capazes de delimitar um espaço para abrigo. No caso da chamada "habitação popular", casas destinadas às famílias mais pobres. Tal abrigo humano chegou a dimensões tão reduzidas que não permitem a realização de forma satisfatória, pelas pessoas que as utilizam, das funções mais elementares por elas requeridas. (PEDRÃO, 1989).

Pode-se dividir a história das políticas habitacionais no Brasil em quatro pontos, sendo eles: (1) Os IAPS, (2) A FCP (Fundação da Casa Popular), (3) O BNH (Banco Nacional de Habitação), o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), (4) O Minha Casa Minha Vida.

**O IAP:** para compreender o contexto no qual o IAP surgiu, é necessário

lembrar que o Brasil até metade do século XX era considerado uma país agrário, com predomínio da população no meio rural. O censo de 1940 foi o primeiro a quantificar a população urbana e a população rural e de acordo com o levantamento 61% dos brasileiros viviam no campo, contra 31% nas cidades.

Com isso é possível afirmar que esse primeiro ponto ajuda a compreender como as políticas habitacionais surgiram no Brasil em meio ao processo de urbanização. Em 1923 o governo brasileiro cria as Caixas de Aposentadoria e Pensões com o intuito de regulamentarem a previdência social do país, porém em 1931 a legislação do país permite que elas realizem o financiamento de casas com o Decreto nº 20.465, 01 out. 1931. Vale a pena ressaltar que o IAP foi dividido em categorias profissionais quando ao trabalho exercido pelas pessoas, sendo elas respectivamente: marítimos (IAPM), industriários (IAPI), bancários (IAPB), comerciários (IAPC), condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo (IAPETEC) e estivadores (IAPE).

De acordo com Bonduki (1998) o IAP formulou 3 tipos de planos de atuação que foram sendo incorporados pelas demais categorias:

- 1) Plano A: locação ou venda de unidades habitacionais em conjunto residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido.
- 2) Plano B: financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio.
- 3) Plano C: empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas. (BONDUKI, 1998, p.105)

No início, as atividades do IAPs, se concentraram em aplicar os recursos arrecadados em investimentos que tivessem retorno garantido para o fundo, pois seus objetivos eram a concessão de aposentadorias. Em 1937, ocorreu o golpe militar, dando início ao Estado Novo, caracterizado pela ditadura pessoal de Getúlio Vargas, desempenhando um papel de moderador da ordem social, articulando os vários setores da sociedade .

A partir de 1937 o Estado passa a atuar mais efetivamente na questão habitacional regulamentando a atuação dos IAPs nesta área. São criadas as carteiras prediais dos institutos autorizadas a destinar 50% de suas reservas acumuladas ao financiamento de construções. Ficam também estabelecidas condições de financiamento que permitem ampliar a demanda: a redução da taxa de juros, a ampliação do prazo de pagamentos (NOGUEIRA, 1998).

Este trabalho apresenta as condições sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que possibilitaram a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, seus ideais e na sequência apresenta-se dois conjuntos habitacionais relevantes das décadas de 40 e 50.

**Fundação da Casa Popular:** no ano de 1946, em pleno Governo Dutra, por meio do Decreto Lei nº 9218 e ampliação das suas atribuições com o Decreto Lei nº 9777, foi criada a Fundação da Casa Popular, que propunha o financiamento de habitações na zona rural e em áreas urbanas, pela iniciativa privada ou pública; financiamento de obras urbanísticas para melhoria das condições de vidas dos trabalhadores, estudos de habitações classificadas como populares, desde tipologias até os sistemas construtivos; financiamento ao setor da construção civil para racionalização e assessoria as prefeituras que não possuíssem pessoal técnico habilitado (FINEP-GAP, 1983)

Segundo Bonduki (1998), a Fundação da Casa Popular, não conseguiu se impor como proposta do governo para atender os problemas originados do processo de urbanização e falta de moradias. Entre os fatores, destacou a centralização da gestão, a necessidade de fontes de recursos permanentes e o fato de tentar conciliar a habitação com o desenvolvimento urbano.

Por outro lado, vários organismos se colocaram contra seus objetivos; o Setor da Construção Civil temia que a proposta de construção de moradias populares viesse a dificultar a obtenção de materiais de construção para os seus investimentos particulares. Essa disputa tinha como objetivo garantir que os promotores imobiliários fossem responsáveis pela produção de habitações através de grandes investimentos, e não que fosse responsabilidade do governo.

Bonduki (1998) ainda afirma que os Institutos de Aposentadoria e Pensões eram contra a FCP porque temiam que seus interesses fossem abalados, e a partir do momento em que a FCP começasse a produção de casas, iria enfraquecer o poder dos Institutos e com isso comprometeria o controle sobre a distribuição dos benefícios previdenciários.

Na tabela abaixo está representada a produção do IAPs e da Fundação da Casa Popular, entre os anos de 1937 e 1964. Vale a pena lembrar que o Plano A compreendia a locação ou venda de unidades habitacionais, o Plano B, financiamento para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio e o Plano C, por sua vez, estava relacionado a empréstimos hipotecários. Os dois primeiros planos eram

direcionados aos associados (quadro 2).

Quadro 2 - Produção das habitações construídas pelo IAPs e pela FCP (1937-1964)

Órgão	Plano A	Plano B	Subtotal (IAPs não incluem o Plano C)
IAPB	5.511	12.347	17.858
IAPC	11.760	16.219	27.979
IAPETC	3.339	2.917	6.256
IAPFESP	742	25.053	25.795
IAPI	19.194	17.219	36.413
IAPM	882	2.451	3.333
IPASE	6.361	-	6.361
<b>SUBTOTAL</b>			
IAPs	47.789	76.206	123.995
FCP			18.132
<b>TOTAL</b>		<b>142.127</b>	

Fonte: FARAH (1983)32 apud4 BONDUKI (1998, p.128)

O cenário de urbanização nas cidades brasileiras estava em ascensão, e o aumento da população urbana na década de 70 granha destaque quando a população urbana ultrapassa a rural, apresentando um índice de 55,92%, aumentando o problema da questão habitacional, pois mais pessoas precisavam de casas para morar.

Essas acontecimentos possibilitam entender a necessidade de construção de conjuntos habitacionais, o qual levou em 1964 com a criação do Plano Nacional de Habitação e do Banco Nacional de Habitação – BNH.

Banco Nacional de Habitação: em abril de 1964, com o golpe militar, a Fundação Casa Popular foi extinta. Logo depois, no dia 21 de agosto, foi instituído o Plano Nacional de Habitação, seguido pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

O estado então autoritário que havia de tomar o poder, buscava legitimar a aprovação popular, por isso a criação do BNH buscou atender a demanda habitacional, que consequentemente, levaria a aprovação popular. É importante frizar

que o sonho da casa própria é algo que a maioria dos brasileiros busca, desde antes das políticas habitacionais.

Em 1966 foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que veio para contribuir nas ações do BNH. O governo, que então se autodenominava “revolucionário”, e que foi responsável por instituir mais de vinte anos de uma ditadura militar no país, viu com bons olhos o “update” na política habitacional.

Durante mais de duas décadas o BNH, por meio de ações do SFH, foi o responsável pela política habitacional do Brasil como um todo. Através de três fontes de financiamento (depósitos compulsórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, poupança voluntária através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, SBPE, e os pagamentos dos financiamentos concedidos), o BNH/SFH produziu 4,4 milhões de novas unidades habitacionais.

Por outro lado, as novas moradias foram insuficientes para suprir a demanda existente e, além disso, a produção em massa teve como modelo principal a construção de grandes conjuntos periféricos.

Os anos 1980, conhecidos como “década perdida”, foram marcados pelo agravamento da crise econômica, pela acelerada elevação do custo da terra urbana, por invasões de terras organizadas pelos movimentos de moradia e pela diminuição dos investimentos do BNH/SFH, levando ao fechamento do BNH em 1986.

A substituição do BHN pela Caixa Econômica Federal em 1986 em nada mudou o conceito da política habitacional federal. Durante o governo Collor (1990-1992), a tendência neoliberal foi ainda mais enfatizada, com corte de gastos públicos, abertura da economia e tentativa de cortar inflação de forma drástica, retirando dinheiro de circulação através de um confisco de contascorrentes e aplicações financeiras. A retórica modernista de Collor se materializou em propostas habitacionais com orientação para o mercado. Os conjuntos públicos foram ainda mais barateados, resultando em unidades cada vez menores e em locais ainda mais periféricos, construídos sempre por empreiteiras.

No governo Itamar Franco (1992-1994), passou-se a falar em descentralização, em desmonte do modelo central desenvolvimentista. Incentivou-se a criação de Fundos e conselhos estaduais e municipais que pretendiam produção com descentralização e gestão popular.

A primeira administração Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) implantou um novo sistema financeiro, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), montando novos

esquemas de captação de capitais, dando prioridade para a concessão de créditos diretamente ao comprador (e não mais ao agente promotor, como no SFH).

O programa Carta de Crédito proporcionou cerca de 300 mil cartas de crédito para demandantes com renda entre 3 a 12 salários mínimos, que poderiam ser utilizadas no mercado. Em 1995, o Pro-Moradia foi colocado para financiar estados e municípios na construção de novas casas para famílias de baixa renda, incluindo aí a legalização da terra, a compra de material de construção e a melhoria de infraestrutura.

Entre 1995 e 1998, 174.119 casas foram construídas nesse programa, mas apesar dele, o governo FHC falhou na concessão de subsídios e mesmo assim continuou a operar o Habitar Brasil, beneficiando 253 mil famílias no período. A principal mudança no governo FHC foi a mudança no foco da produção para o consumo: se, antes, a política de moradia centralizava-se na produção de novas unidades, durante esse período, com a carta de crédito, poderia procurar e comparar uma unidade habitacional com o preço determinado pelo mercado.

Essas políticas habitacionais criadas até então solucionavam uma parte do problema de forma imediata, mas como já foi apontado, a demanda por moradia aumentava de forma exponencial juntamente com o crescimento populacional. Desta forma, as políticas habitacionais vigentes foram aprimoradas, chegando no programa de habitação criado em 2009, intitulado Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

### 1.3.1 O Programa Minha Casa Minha Vida

Observa-se que esses períodos de criações de políticas voltadas para habitação são descritas com características de cunho popular, no entanto, ao implementar os Programas e/ou Projetos, a realidade é que as características tem por objetivo a proteção do grande capital, através de medidas que favoreçam a especulação imobiliária.

Em março de 2009, com a finalidade de designar condições de ampliação do mercado habitacional para acolhimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), assim como descreve o artigo 1º da Lei que rege o Programa:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. (BRASIL, 2011)

Com isso, a primeira fase do programa possuía como meta a construção de um milhão de moradia, com um orçamento inicial de R\$34 bilhões, onde 75% desse orçamento eram provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e o restante do FGTS. O objetivo era distribuir os recursos pelas unidades de federação de forma proporcional ao déficit habitacional, sendo essa questão esclarecida nos escritos seguintes.

A meta inicial do programa, caracterizado como PMCMV 1, previa que até o final de 2010 fossem construídas 1 milhão de moradias, de modo a reduzir em 14% o déficit habitacional do país e para a segunda fase (PMCMV 2), divulgada em junho de 2011, a meta foi ampliada para dois milhões de moradias até 2014, além de expandir o montante global de recursos alocados. Estes passam de R\$ 71,7 bilhões na primeira fase do programa para R\$125 bilhões na segunda fase, respectivamente alocados R\$34 bilhões de subsídios e o restante na forma de empréstimos e R\$ 72,6 bilhões de subsídios alocados e R\$53,1 bilhões em financiamento pelas instituições financeiras (FERRAZ, 2011).

No PMCMV 2 mantém-se a priorização dos três grupos de acordo com os critérios de renda da primeira fase, alterando a proporção de moradias previstas entre os grupos de 40% para 60% do número de moradias.

Já a fase 3 foi criada em 2016 com a meta de construir 2 milhões de casas até o final de 2018, com o investimento de R\$ 210,6 bilhões, dos quais R\$ 41,2 bilhões são do Orçamento Geral da União (AGENCIA BRASIL,2016).

Nessa nova fase houve a adição de uma nova “faixa” na tabela de concessão de subsídios aos morados, foi inserida a faixa 1,5 que atende famílias que ganham até R\$ 2350,00 por mês. Segue abaixo a tabela retirada na cartilha do PMCMV 2016 (tabela 1).

Tabela 1 - Novos valores para a 3° fase do PMCMV, 2016

Faixa	Limite de Renda	Valor máximo do imóvel	Valor máximo do subsídio
1	R\$ 1.800	R\$ 96 mil	R\$ 86,4 mil
1,5	R\$ 2.350	R\$ 135 mil	R\$ 45 mil
2	R\$ 3.600	R\$ 225 mil	R\$ 27,5 mil
3	R\$ 6.500	R\$ 225 mil	sem subsídio

Fonte: Cartilha PMCMV (2016)

Este programa foi um grande estandarte da política habitacional a nível federal e marco dos governos petistas, todavia para alguns estudiosos o PMCMV surgiu também com o objetivo de alavancar a economia por meio da indústria da construção civil. Cardoso e Aragão (2013), em “O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais”, fazem uma grande reflexão sobre a inserção imobiliária, o papel do Estado e dos consumidores ao longo do processo de produção da mercadoria moradia a partir das próprias diretrizes do Programa, resumindo as críticas ao PMCMV em oito pontos que julgam fundamentais:

- (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado;
- (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação; (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44)

Os problemas citados ajudam a caracterizar o problema da desigualdade social que os moradores dos conjuntos habitacionais escolhidos para esse projeto enfrentam. A garantia de uma moradia não significa que os moradores estarão isentos de maiores problemas, muito pelo contrário, eles são segregados desde o processo de escolha do território para construção das casas.

As desigualdades socioeconômicas se refletem no território em forma de contrastes: precárias autoconstruções, favelas, edifícios luxuosos, conjuntos residenciais populares, condomínios “fechados” com casas de alto padrão, etc. O acesso desigual aos diferentes espaços das cidades, pelos diferentes setores da sociedade, aliados ao fato de que o urbanismo brasileiro é aplicado a uma parcela da sociedade, reafirma a segregação através da dicotomia cidade legal/cidade ilegal, a qual se refere Maricato, quando afirma que “para a cidade ilegal não há planos, nem ordem” (MARICATO, 2000, p,122).

Desse modo, vale a pena ressaltar a segregação aplicada a população negra, que historicamente são destinados a áreas mais periféricas e recebem rótulos, sendo taxados muitas vezes como sujeitos perigosos, criminosos e violentos. O “mix” entre ser preto ou pardo e residir na periferia condiciona os moradores desses conjuntos habitacionais a condições de vulnerabilidade social.

Um exemplo de segregação socioespacial e racial que será discutido nessa dissertação, acontece na cidade de Rolândia – PR, onde quatro conjuntos habitacionais pertencentes ao PMCMV, condicionam seus moradores a situações de vulnerabilidade e falta de equipamentos urbanos. Os conjuntos citados são respectivamente eles: Parque Residencial José Perazolo de 2013, Residencial Ernesto Franscichini de 2014, Tomie Nagatani e o Residencial Aida Nogueira, construídos respectivamente em 2014e 2017.

Além de terem sido construídos pelo PMCMV os mesmos encontram-se localizados em área delimitada como Zona Espacial de Interesse Social (ZEIS) pelo Plano Diretor de 2018. Essa ZEIS encontra-se na porção periférica da cidade, distante do centro 6 km, forçando a população a um deslocamento diário para trabalho ou acesso aos equipamentos urbanos.

## 2 PROPRIEDADE E NEGRITUDE: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL NO BRASIL

### 2.1 DEFINIÇÕES DE SEGREGAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MODELOS

“A ponte da cidade grande aponta  
Aponta o problema que a gente tenta esconder  
A ponte da cidade grande é apenas a ponta  
Do que a gente não vê, do que a gente não vê”

A letra da música “A Ponte” escrita por Fabio Brazza retrata a realidade de cidades capitalistas, na qual pessoas sem poder aquisitivo para adquirir uma casa ou pagar aluguel, acabam vivendo em situação de rua, sendo por conta desta condição tratadas como se fossem invisíveis perante os demais sujeitos.

Ser invisível também significa não ter voz, sendo assim, consequentemente o poder de escolha de uma pessoa não existe. Como já abordado no capítulo anterior sobre os agentes produtores do espaço, é possível afirmar que as ações realizadas por eles modificam o espaço com um todo e condicionam a segregação que será discutida nesse capítulo.

Segundo Porto (2011), segregação é a separação geográfica de grupos em razão de sua raça, etnia, religião ou qualquer outra categoria que arbitrariamente é utilizada como motivo de discriminação espacial dos seus membros, a segregação pressupõe um desequilíbrio de forças entre o grupo segregado e os autores da segregação.

Esse desequilíbrio de forças em meio às classes sociais reporta diversos problemas sociais como: pobreza, miséria, violência, exclusão, desemprego, falta de moradia que foi citada anteriormente, favelização, insuficiência de transporte público, entre outros.

Segundo Negri (2008), por meio da segregação socioespacial, a classe com maior poder aquisitivo controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses. Assim, trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Para Sposito (2005), a segregação é social, pois inclui o econômico, o político e o ideológico, mas é ainda espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo, mas também determinante nos processos e nas dinâmicas que orientam o movimento da sociedade.

Para Castells (1983), a segregação urbana não se restringe a um processo meramente urbano, ela seria “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia”. Desta forma a segregação é o resultado de uma estratégia de diferenciação que conduz a formação de espaços homogêneos fechados, impedindo a comunicação entre as diferenças. A diferença está ligada à ideia de relações percebidas ou concebidas, enquanto a separação e a segregação estão ligadas a ideia de rompimento.

Desta forma, torna-se muito mais fácil falar de segregação na Geografia utilizando o termo segregação socioespacial, que segundo Rolnick (1995), segregação socioespacial (ou territorial) é o movimento de separação das classes sociais e funções dentro do espaço urbano, e do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto.

Ao falar em segregação urbana é importante ressaltar que esse fenômeno acontece desde a antiguidade, em civilizações como a romana, a grega e a chinesa, onde a população era dividida em seus aspectos social, políticos e econômicos. Dessa forma, é possível afirmar que existia uma classe social dominante, que muitas vezes opressora, produzia o espaço urbano, condicionando a população mais pobre a viver em áreas menos favorecidas e sem recursos básicos para alcançar uma qualidade de vida.

Nesse caso a produção do espaço urbano mostra-se desigual quando uma pessoa enfrenta situações ou recebe rótulos em sua vida, sendo eles primordiais para definir seu papel como agente transformador do espaço urbano. Desse modo, pode-se afirmar que ao falar de segregação, também estamos falando de classes sociais<sup>1</sup>, pois a terra tem seu valor e aquele que detém o maior poder aquisitivo irá atuar como agente transformador do espaço geográfico com uma maior incidência, já as pessoas com menor poder aquisitivo serão sujeitas a segregação imposta.

Segundo Marcuse (2004), historicamente existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira: a Divisão Cultural, a Divisão Funcional e a Divisão por Diferença no Status Hierárquico.

A Divisão Cultural acontece por meio do preconceito de uma classe social ou etnia com a língua, religião, características étnicas, estilo arquitetônico por conta do país ou nacionalidade de determinado grupo.

Quanto a Divisão Funcional ela é caracterizada pelo resultado da dinâmica econômica, sendo assim uma divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Pode-se citar como exemplo a função que os conjuntos habitacionais localizados nas periferias das cidades exercem, sendo um meio para realocar grupo, excluindo-os dos centros das cidades.

E por último temos a Divisão por Diferença no Status Hierárquico que reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) e chamada de autossegregação.

Essas divisões criadas por Marcuse (2004) ajudam compreender como a segregação se estrutura, porém é importante ressaltar que o segregado não se prende a esses nomes que lhe são dados. Muitas vezes o segregado nem se enxerga como segregado, ele apenas vê a dificuldade por meio de uma conta atrasada ou a falta de dinheiro durante o mês, mas o termo segregado não é importante para o seu vocabulário.

O “pensar” para produzir o espaço e ganhar dinheiro com isso vem de classes com um poder aquisitivo maior, pois a maioria dos segregados é condicionada a situação na qual foram colocados e por conta da segregação, são silenciados e não obtém lugar de fala. E como dito no começo do capítulo, tornam-se invisíveis.

Porem antes de levantar a discussão sobre a segregação socioespacial no Brasil é preciso fazer considerações e apresentar modelos que foram criados para explicar a estruturação das cidades ao redor do mundo. Por meio desses modelos é possível compreender a distribuição de pessoas no espaço geográfico pela ação de terceiros, e refletir como eles são importantes para pensar em segregação nos dias de hoje.

Os três modelos que serão apresentados para uma melhor compreensão do conceito de segregação e a formação do mesmo no espaço geográfico, são os modelos de J. G. Kohl, de E. W. Burgess e de Hoyt.

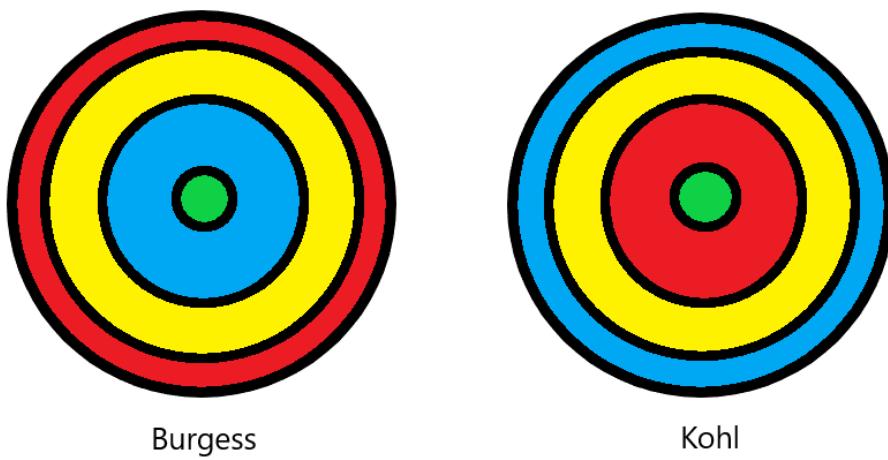
O modelo de Kohl foi criado em 1841 pelo geógrafo alemão J. G. Kohl é o primeiro modelo de segregação urbana desenvolvida. Esse modelo foi desenvolvido para descrever as sociedades pré-industriais europeias do século XIX. De acordo com Kohl, o centro urbano é ocupado pela população com maior poder aquisitivo e se encontrava próximo aos serviços governamentais, igrejas, instituições financeiras e outras. Deste modo, a periferia era destinada a população de menor poder aquisitivo, que consequentemente, não tinha acesso aos serviços e equipamentos urbanos encontrados no centro.

Já o modelo de Burgess, foi criado em 1924 pelo socialista Ernest Burgess, e foi baseado nas cidades norte-americanas de 1920. Este modelo determina que o centro da cidade é ocupado por uma classe com um menor poder aquisitivo, enquanto a periferia era ocupada por grupos sociais com um maior poder aquisitivo.

Para Burgess, a partir do começo da industrialização o grupo social mais favorecido gradualmente abandona as suas residências localizadas no centro devido ao acréscimo da poluição e a violência. Operários, imigrantes e outras pessoas pertencentes a grupos sociais menos favorecidos então migram para o centro devido à baixa nos preços das moradias e para ficarem mais perto de oportunidades de emprego.

Segundo Capel (1974), a tendência no modelo de Burgess era que a cidade cresceria a partir das zonas internas em direção a zonas externas.

Figura 3 - Modelos de segregação de Burgess e Kohl, 1841 e 1924



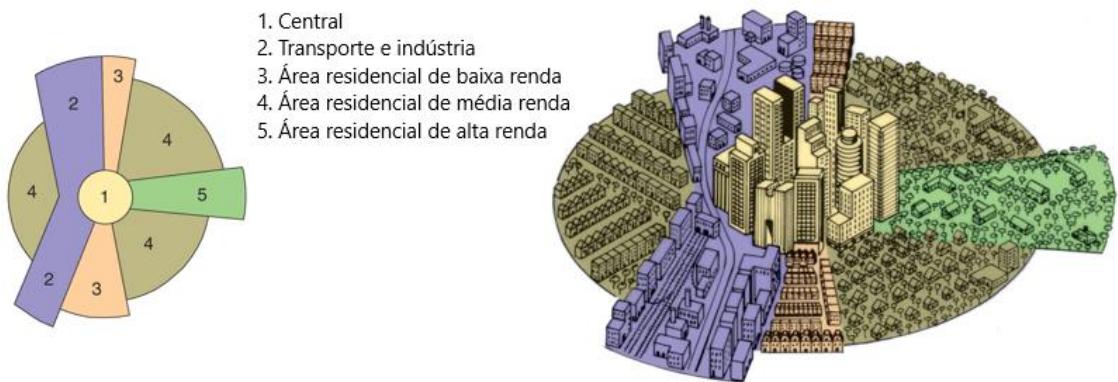
- Centro da cidade
- Área residencial de baixa renda
- Área residencial de média renda
- Área residencial de alta renda

Fonte: Modificado de Alcantara, 2011

Nota-se então uma grande divergência nos dois modelos, porém nenhum dos dois estão incorretos, eles apenas caracterizam o universo no qual foram criados e seu período histórico.

Por meio deles foi possível compreender e evoluir o estudo da segregação, chegando até o modelo do economista norte-americano Hoyt. Segundo ele, o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda, sendo envolta pela classe média, a classe mais pobre estaria localizada no lado oposto da cidade, em áreas mais precárias.

Figura 4 - Modelo de segregação de Hoyt, 1939



Fonte: Bartolomé, 2008

A aceitação desse modelo tornou-se facilitada, pois as dinâmicas presentes em grandes cidades demonstravam que as novas tecnologias voltadas para a saúde, educação, transporte e lazer estavam voltadas primeiramente para os grandes centros, enquanto as periferias não tiveram acesso a esses recursos.

No início do século XX, a Escola de Ecologia Humana de Chicago nos Estados Unidos, elaborou outros dois modelos de segregação, o Voluntário e o Involuntário.

Os estudiosos dessa escola basearam suas análises em modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social, tendo uma perspectiva positivista da realidade. Essa escola pesquisava, sobretudo, os efeitos da imigração, através da formação de guetos.

Por meio dela, ideias baseadas na crença de que a cidade funcionava com um organismo vivo, que tinha sua história e quem melhor se adaptasse ao estilo de vida, conseguiria habitar as melhores áreas deste espaço.

Para a Escola de Chicago, a segregação voluntária se dava quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade e por sua própria iniciativa, já a segregação involuntária acontecia quando agentes externos obrigavam habitar ou deslocar-se dentro de um espaço determinado.

Porém em *The City*, publicado no ano de 1916, Vasconcelos (2004) define segregação como uma repartição das populações nas grandes cidades. Sendo assim, o processo de segregação se daria em aspectos com base na língua, na cultura e posteriormente na cor e na raça, deste modo, ela não seria voluntária.

Como dito anteriormente, os levantamentos quanto ao Darwinismo Social ajudaram na discussão da criação dos guetos nos Estados Unidos no início do século XX.

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações das grandes cidades (...) os processos de segregação estabelecem distâncias morais que se tocam, mas não se interpenetram. (NEGRI, 2008, p.133)

Ao citar gostos e conveniências pessoais, pode-se interpretar que o segregado irá escolher o local onde mora por afinidade ou pertencimento, mas o que se deve levar em consideração, é que nos guetos e periferias como um todo, estar próximo a parentes ou semelhantes é necessário, pois representa a reafirmação de valores, uma ordem cultural, moral e étnica.

Segundo Negri (2008) na maioria das vezes o segregado escolhe sua casa olhando para o preço do imóvel, pois é o que lhe cabe no bolso.

E ainda, que esses agrupamentos étnicos não são planejados, mas surgem de acordo com a possibilidade de pagamento pela moradia em determinada área da cidade. (NEGRI, 2008, p.134)

Discutir os modelos apresentados acima e as ideias elaboradas pela Escola de Chicago ajudam a compreender a dinâmica territorial envolvida na segregação socioespacial de algumas realidades. Essa afirmação leva em consideração as diferentes realidades encontradas no globo e até mesmo dentro de uma grande cidade.

O maior equívoco desta escola foi o de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases que naturalizaram as relações sociais nas cidades. A segregação socioespacial foi tomada como algo inerente as cidades, através de questões de cunho racial, étnico e cultural. Como se ser segregado ou não fizesse parte do cotidiano do espaço urbano, das relações “naturais” entre as pessoas, ou seja, somente aquele que se adaptasse mais facilmente e mais rapidamente ao modo de vida urbano poderia sair-se melhor e, consequentemente, habitar as melhores áreas e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda. (NEGRI, 2004, p.135)

Porém como já foi levantado anteriormente nesse capítulo, a segregação socioespacial está diretamente atrelada as classes sociais, pois as pessoas são divididas em diferentes áreas do espaço urbano e esse fator as torna um instrumento de controle do espaço.

É impossível dizer então que o espaço urbano se apresenta de maneira igual e segue um padrão só por que o fenômeno da segregação socioespacial acontece, por exemplo, em uma cidade dos Estados Unidos. É necessário voltar um olhar crítico para cada cidade, compreendendo a formação da mesma, para que afirmações sobre a segregação socioespacial sejam sólidas.

Desse modo, pensar em modelos como os de Burgess, Kohl e Hoyt que foram criados na Europa e nos Estados Unidos e tentar encaixá-los nas realidades encontradas na América Latina se torna um equívoco, pois a construção do espaço geográfico tem suas particularidades. As mesmas serão discutidas adiante, por meio de autores que voltaram seu olhar para a realidade da América Latina e em especial do Brasil.

## 2.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Falar sobre segregação socioespacial na América Latina, constitui analisar fenômenos que não aconteceram em outros continentes e realizar apontamentos críticos quanto ao processo de formação do espaço geográfico, sendo esse construído por mão-de-obra escrava e gerido por colonizadores europeus.

Os modelos de segregação apresentados até o momento ajudam a compreender como o processo de segregação se deu ao longo da história da humanidade, mas cabe ressaltar que esses modelos não se aplicam na realidade encontrada no Brasil e principalmente nos conjuntos escolhidos para desenvolver o estudo dessa dissertação.

Ser segregado ou favelado na América Latina significa mais do que morar em bairros afastados dos grandes centros urbanos, significa não ter acesso a equipamentos urbanos e condições mínimas que possam levar a uma ascensão social. Nesse trecho do capítulo serão elencados estudos e teorias que explicam como a segregação se instaurou na América Latina e posteriormente no Brasil que é o foco dessa dissertação.

Sendo assim, para entender como ocorreu o processo de segregação socioespacial no continente americano, Roberto Lobato Correa, em sua obra, *O Espaço Urbano* de 1999 dividiu a América Latina em três períodos de padrões de segregação.

O primeiro período está entre o século XVI a 1850, aproximadamente, compreendendo quase todo período colonial onde a América do Sul pertencia a Espanha e Portugal e caracteriza-se pela centralidade das moradias da classe alta. Nesta fase, a segregação está legitimada pela Lei das Índias, semelhante ao padrão proposto por Kohl, que já foi apresentado nesse capítulo.

O segundo período ocorreu em torno de 1850 a 1930, onde a sociedade já havia alcançado um nível de desenvolvimento para locomoção dentro do espaço urbano. Com a instalação de bondes e trens em grandes centros. Isto favoreceu, entre outras coisas, a mudança do padrão de habitação da sociedade, permitindo que a classe com um maior poder aquisitivo pudesse morar mais distante do centro. Boa parte dessa classe abandona e outra parcela vende suas casas nessa zona da cidade, as quais passam agora a serem ocupadas por pessoas com menor poder aquisitivo, construindo assim, cortiços próximos aos locais de trabalho da baixa renda.

Já no terceiro período, que se inicia por volta de 1930, é possível notar o crescimento de uma preferência da classe alta por determinadas áreas da cidade que podem ser consideradas segundo Negri (2008), como “dotadas de amenidades”, paralelamente ao grande fluxo migratório que caminha em direção às cidades, composto principalmente de trabalhadores rurais. Esses trabalhadores, na maioria das vezes, expropriados de suas terras, acabam chegando nas periferias, por meio da formação de loteamentos populares, favelas e conjuntos habitacionais financiados pelo Estado.

Vale ressaltar nesse momento, o papel do segregado no espaço urbano, nos três períodos. Em todos os períodos, a população segregada não teve poder de escolha e muito menos de fala, e essa relação se deu desde o início do período colonial dos países da América Latina, até o período mais contemporâneo.

Segundo Sabatini (1998), Cáceres (2001) e Cerdá (2001), o padrão da segregação latino-americana, nas últimas décadas, tem se caracterizado por ser de grande escala. Ao longo do século XX, as famílias de maior poder aquisitivo foram se concentrando somente em uma área de crescimento em forma de cone, mantendo-se unidas ao centro tradicional, enquanto os grupos com menor poder aquisitivo

tenderam a se aglomerar em extensas zonas de pobreza cada vez mais longínquas e com a falta de equipamentos urbanos.

Agora quando voltamos a discussão somente para o solo brasileiro e para as pessoas que desenvolveram estudos e teorias para o território, é preciso compreender que os estudos estão atrelados ao desenvolvimento capitalista periférico. Se torna impossível discutir segregação no Brasil sem pensar no termo periferia.

Vale a pena ressaltar como a Escola de Chicago que contribuiu para a criação de outros modelos de segregação, influenciou pesquisadores brasileiros em suas análises. De acordo com Panta (2018), a influência aos pesquisadores brasileiros se deu a partir da vida de Donald Pierson ao Brasil, que produziu seu doutorado em relações raciais, na Bahia, orientado por Robert Park.

No Brasil, a Escola de Chicago exerceu influência especialmente em três campos de conhecimento: I. nas relações raciais (negros, brancos e imigrantes); II. nos estudos de comunidades (pequenas cidades rurais); III. nos estudos na cidade (São Paulo, principalmente). (Mendonza apud PANTA, 2018, p.50)

Desta forma é possível perceber como as questões raciais estão diretamente ligadas a segregação socio espacial quando falamos no Brasil, fato esse que será discutido no próximo tópico desse capítulo.

Outro autor que com suas contribuições científicas contribuiu para a compreensão da segregação no país foi Manuel Castells, um sociólogo que mesmo não sendo brasileiro, ao abordar discussões acerca da América Latina, incentivou pesquisadores após 1970 a realizar pesquisas acerca da segregação e construção do espaço urbano, mais especificamente em São Paulo.

Autores e autoras como Milton Santos, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Roberto Lobato Corrêa, Flávio Villaça entre outros também produziram obras importantes acerca da segregação socioespacial no Brasil, porém as discussões desses autores trazem dois elementos a mais, a discussão da questão racial e de classes.

### 2.3 SEGREGAÇÃO RACIAL COMO PONTO CHAVE PARA ENTENDER A ESTRUTURA DE UM PAÍS

A segregação socioespacial no Brasil encontra-se fortemente atrelada a produção do espaço urbano e a marginalização da população de maioria preta e parda.

Segundo Negri (2008), os problemas urbanos brasileiros têm relação com Lei de Terras de 1850, que impossibilitou o acesso a terras por parte da população com baixo poder aquisitivo, negra, indígena e imigrante. E em 1888, com a abolição da escravatura o status e o privilégio das elites brasileiras se mantiveram com forte influência do império.

Posterior a abolição da escravatura em 1888, os sujeitos sociais negros receberam rótulos de “homens livres”, mas o que significava ser livre? Onde iriam morar? Onde iriam trabalhar?

Um período histórico que ajuda compreender esse fenômeno é o século XIX, onde a economia do país agroexportadora voltada para o café, trouxe a ideia de que as grandes cidades brasileiras não poderiam representar atraso econômico e tecnológico, elas deveriam fazer frente a grandes capitais europeias.

Para isso, ocorreu a regulação da atuação de alguns instrumentos urbanísticos, como a legalização de atuação do mercado imobiliário, implantação de projetos de saneamento ambiental e paisagismo, enquanto a população de baixa renda era expulsa para as áreas mais afastadas da cidade. Era a conjugação do modelo de embelezamento das cidades e segregação socioespacial das camadas mais pobres da sociedade. (NEGRI, 2008, p.146)

A cidade do Rio de Janeiro pode ser utilizada como o maior exemplo para o início da formação das favelas, pois além da segregação com os ex-escravizados após a abolição, em outros momentos da história, a cidade foi palco para a formação das primeiras favelas do país. Através de revoltas sociais como a Guerra de Canudos que culminou com a ocupação de áreas afastadas pelos soldados provenientes da guerra, áreas afastadas também sendo ocupadas. Com a derrubada dos cortiços, durante a Revolta da Vacina no começo do século XX que a cidade também se viu forçada a ocupar zonas afastadas dos centros.

Devido à proximidade de algumas favelas a bairros socialmente valorizados, chegaram a ser efetivados no Rio de Janeiro programas diversos de remoção de favelas, que teve grande vigor a partir da década de 1960, culminando com o deslocamento de seus moradores para habitações populares que se configuravam como uma espécie de refavelização em outras áreas (ROLNIK apud PANTA, 2011, p.60).

É importante ressaltar que na formação das primeiras favelas do país existiam pessoas brancas com um menor poder aquisitivo, mas nesse momento, quando

falamos em produção do espaço periférico, a presença de ex-escravos, sendo indígenas ou africanos era predominante.

Segundo Maricato (2000), o Brasil como a maioria dos países da América Latina, apresentou um alto índice de crescimento de sua população urbana, a partir principalmente da segunda metade do século XX. Segundo a autora, a população urbana que, em 1940, era de 26,3% do total, ou seja, 18,8 milhões de habitantes, passou, no ano de 2000, para 81,2%, em números absolutos para 138 milhões. Em apenas sessenta anos a população urbana cresceu cerca de 549% (120 milhões de pessoas).

O crescimento urbano, portanto, ocorreu por meio da exclusão social e segregação socioespacial, que por meio dos agentes produtores do espaço urbano, negligenciaram o acesso a equipamentos urbano e políticas públicas. E com o aparecimento do trabalhador livre para servir como força de trabalho nas indústrias brasileiras, as cidades ganham nova dimensão e tem início o problema da habitação e da segregação residencial no país.

A segregação residencial se da por conta das classes sociais e da questão racial, o espaço urbano é produzido e organizado de acordo com os interesses das diferentes classes. Deste modo, discutir segregação residencial, significa analisar a distribuição de grupos dentro de uma cidade, onde um grupo terá mais recursos e condições que o outro.

Teresa Pires do Rio Caldeira, trás uma discussão parecida com a Divisão por Diferença no Status Hierárquico, elaborada por Marcuse e que já foi citada anteriormente. A discussão realizada por Teresa, diz respeito a uma nova segregação urbana, como é colocado pela autora.

A autora traz a tona, a discussão de Enclaves Fortificados, que contribuem para uma melhor compreensão da segregação em meio as classes sociais.

Enclaves fortificados representam uma nova alternativa para a vida urbana dessas classes médias e altas, de modo que são codificados como algo que confere alto *status*. A construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais. Uma maneira de verificar isso no caso dos enclaves paulistanos é analisar anúncios imobiliários. A publicidade de imóveis ao expressar/criar os estilos de vida das classes média e alta revela os elementos que constituem os padrões de diferenciação social em vigência na sociedade. Os anúncios não só revelam um novo código de distinção social, mas também tratam explicitamente a separação, o isolamento e a segurança como questões de *status*. Em outras palavras, eles

repetidamente expressam a segregação social como um valor. (CALDEIRA, 1997, p.159)

E é impossível desatrelar a segregação socioespacial, originada nesse caso por meio dos enclaves fortificados, da questão racial, pois ao pensar na concentração da população negra em espaços periféricos ou até mesmo dentro dos enclaves fortificados, é possível ver uma disparidade gigantesca com a concentração de brancos.

Pierson (1942), por meio de suas pesquisas desenvolvidas em Salvador, constatou que a cor da pele das pessoas variava de acordo com a qualidade do bairro analisado. A concentração de pessoas da etnia preta e parda em bairros periféricos levantada no início desse tópico vem de encontro com a discussão da segregação residencial.

Luiz de Costa Pinto em 1953, levanta a discussão acerca da segregação residencial, analisando a questão racial no Rio de Janeiro e em concordância com o parágrafo anterior, o autor afirma:

Enquanto que, em cada cem habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de cor, na população das favelas, em cada cem habitantes, 71 são de cor. Essa grande diferença, entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade, é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica (COSTA PINTO apud PANTA, 2011, p.57)

Agora quando falamos que a segregação residencial se ocorre segundo o poder aquisitivo de grupos sociais, subentende-se que todas as etnias estão submetidas a esse processo, mesmo que a população negra seja majoritariamente mais afetada por esse fenômeno, mas outra discussão vem a tona, que é o das etnias.

A discussão dessa questão pode ser feita tendo como recorte histórico o período pós-abolição da escravatura em 1888, época na qual o governo precisava solucionar as seguintes questões: a mão de obra, pois os escravos então estariam libertos e os valores a serem pagos em uma relação assalariada seriam altos, e por outro lado, invisibilizar o alto contingente de pretos no país, atendendo assim os anseios da elite brasileira.

Como solução para esses problemas, o governo criou incentivos para a imigração de europeus vindos de países como Itália, Alemanha, Inglaterra e Japão, populações majoritariamente brancas.

Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza. A face urbana desse processo é uma espécie de projeto de “limpeza” da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado. Um dos principais alvos de intervenção foram, nas duas cidades, justamente os territórios negros (ROLNIK, 1989, p.6).

Deste modo, o contingente populacional que iria se autodeclarar da etnia branca, aumentaria. Porém seria necessária outra ação para diminuir o número de pretos no país, e pensando nisso a etnia parda foi criada no censo de 1872, ainda antes da abolição da escravatura, onde os donos dos escravos podiam responder a pesquisa (IBGE, 2018, p.10).

O censo que acontece de dez em dez anos, e em todas as edições o entrevistado é indagado pelo pesquisador sobre a sua autodeclaração. A ação de se autodeclarar em uma pesquisa censitária, diz respeito a cor que o entrevistado acredita ter. Só que mesmo com a liberdade de resposta na pesquisa, a maioria dos brasileiros não tem ideia do que significa ser pardo.

A etnia branca e preta sempre esteve presente no censo, mas quando a cor é relacionada ao descendente de indígena ou africano diversas alterações foram feitas no decorrer dos anos, contribuindo para uma falta de identidade por parte da população com a própria cor.

No ano de 1890, por exemplo, a etnia parda deixou de existir e foi substituída pela etnia “mestiça”, ação diretamente atrelada a ideia de branqueamento da população, tanto que os levantamentos sobre cor da pele no Brasil só voltam a aparecer no ano de 1940, quando a pesquisa só apresentou as opções de resposta: branca com a porcentagem de 63,5%, preta com 14,6%, amarela 0,6% e outras repostas 21,2%, sendo essa última categoria codificada pelo IBGE atualmente como os pardos.

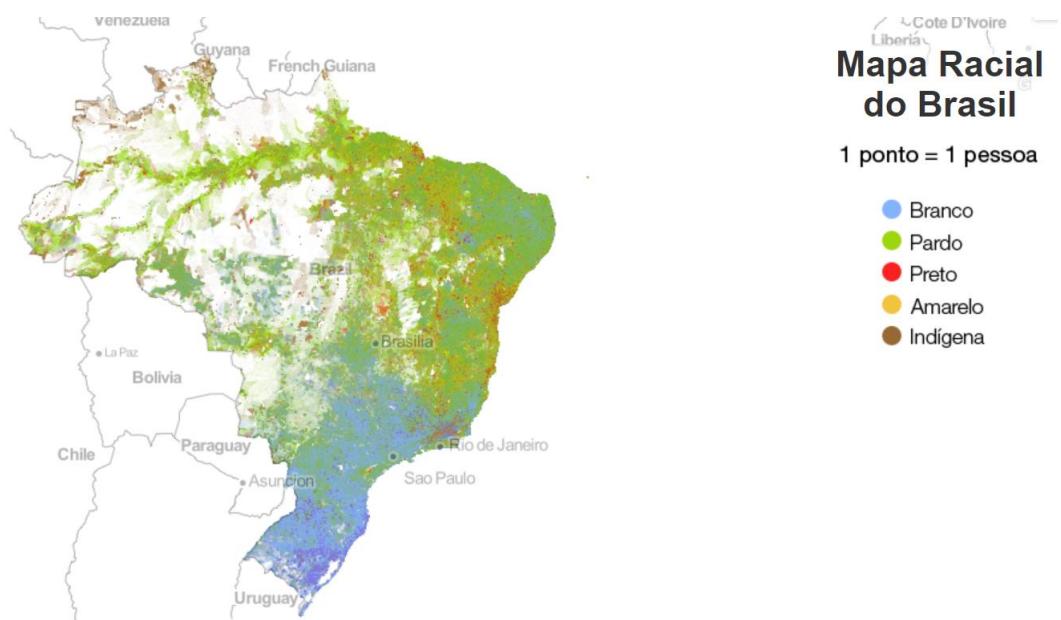
A população negra no Brasil não foi apagada do mapa nesses anos em que a política de branqueamento atuou fortemente no país, o homem e a mulher negra foram ainda mais calados e invisibilizados. Tais ações e a estruturação de uma sociedade racista, levavam o negro a não se declarar mais da etnia preta, pois a etnia parda presente em um documento, seria muito mais aceita pela sociedade do que a etnia preta preto (IBGE, 2018, p.10).

A figura 5 foi produzida pela Plataforma Pata no ano de 2018, com a base de dados do último censo, realizado no ano de 2010. Deste modo, a população brasileira está dividida nas cinco etnias criadas pelo IBGE, sendo elas: branca, preta, parda, indígena e amarela.

A primeira coisa que salta aos olhos quando se olha o país inteiro é o predomínio das etnias branca e parda, e como elas estão distribuídas pelo território.

A Região Norte do país tem a maior proporção de pessoas autodeclaradas como indígenas, com destaque para os estados do Amapá, Roraima e Amazonas, onde mais de 10% da população se autodeclara como indígena. Já a região Nordeste tem a maior proporção de pessoas pretas e pardas, especialmente nos estados da Bahia, Maranhão e Alagoas, onde mais de 80% da população se autodeclara como preta ou parda.

Figura 5 - Representação racial do Brasil 2018



Fonte: Plataforma Pata (2018)

Por outro lado, a região Sul tem a maior proporção de pessoas brancas do país, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, onde cerca de 80% da população se autodeclara como branca. Já na região Sudeste, a distribuição é mais heterogênea, com São Paulo e Rio de Janeiro apresentando proporções significativas de pessoas brancas, negras e pardas. Essas diferenças de distribuição de etnias entre os estados contribuem para acentuar desigualdades étnico-raciais. Desse modo, agora será apresentado como esse fenômeno se da no município de Rolândia -PR.

Direcionando a discussão agora para a Região Metropolitana de Londrina – PR, onde a cidade de Rolândia se encontra, é importante ressaltar alguns fatores que ocasionaram a concentração da população preta e parda no estado.

Como levantado no subtópico anterior, houve uma política de embranquecimento na população brasileira, com o intuito de reduzir a população negra que não era vista com bons olhos por uma sociedade altamente racista. Quando essa discussão é levantada e comparamos com os percentuais atuais da população, temos alguns números interessantes sobre o estado do Paraná.

Dentre os três estados da Região Sul, o Paraná é o que apresenta a maior concentração de pretos com 3,1% e pardos com 25,4 %, segundo dados do censo do IBGE de 2010. Pode-se afirmar então que o Paraná é o estado mais negro do Sul do Brasil.

Agora quando pensamos na Região Metropolitana de Londrina, a mesma possui uma população negra significativa, que representa uma parcela importante da sociedade local. De acordo com dados do censo de 2010, a população negra da região metropolitana representava cerca de 12,6% da população total do estado.

Essa população negra está presente em diferentes áreas da região metropolitana, incluindo em áreas urbanas e rurais, e é composta por pessoas de diferentes origens e identidades étnico-culturais. Além disso, segundo o IBGE, existem também comunidades quilombolas na região, que possuem uma história própria e tem lutado por seus direitos e reconhecimento.

Mesmo a região metropolitana tendo uma população negra considerável, isso não significa que ela não passou por um processo de embranquecimento assim como outras regiões do país. Cerca de 70,1% do estado é constituído por brancos.

No século XX, a política de embranquecimento no Paraná foi tão intensa que ganhou novas formas, como a proibição de manifestações culturais de matriz africana e a segregação socioespacial, que confinava a população negra em áreas periféricas. Fazendo com que a população negra do estado se concentre nesses locais até os dias de hoje.

### 3. REFLEXÕES SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPECIAL EM ÁREAS DE ZEIS NA CIDADE DE ROLÂNDIA

Esse último capítulo objetivou discutir a gênese da cidade de Rolândia e refletir sobre como a segregação socioespacial e racial encontram-se materializadas em três conjuntos habitacionais da cidade, sendo eles respectivamente, José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani.

#### 3.1 A CONSTRUÇÃO DE ROLÂNDIA NO NORTE DO PARANÁ

A ocupação territorial do estado do Paraná perpassa por acontecimentos históricos que envolvem a economia cafeeira e a imigração de países europeus e asiáticos. Antes de adentrar na história da fundação da cidade de Rolândia, é necessário explicar qual foi o processo político que levou a presença dos imigrantes que viriam fundar diversas cidades no Norte do Paraná.

Um acontecimento histórico marcante para a territorialização brasileira, foi a Lei de Terras de 1850, que permitiu ao Estado realizar um novo reordenamento agrário, adotar novos conceitos de organização da propriedade privada, permitir o monopólio dos meios de produção e incentivar o fim do trabalho escravo e a adoção do sistema de trabalho assalariado, sobretudo, através de políticas de fixação de imigrantes estrangeiros no campo.

Deste modo, ao adotar o procedimento da compra e venda da terra, como sistema de aquisição da propriedade, o Estado praticamente excluiu desse processo as populações menos favorecidas, como posseiros, trabalhadores livres e recém libertos. Mesmo que essas pessoas trabalhassem no campo e agora tivessem sua liberdade, o acesso à terra foi limitado.

A respeito da imigração no Paraná, Sanoto (2010) afirma que durante a Assembleia Legislativa Provincial do Paraná do ano de 1860, mediada pelo presidente da província José Francisco Cardoso, o mesmo escreveu o seguinte:

Desde que o governo imperial e o país se empenharam com afinco na repressão do ilícito tráfico de escravos, e que consequentemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante comércio, as visitas de nossos labradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a única esperança que lhes restava, contra a decadência da produção agrícola. Entre dois sistemas reconhecidos para facilitar a vinda de colonos, é sem contestação

preferível da emigração espontânea: a lei de 18 de setembro de 1850 assim o visou, ordenando a demarcação dos terrenos do modo a extremar o domínio público do particular. (CARDOSO, 1860. p.60)

Com isso, é possível visualizar a ligação entre a Lei de Terras de 1850 e o incentivo a imigração. A substituição da mão de obra escrava era de extrema importância, além disso, outra questão também foi levada em consideração na escolha dos povos colonizadores.

Conforme discutido em capítulos anteriores, o país passou por uma política de embranquecimento com o objetivo de reduzir o número total de pessoas negras. Isso pode ser observado ao analisar a composição étnica de países colonizadores como Alemanha, Inglaterra e Itália, onde predominam pessoas brancas. Essa política visava aumentar a proporção da etnia branca no país, já que os descendentes dessas pessoas teriam uma maior probabilidade de nascer brancos, contribuindo assim para a concentração étnica.

Até a década de 1930, a região central do Norte do Estado do Paraná, onde hoje está localizado o município de Rolândia, era habitada por indígenas e exploradores que ocupavam as terras ou obtinham concessões do governo estadual para estabelecer assentamentos. Embora a densidade demográfica não fosse significativa e o desempenho econômico não fosse expressivo, a região era alvo de movimentação fundiária devido às grandes fazendas impulsionadas pela expansão da indústria cafeeira em São Paulo.

Em 1923, iniciou-se um novo processo de ocupação da região com a chamada Missão Montagu, liderada por Edwin Samuel Montagu. Essa missão era composta por representantes de bancos britânicos credores que permaneceram no Brasil por dois meses com o objetivo de negociar as dívidas nacionais. Um dos membros da missão, Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat, tinha a tarefa de avaliar o potencial agrícola das terras brasileiras para o cultivo de algodão. Essa visita despertou expectativas entre os fazendeiros da região do Norte Velho, que passaram a ver os ingleses como potenciais investidores, uma vez que suas fazendas enfrentavam dificuldades no escoamento da produção de café e não possuíam capital suficiente para estender a Estrada de Ferro Sorocabana.

De acordo com Schwengber (2003), após o retorno da missão à Inglaterra em 1924, o governo britânico adquiriu 515.000 alqueires paulistas das chamadas terras devolutas, anteriormente sob posse do governo do Paraná, localizadas na região

central e norte do estado, entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, que anteriormente eram territórios indígenas que foram tomados/invadidos.

Assim, em 1925, foi fundada a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com sede no Brasil, responsável por parcelar as terras em lotes agrícolas e comercializá-las para cafeicultores de todo o país, assim como imigrantes. No final do mesmo ano, foi estabelecida em Londres a matriz da companhia, denominada Paraná Plantation LTDA, sob a direção de Lord Lovat.

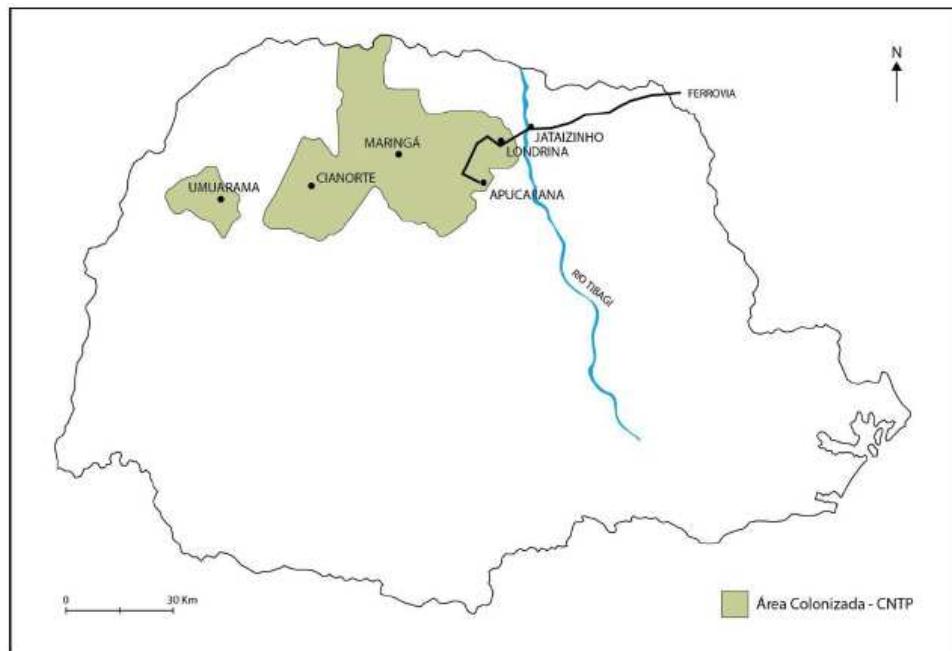
Dentre as estratégias traçadas pela CTNP, a região adquirida tinha que ser planejada. Assim houve o ordenamento do território no sentido Leste-Oeste, com a extensão da linha férrea Cia Ferroviária São Paulo-Paraná adquirida em 1928 e da estrada de rodagem, conhecida como Estrada do Sertão. A região foi dividida em faixas alongadas de pequenas propriedades rurais de 10, 15 e 20 alqueires, providos de cursos d'água nos vales e acesso no espigão por estradas vicinais.

Neste planejamento, alguns núcleos urbanos foram definidos como pólos e outros como patrimônios estabelecidos a cada quinze quilômetros para servirem de centro de apoio e abastecimento à população rural, o que mais tarde seu crescimento demográfico e econômico resultou no desmembramento e criação de municípios, como Nova Dantzing (atual Cambé), Rolândia, Arapongas, Apucarana e tantos outros, algumas sendo destacadas na figura 6.

Segundo Schwengber (2003), no início, as pequenas cidades dispunham de casas de comércio, igrejas, escolas, farmácias, autoridades, e funcionavam como ponto de encontro, onde relações de amizade e parentesco definiam uma rede de favores e relações informais.

O Patrimônio Rolândia, hoje Município de Rolândia, foi fundado em 1934 como um dos primeiros núcleos projetados pela CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná, distante 30 quilômetros de Londrina. As primeiras ruas e lotes foram demarcados a partir do projeto do núcleo inicial pelo engenheiro russo Alexandre Razgulaeff e a ocupação se deu em sequência, pois os primeiros terrenos já haviam sido comprados antes da implantação do patrimônio. Em 25 de janeiro de 1936 a inauguração da Estação Ferroviária, destacada na figura 7, marca a chegada do trem, o que de certo modo, trouxe maiores possibilidades de ocupação efetiva da região.

Figura 6 - Porções de terras adquiridas pela CTNP e comercializadas junto a ex colonos oriundos principalmente de São Paulo



Fonte: Schwengber, 2003

Figura 7 – Estação ferroviária inaugurada em 25/01/1936



Fonte: Schwengber, 2003

Desta forma, toda colonização de Rolândia é atribuída aos ingleses que fundaram também, a Companhia de Terras Norte do Paraná, objetivando a compra de terras para comercialização.

Rolândia, portanto, participa das representações sobre o norte do Paraná e o café. A Companhia de Terras Norte do Paraná realizou intensa propaganda em todo o Brasil, onde apresentava o norte do

Paraná como uma nova Terra da Promissão. No entanto o desenvolvimento foi pequeno até o fim da 2ª Guerra Mundial quando então houve uma elevação dos preços do café e da convicção generalizada de que o norte do Paraná era o lugar do futuro. (BARTMEYER, 2007, p. 03)

É de extrema importância ressaltar o papel dos alemães judeus na ocupação do território tido hoje como Rolândia. Pelo fato da região ser considerada pouco povoada ou “desocupada”, foi necessária a vinda de imigrantes para efetivar a colonização. As terras então ocupadas por esses imigrantes eram pagas por meio da produção agrícola, que estava em ascensão no país. Porém as razões que trouxeram os chamados judeus-alemães de forma massiva não foram econômicas, mas sim, étnico-raciais, pois os mesmos se encontravam perseguidos pelo partido nazista e viram com bons olhos as terras do Norte do Paraná que viriam ser Rolândia como rota de fuga e o recomeço de uma nova vida.

Não vieram por razões econômicas, como a maioria dos imigrantes alemães chegados ao Brasil antes da Primeira Guerra, quando preponderou o elemento agrícola; também não vieram por motivos econômicos – inflação, desemprego – nem por razões políticas, como alguns espartaquistas e numerosos elementos dos partidos de direita, depois da Primeira Grande Guerra. Emigraram como “refugiados”, por serem de “raça” judia, conforme contam em sua história, pois, de acordo com as Leis de Nuremberg, todo aquele que tivesse ¼ de ascendência judaica, seria judeu. Estes imigrantes, que eram na maioria de religião luterana, poucos de religião católica e somente alguns de religião judaica, foram considerados e - ainda hoje se consideram – como membros da “raça” judia. Muitos “arianos”, como eram denominados pelos nazistas as pessoas de “raça germânica”, vieram também acompanhando seus familiares “judeus”. (KOSMINSKY, 1985, p.49-50)

Porém, os primeiros lotes agrícolas (rurais de Rolândia) foram comprados por japoneses em 1932 (BARTMEYER, 2007, p. 12) antes mesmo de sua fundação e não identificam moradias, apenas compra de lotes rurais. É importante fazer essa consideração, pois muito se fala da imigração alemã como fundadora da cidade, minimizando assim a japonesa.

Segundo Schwengber (2003, p. 47), “muitas famílias que vieram dos Estados de S. Paulo e de Minas Gerais trouxeram suas mudanças de trem. Todos foram beneficiados por este meio de transporte”. Também se destacam alguns estabelecimentos comerciais e de serviços mediante o crescimento demográfico nos primeiros anos da ocupação do patrimônio.

Figura 8 – Nomes dos imigrantes japoneses

"GLEBA ROLAND"			
LOTE	ÁREA	COMPRADOR	DATA
16	10 alq.	Otto Hasse	23/04/1932
19	10 alq.	Philips Haussler	24/09/1932
23	07alq.	Jorge Philips	15/10/1932
04 A	05 alq.	Fritz Metzner	15/11/1932
04	05 alq.	Dr. Edmundo Stark	29/11/1932

"GLEBA CAFEZAL"			
191	30 alq.	Takashi Moori	14/03/1932
192	30 alq.	Jugoro Oki	14/03/1932
198	10 alq.	Tutomo Veda	24/04/1932
199	10 alq.	Takae Miyasaki	24/04/1932
200	15 alq.	Yoshikawa Koje	02/05/1932
201	10 alq.	Katayame Eitaro	01/06/1932
203	15 alq.	Nogumo Yoshio	02/05/1932
208	20 alq.	Kizima Zenomon	01/06/1932
215	05 alq.	Fukuda Takaki	02/05/1932
216	30 alq.	Guiti Hamada	02/06/1932
221	10 alq.	Shimade Reuiti	23/06/1932
300	11 alq.	Isao Yoshitaka	19/11/1932
301	12 alq.	Kenichi Teshima	19/11/1932
302	13 alq.	Takeo Teshima	19/11/1932
303	14 alq.	Enso Kowano	19/11/1932
304	15 alq.	Kiriu Yamura	19/11/1932
305	16 alq.	Yoshitaro Terada	19/11/1932
306	17 alq.	Yoshio Sassano	19/12/1932

"GLEBA RIBEIRÃO VERMELHO"			
01	10 alq.	Senji Tanji	22/06/1932
02	10 alq.	Massaioshi Endo	22/06/1932
03	12 alq.	Takiti Hiraoka	22/06/1932
04	10 alq.	Kunioshi Assao	22/06/1932
05	30 alq.	Hiogi Tamo	22/06/1932

Fonte: Extraído de Schwengber,2003

A primeira edificação prestadora de serviços foi o antigo Hotel Rolândia, o mesmo teve sua construção iniciada em 29 de junho de 1934. Situado na (hoje atual) Avenida Getúlio Vargas era de propriedade de Eugênio Larionoff, funcionário da CTNP de Londrina. E segundo Bartmeyer (2007, p. 13) o primeiro a residir na cidade de Rolândia, foi o senhor Pedro Rosa, um brasileiro arrendatário do Hotel Rolândia.

Segundo o primeiro alemão, Oswald Nixdorf – um dos líderes da imigração alemã em Rolândia - “no dia 4 de julho de 1934, Carlos Strass com seus picadeiros derrubou a primeira árvore no patrimônio. Conta ainda que o fato foi festivamente brindado com cachaça (SCHWENGBER, 2003, p.33)

Figura 9 – Vista parcial do Antigo Hotel Rolândia



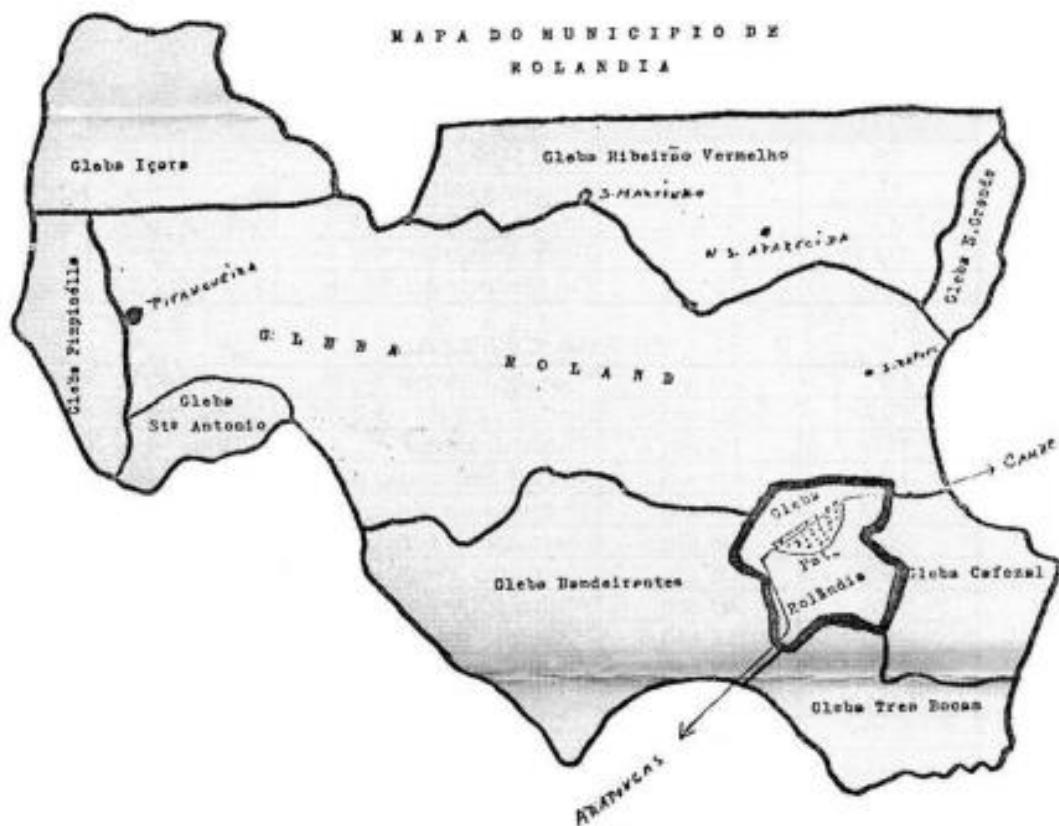
Fonte: SCHWENGBER, 2003, p. 42.

O nome da cidade foi atribuído em homenagem ao guerreiro Roland, cuja estátua original está localizada na cidade de Bremen, na Alemanha. De acordo com Schwengber (2003, p. 38), a CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná) decidiu convocar líderes responsáveis pela imigração alemã que já estavam estabelecidos em propriedades agrícolas da região, a fim de escolher um nome para o novo assentamento. Esses líderes tinham fortes vínculos com a cidade alemã de Bremen e sugeriram nomes como "Rohesland", que significa "Terra Crua", e também "Roland", em referência ao lendário guerreiro medieval do século VIII d.C., que para os alemães era um símbolo de "liberdade e justiça". No mapa da divisão territorial de Rolândia constam os nomes "Gleba Roland" e "Gleba Patrimônio Rolândia" (Figura 10).

A história do município de Rolândia é marcada por datas importantes que desempenharam um papel crucial em sua organização e emancipação. Schwengber (2003, p. 258-264) destaca então eventos significativos:

Uma data fundamental para o município foi 14 de março de 1938, quando o Distrito Judiciário de Rolândia foi criado por meio do Decreto-Lei Estadual nº 6.589. Esse ato marcou o momento em que Rolândia deixou de ser parte de Londrina e obteve sua própria representação política.

Figura 10 - Mapas com divisões das Glebas de Rolândia



Fonte: SCHWENGBER, 2003, p. 26.

Em 30 de dezembro de 1943, ocorreu outro marco importante com o estabelecimento do município de Caviúna, conforme determinado pelo Decreto-Lei Estadual nº 199. Essa mudança de nome ocorreu devido a uma diretriz do Governo do Brasil que exigia a substituição de nomes de cidades relacionados aos países inimigos da Segunda Guerra Mundial. Assim, Caviúna, nome derivado de uma árvore nativa abundante na região, substituiu o nome de origem germânica, Rolândia.

No dia 28 de janeiro de 1944, ocorreu a instalação oficial do município de Caviúna, com a posse de seu primeiro prefeito nomeado, Ary Correia Lima. O Decreto nº 2.028, datado de 15 de dezembro de 1944, foi responsável por estabelecer os limites municipais entre Apucarana, Caviúna e Londrina, delineando as fronteiras territoriais.

Em 10 de outubro de 1947, uma importante mudança ocorreu quando o município de Caviúna voltou a ser chamado de Rolândia, através da Lei Estadual nº 02. Nessa mesma ocasião, o distrito de Arapongas foi elevado à condição de

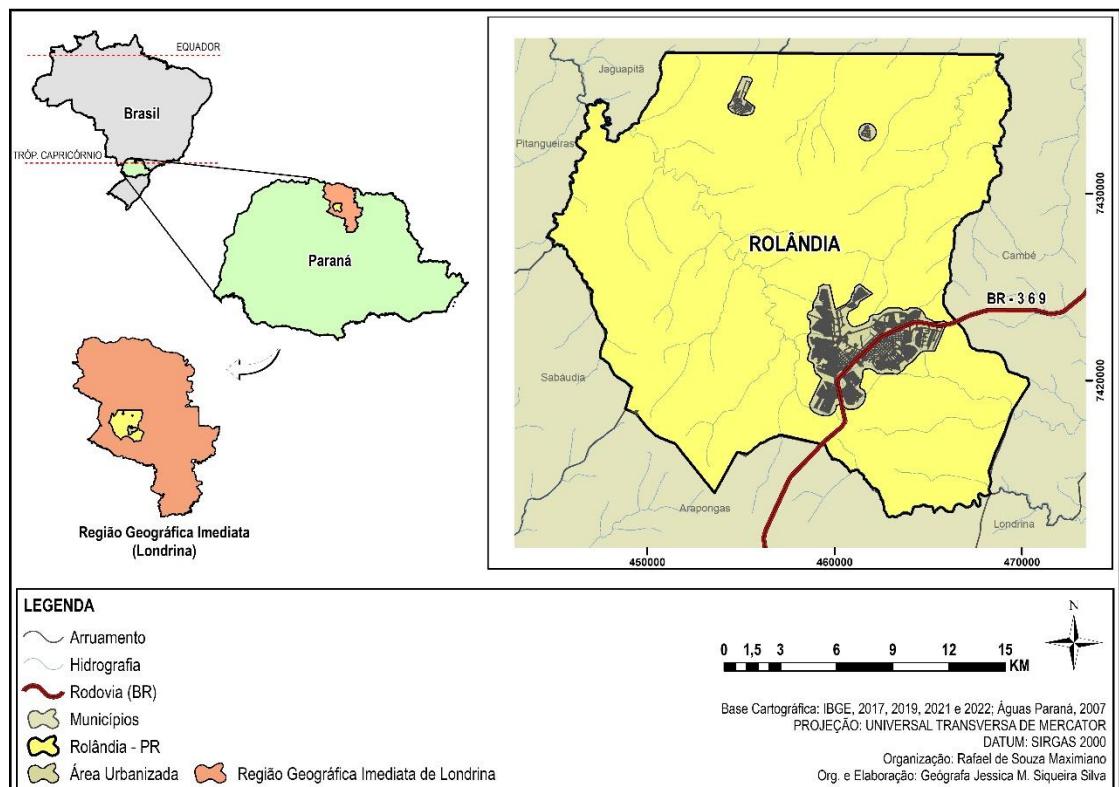
município, resultando no desmembramento territorial e na criação de seu próprio território.

No dia 14 de setembro de 1948, foi criada a Comarca de Rolândia, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 93. Essa comarca foi oficialmente inaugurada em 25 de janeiro de 1949 e sua criação foi publicada no Diário Oficial nº 166 de 16 de setembro de 1948.

Outro marco importante foi a criação do Distrito de Pitangueiras, através da Lei Estadual nº 790, em 14 de novembro de 1951. O distrito foi inicialmente estabelecido em Santo Antônio e posteriormente recebeu o nome de Pitangueiras. E finalmente, em 28 de setembro de 1990, Pitangueiras foi elevado à condição de município pela Lei Estadual nº 9.389. Esse processo resultou no desmembramento de Pitangueiras de Rolândia, e o município de Pitangueiras foi oficialmente estabelecido em janeiro de 1993.

Atualmente, o município de Rolândia é composto em sua divisão administrativa de 3 distritos: São Martinho, Nossa Senhora Aparecida e distrito sede (Figura 11).

Figura 11- Perímetro Urbano e Área Rural do Município de Rolândia - PR



Elaboração: SILVA, J. M. S. (2023)

### 3.2 O PROCESSO DA EXPANSÃO URBANA DE ROLÂNDIA – PR

Um fator de extrema importância para a história de Rolândia – PR foi a chegada da linha férrea no ano de 1936, já que foi através dela que o desenvolvimento e crescimento econômico da cidade se tornou possível.

A estrada de ferro teve seu início em 1923, originando-se da estação de Ourinhos - SP, fundada em 1908, pela companhia ferroviária Estrada de Ferro Sorocabana. Somente em 1928 por meio da concessão da ferrovia foi transferida para a companhia Paraná Plantations, sendo assim nomeada como Estrada de Ferro São Paulo - Paraná, e no decorrer dos anos subsequentes ela estendeu-se por dentro do Estado do Paraná chegando a Londrina em 1935 e à Rolândia no ano de 1936, dois anos após sua fundação.

Segundo Schwengber (2003), as décadas de 1940 e 1950 ficaram marcadas pela implementação do transporte por meio de automóveis e uma maior utilização de ônibus. Estes marcos foram alcançados graças a pavimentações e a construção de novas rodovias.

Deste modo, as viagens de ônibus se tornavam mais vantajosas em comparação ao trem, por permitir maiores opções de horários e rapidez de locomoção. Esses fatores levaram ao encerramento do transporte de passageiros por meio da Estrada de Ferro em 1981 (LIASCH, 2011), passando a ser utilizado apenas para transporte de carga até os dias atuais. E quanto ao transporte por meio dos ônibus, o mesmo permanece ativo na cidade, mas não é mais utilizado com tanta frequência como em anos anteriores.

A Pesquisa Origem Destino Domiciliar ajuda a caracterizar esse fenômeno, que por meio da amostra de 776 domicílios entrevistados, o cálculo estatístico apontou a distribuição dos modais de transporte em um dia típico em Rolândia, com participação do modo de transporte individual motorizado em 47,3% das viagens (carro e motocicleta), coletivo público 3,2% (ônibus), compartilhado 14% (van, ônibus fretado e táxi) e transporte não motorizado 35% (a pé e bicicleta) (ITEDES, 2017).

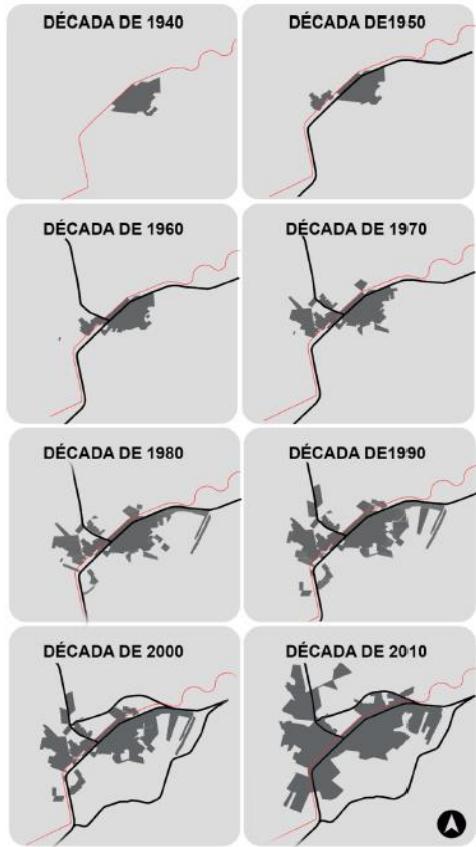
É muito comum que um morador de Rolândia já tenha ouvido “você mora pra cima ou pra baixo da linha do trem?”. Essa pergunta remete a muitas questões quanto a produção do espaço geográfico na cidade de Rolândia – PR e como elas foram atreladas a questões sociais que envolvem poder aquisitivo e segregação socioespacial.

A linha férrea teve grande importância para o crescimento da cidade, então é possível relacionar diretamente a expansão da mancha urbana do município de Rolândia - PR com a criação e melhorias da infraestrutura de transportes, como a expansão da linha férrea e a construção de rodovias que ligam Rolândia a outros municípios (Figura 12).

Quanto as características urbanas podem ser identificadas com grande diversidade de atividades no distrito sede, e menos desenvolvidas nas áreas urbanas dos distritos de São Martinho e de Nossa Senhora Aparecida, conhecido como Bartira.

No distrito sede, os dados de expansão territorial mostram que a cidade foi implantada com pouco mais de 2 km<sup>2</sup>, e que esta área foi sendo ampliada no decorrer das décadas. Os anos de 1970 correspondem ao período de maior crescimento em relação à década anterior e a proporção 11,62% em relação ao total ocupado de 17,9 Km<sup>2</sup>.

Figura 12 – Evolução da malha urbana de Rolândia, via férrea e rodovias.



Fonte: Itedes, 2017

Entretanto, as duas últimas décadas têm mostrado ampliações notáveis, computando praticamente 50% de crescimento nos anos 2000 em relação à década de 1990. Na década de 2010, a ampliação já chega a 5 Km<sup>2</sup>, totalizando a área urbana com 17,90 Km<sup>2</sup> (quadro 3).

Quadro 3 – Expansão urbana do distrito sede de Rolândia – PR por décadas

DÉCADAS	Área por década Hectares (ha.)	Km <sup>2</sup>	Área acumulada Hectares (ha.)	Km <sup>2</sup>	Crescimento (%) em relação ao período anterior	Proporção (%) em relação a área total
1940	220	2,20	220	2,20	-----	12,3 %
1950	30	0,30	250	2,50	13,6 %	1,7 %
1960	63	0,63	313	3,13	25,2 %	3,5 %
1970	208	2,08	521	5,21	66,5 %	11,6 %
1980	170	1,70	691	6,91	32,6 %	9,5 %
1990	164	1,64	855	8,55	23,7 %	9,2 %
2000	425	4,25	1.280	12,80	49,7 %	23,7 %
2010	510	5,10	1.790	17,90	39,8 %	28,5 %
TOTAL	1.790	17,9				100%

Fonte: Itedes (2017) \*Os dados da década de 2010 correspondem até o ano de 2017.

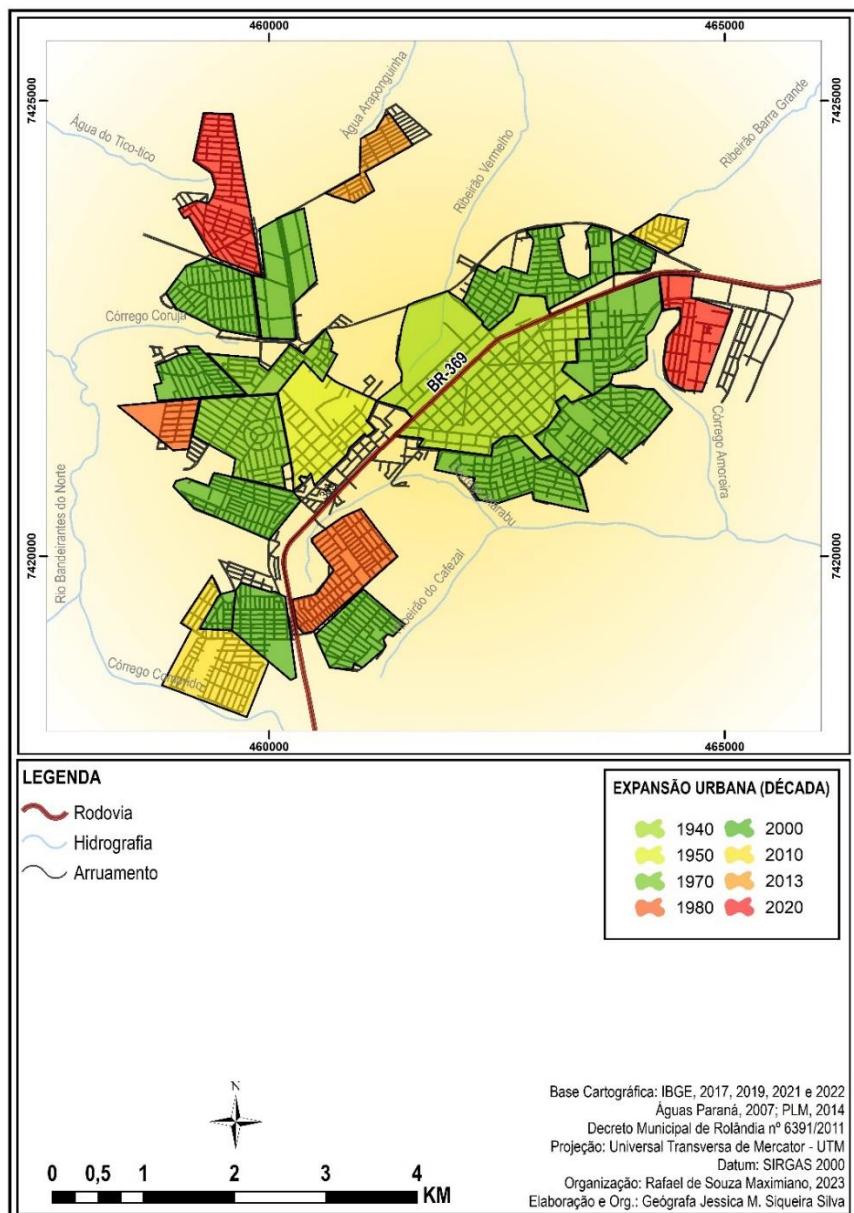
Na figura 13 tem-se a espacialização da mancha urbana e a expansão urbana ocorrendo a partir do centro e em um intervalo de tempo de 10 anos o crescimento da mesma foi progressivo. Um ponto importante a ser destacado na figura 13 é a linha férrea, que perpassa a cidade e percorre todo o trecho da BR – 369 na área urbana.

O crescimento populacional, o desenvolvimento de bairros ao entorno do centro e do outro lado da linha do trem, como a Vila Oliveira, contribuíram para o crescimento da cidade de forma direta. Desta forma, pode-se dizer que a mancha urbana cresceu para todas as direções. A figura, na sequência, mostra a expansão da mancha urbana da cidade de Rolândia.

Na figura 13, pode-se observar quatro fases distintas que contribuem na compreensão dos vetores de crescimento da cidade. O primeiro segue entre as décadas de 1940 a 1960, que após a fundação do núcleo inicial nos anos de 1930, as

primeiras expansões ocorrem próximas à primeira malha, como também surge a ocupação da Vila Oliveira, após a construção da linha férrea.

Figura 13 – Mapa da expansão urbana da cidade de Rolândia - PR



Elaboração: SILVA, J. M. S. (2023)

Com o desenvolvimento e crescimento populacional, as áreas mais afastadas do centro foram ocupadas, sendo essas destinadas a pessoas com um menor poder aquisitivo, que segundo a professora Camila Karina em uma entrevista realizada em 2022, muitas vezes eram chamadas de “vileiros”, por residirem no bairro Vila Oliveira.

No período das décadas de 1970 a 1990 a expansão foi direcionada na porção oeste da cidade, impulsionada principalmente pela construção de conjuntos habitacionais, e a leste pela implantação de parques industriais.

O Plano Diretor de 2006 (ROLÂNDIA, 2006) aponta que na década de 1990 foram construídos loteamentos nas quatro zonas da cidade e condomínios fechados na Zona Leste, sendo esses localizados paralelos ao centro. Nos anos de 1990 também foi implantado o parque industrial ao longo da PR-170, a Norte do centro principal, na saída para São Martinho, próximos aos conjuntos habitacionais, recorte espacial desta pesquisa.

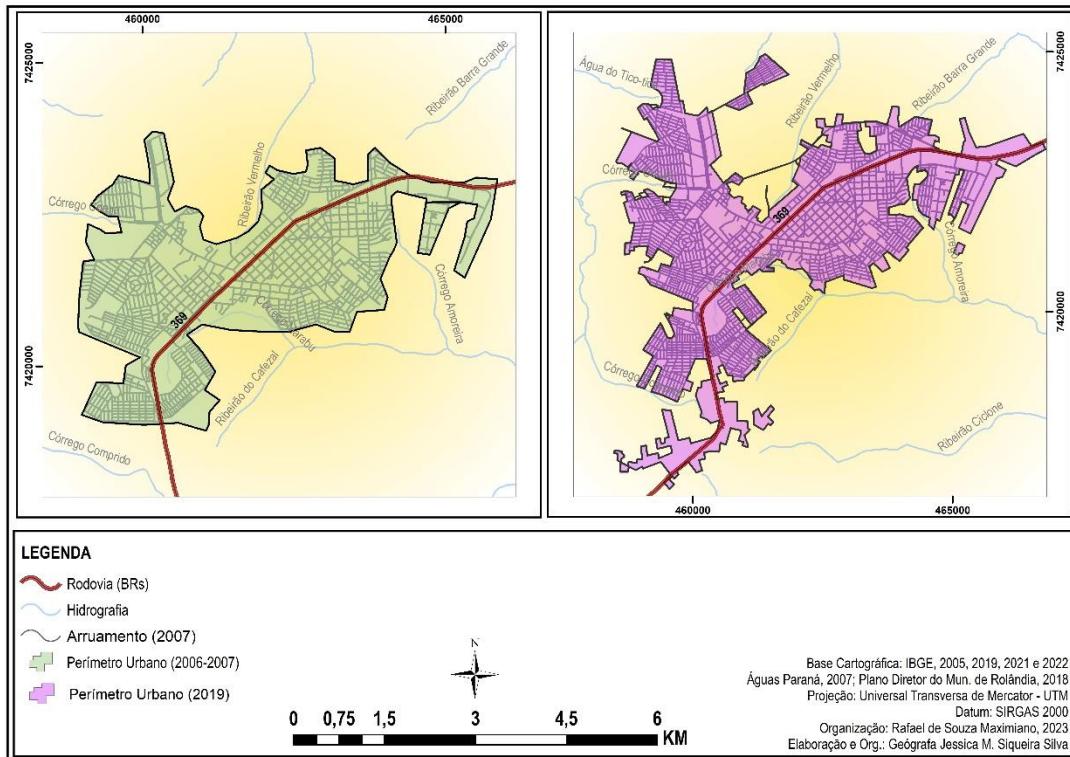
Na década de 2000 foi acentuada a tendência de ocupação a Oeste e na direção ao Norte com loteamentos populares próximos ao parque industrial. Pode-se citar os bairros Jardim Nobre (1 ao 4), Jardim do Café e Belo Horizonte como os que foram construídos nesse processo de expansão. Já na Zona Sul, o principal conjunto habitacional construído foi o Residencial Itália, no ano de 2004.

A década de 2010 consolidou uma mudança na expansão urbana, pois se até então a tendência era de oeste para norte, a partir de 2010 passou a ocorrer uma amarração com a malha urbana central, como também o preenchimento dos vazios urbanos, principalmente entre o centro e o bairro São Fernando.

Em decorrência da expansão de novos empreendimentos, o perímetro urbano também teve aumentos significativos, ainda que o crescimento da malha não tenha ocorrido de modo contínuo. O perímetro urbano indicado pela Lei municipal nº.13/2006 só foi delimitado no ano de 2007, tendo algumas ampliações na porção sul, abaixo do contorno da Rodovia PR-986 e, principalmente, ao norte com a implantação dos conjuntos habitacionais do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, após o parque industrial da PR-170.

Do perímetro urbano de 2007 para o ano de 2014 tem-se o aumento de 5,71 Km<sup>2</sup> de área urbana, somando o valor atual de 48,37 Km<sup>2</sup> e 17,91 Km<sup>2</sup> de área urbanizada (figura 14).

Figura 14 – Comparativo entre perímetros urbanos de 2007 e 2014, Rolândia – PR

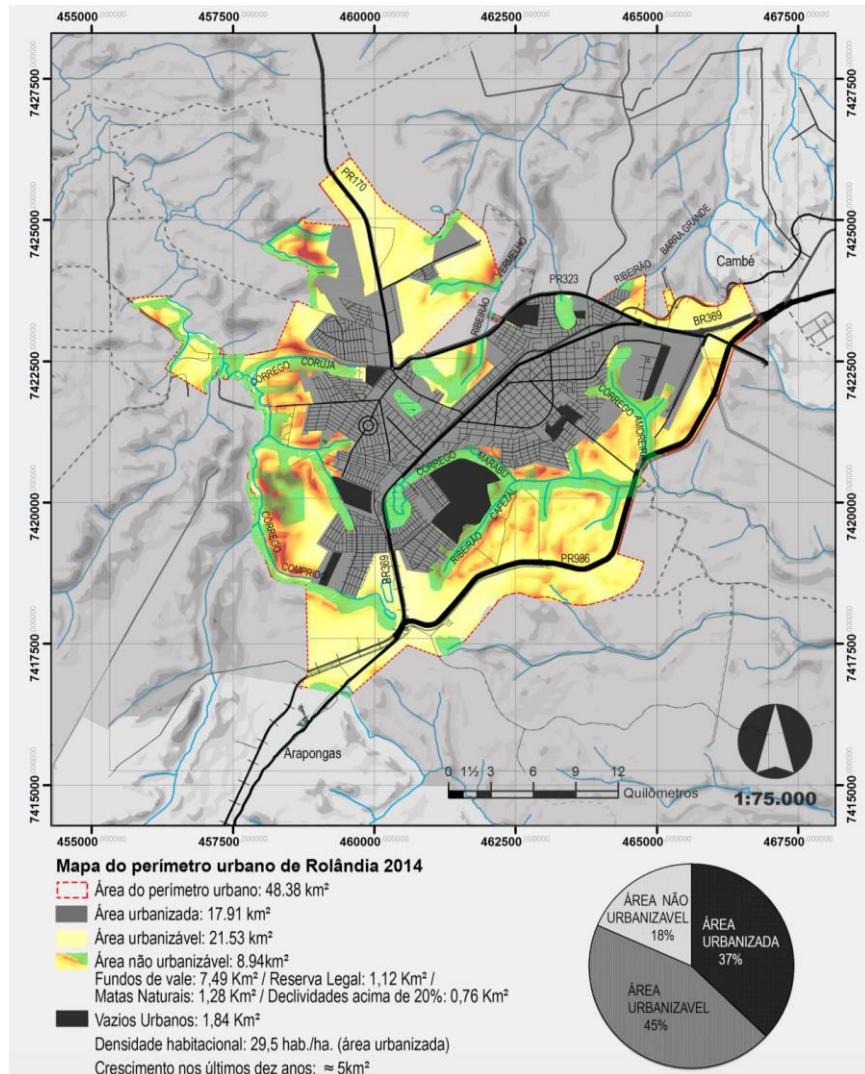


Elaboração: SILVA, J. M. S. (2023)

Numa breve análise do perímetro urbano vigente – ano 2014, é possível observar (figura 15) que a zona urbana é constituída de uma área urbanizada com poucos vazios urbanos, sendo 1,84 Km<sup>2</sup>. Já, em termos de expansão da malha urbana, a área urbanizável mais adequada está ao norte, pois o relevo tem declividades mais adequadas e menos fundos de vales de cursos hídricos. No entanto, o desafio está na conexão de vias e a construção de equipamentos urbanos.

Em outra análise do perímetro urbano, o Plano Diretor de 2018 aponta que a expansão da cidade de Rolândia nos últimos dez anos foi de aproximadamente 5 Km<sup>2</sup>. Tendo em vista que a atual área disponível para urbanização é de 21,53 Km<sup>2</sup>, sem considerar a não urbanizável (fundos de vale, reserva legal, matas naturais e declividades excessivas), conclui-se que há território suficiente para atender o crescimento urbano nos próximos dez anos.

Figura 15 - Características do perímetro urbano vigente da cidade de Rolândia



Fonte: Itedes (2017)

A atual densidade habitacional de 29,5 hab./ha. na área urbanizada é considerada baixa e, poderia ser incrementada com outros padrões de adensamento compatíveis com a infraestrutura. Entretanto, numa tendência de crescimento, a porção ao norte mostra-se mais favorável por facilitar a extensão da infraestrutura pela continuidade que oferece. O crescimento na direção do Rio Bandeirantes de Norte e afluentes (ex. Córrego Coruja e Córrego Comprido) não é recomendado em razão da vulnerabilidade ambiental de declividades acentuadas e por este ser o manancial de abastecimento de Rolândia.

Partindo dessas considerações sobre a zona Norte da cidade, agora será apresentado o coração dessa pesquisa, que se encontra em três conjuntos

habitacionais, sendo eles respectivamente: José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani.

### 3.4 Os CONJUNTOS HABITACIONAIS FAIXA 1 DO PMCMV: JOSÉ PERAZOLO, ERNESTO FRANCESCHINI E TOMIE NAGATANI

Abordar os três conjuntos habitacionais objeto de estudo desta pesquisa é mais do que descrever as características físicas e as políticas envolvidas para o desenvolvimento deles. O que entra em questão nesse estudo é evidenciar e transcrever as vivências dos moradores que residem nos bairros.

Porém antes de adentrar nos resultados obtidos nas entrevistas, os bairros serão apresentados, de modo que seja possível compreender onde os mesmos estão situados e quem são as pessoas que ali residem.

Vale a pena ressaltar que no ano de 2009 o município aprovou Lei Ordinária 3361/2009 onde estabelece ao Poder Executivo Municipal adotar medidas a participação do município ao PMCMV instituído pela Medida Provisória nº 459, de 25 de Março de 2009, visando atender os problemas e demandas habitacionais da população de baixa renda, que deu origem aos conjuntos (ROLANDIA, 2009).

Em relação a infraestrutura das moradias que foram construídas pelo programa, segundo o município, a construção de casas e apartamentos deveriam conter dois quartos, sala, cozinha e banheiro, todas as unidades têm medidas estabelecidas na sua construção, podendo ter o lote no mínimo 125,00 m<sup>2</sup> e no final de toda obra emitirão um laudo de término de obra onde consta o término da obra e comprova que seguiram a legislação imposta pelo MCMV (ROLANDIA, 2009).

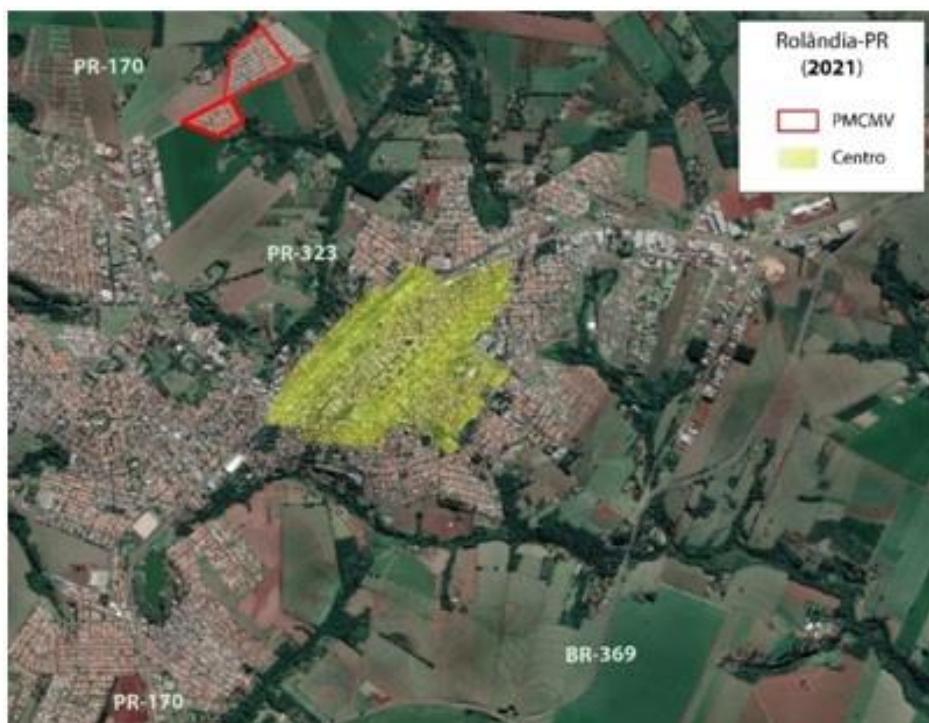
Como levantado anteriormente, é evidente o crescimento urbano na zona norte com a criação de quatro conjuntos habitacionais, onde foi instaurado em 2010 a única ZEIS – Zona Espacial de Interesse Social da cidade. Sendo assim, os três conjuntos habitacionais em questão, são o José Perazolo, o Ernesto Franceschini e o Tomie Nagatani, ambos localizados na zona norte da cidade de Rolândia – PR (figuras 16 e 17).

Figura 16 – Representação da delimitação da área de ZEIS (em vermelho) na cidade de Rolândia – PR (2011)



Fonte: Google Earth, 2011

Figura 17 – Representação da área de ZEIS (em vermelho) onde foram construídas as casas do PMCMV na cidade de Rolândia – PR (2021)



Fonte: Google Earth, 2021

Ao comparar as figuras 16 e 17, é possível observar o crescimento da malha urbana da cidade de Rolândia – PR em direção as ZEIS. E ainda fica explícito nas figuras 16 e 17 a existência de um espaço com uso do solo rural entre os conjuntos faixa 1 e o restante da cidade.

Em se tratando das moradias, em um intervalo de tempo de dez anos, os três conjuntos lançados pelo PMCMV totalizam 1977 moradias (gráfico 1), sendo distribuídas em 604 moradias no Conjunto Habitacional José Perazolo, 660 moradias no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani e 713 moradias no Conjunto Habitacional Ernesto Franceschini (ROLÂNDIA, 2022).

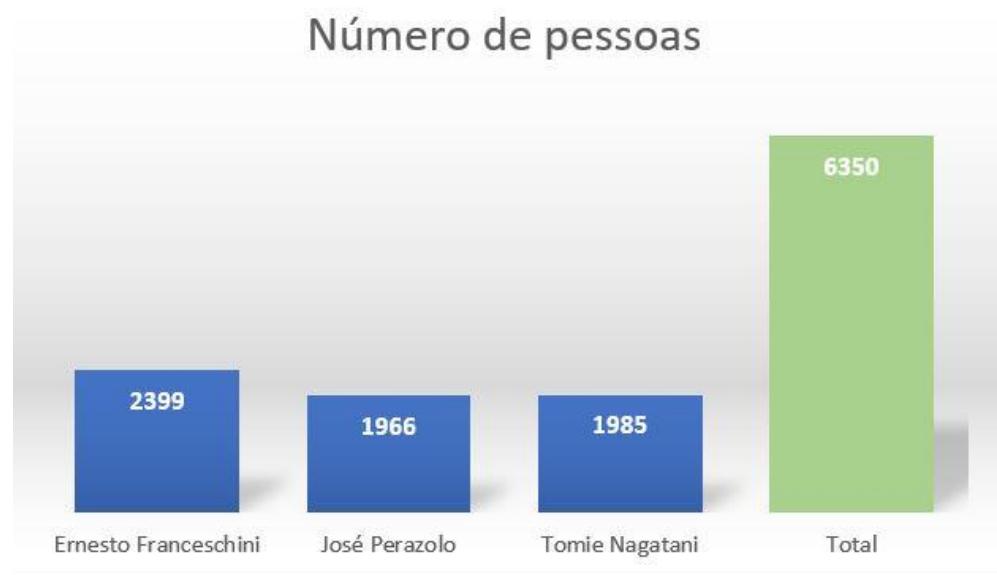
Gráfico 1 – Número de moradias por conjunto habitacional



Fonte: Cadastro Único, 2022

Quanto a população que reside nos conjuntos habitacionais, em 2022 va 6350 pessoas, das quais 1966 estavam localizadas no Conjunto Habitacional José Perazolo, 1985 no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani e 2399 no Conjunto Habitacional Ernesto Franceschini (gráfico 2).

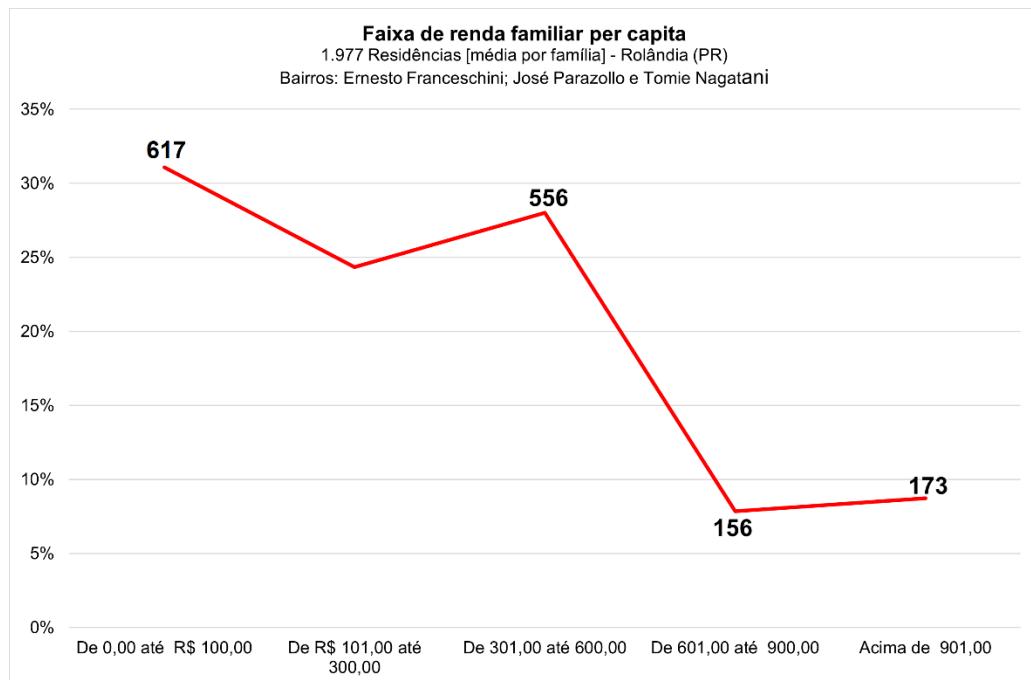
Gráfico 2 – Número de pessoas por conjunto habitacional



Fonte: Cadastro Único, 2022

O primeiro ponto a ser destacado quanto a população dos conjuntos habitacionais é a renda, tanto familiar como *per capita*. Por meio de dados obtidos no Cadastro Único, junto a Secretaria de Serviço Social do município, foi possível criar gráficos que apontem a renda das 1977 famílias que residiam nos conjuntos até 2022 (gráfico 3).

Gráfico 3 – Faixa de renda per capita



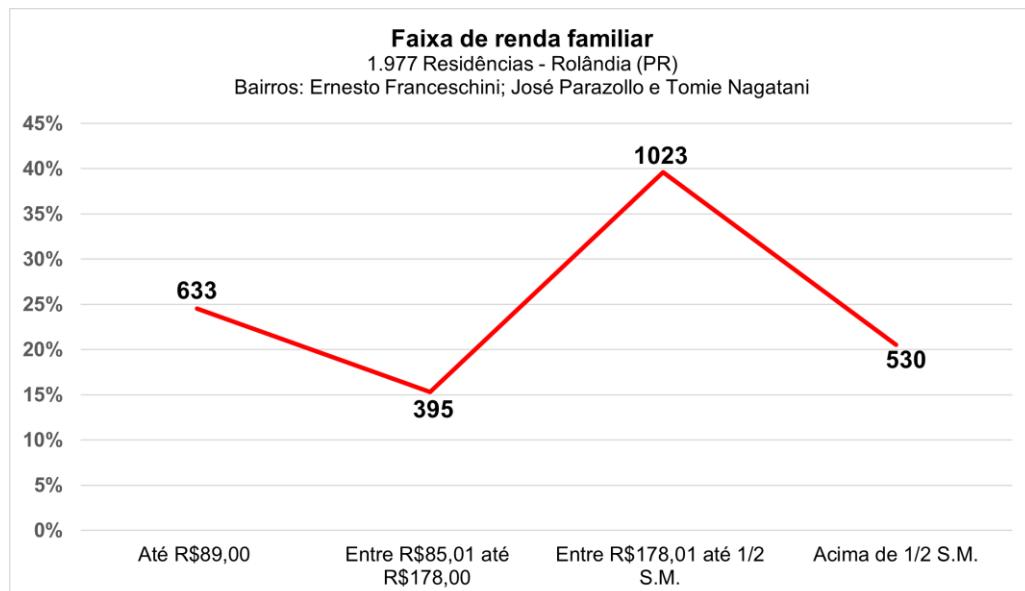
Fonte: Cadastro Único, 2022

No gráfico 3 é expressivo o número de 617 famílias com a renda *per capita* de até R\$ 100,00, sendo que a média de pessoas por residência não ultrapassa quatro pessoas. Porém em se tratando da renda de até R\$ 300,00 ou R\$ 600,00 pode-se inferir que a mesma ainda é muito baixa quando é colocado no papel os gastos mensais básicos para o sustento de uma família, envolvendo saúde, alimentação, transporte, quitação de contas e afins.

A faixa de renda familiar geral também ajuda na caracterização econômica dos moradores dos conjuntos. Para a criação dos gráficos foram utilizados assim como no gráfico anterior, dados referentes ao Cadastro Único, realizado no ano de 2022.

Nesse gráfico 4 a classificação que apresenta um maior número de famílias enquadradas, é a de entre R\$ 178,01 até ½ salários mínimos. É importante ressaltar que as outras classificações do gráfico, não apresentam grandes valores capazes ultrapassar dois salários mínimos, deixando claro que os dados obtidos das 1977 residências, estão falando de famílias que apresentam um menor poder aquisitivo.

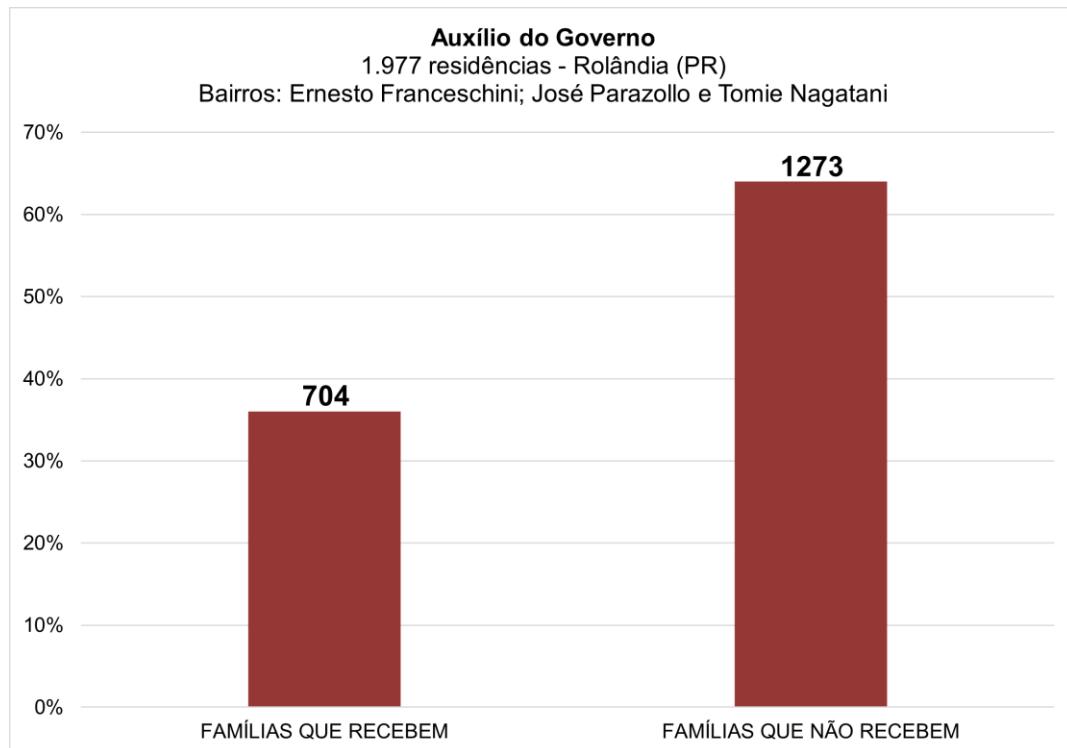
Gráfico 4 – Faixa de renda familiar geral



Fonte: Cadastro Único, 2022

O gráfico 5 destaca o número de famílias que recebem algum auxílio do governo, onde 1273 pessoas declararam não receber nenhum tipo de auxílio e 704 disseram receber algum tipo de auxílio.

Gráfico 5 – Famílias que recebem ou não algum auxílio do governo

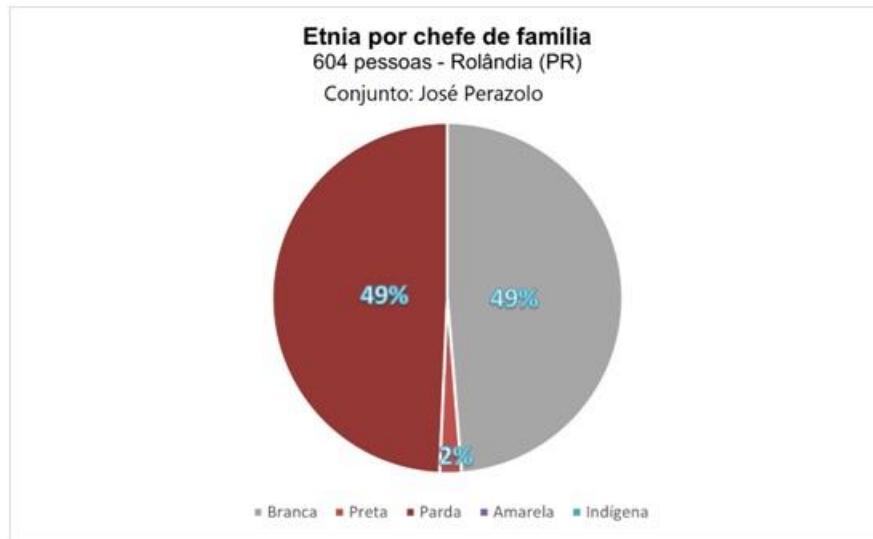


Fonte: Cadastro Único, 2022

Esses dados já evidenciam que os moradores dos três conjuntos atendidos pelo CRAS, em algum nível, estão em condição de vulnerabilidade social. Sendo assim, a discussão de segregação vivenciada por esses moradores tornou-se possível a partir de outros dados do Cad-Único e das entrevistas.

O mais antigo dos conjuntos habitacionais, o José Perazolo, fundado em 2013, apresenta um número total de 604 chefes de família, sendo 49% da etnia branca, 49% da etnia parda e 2% da etnia preta. Etnias como amarela e indígena não apareceram nas respostas (gráfico 6).

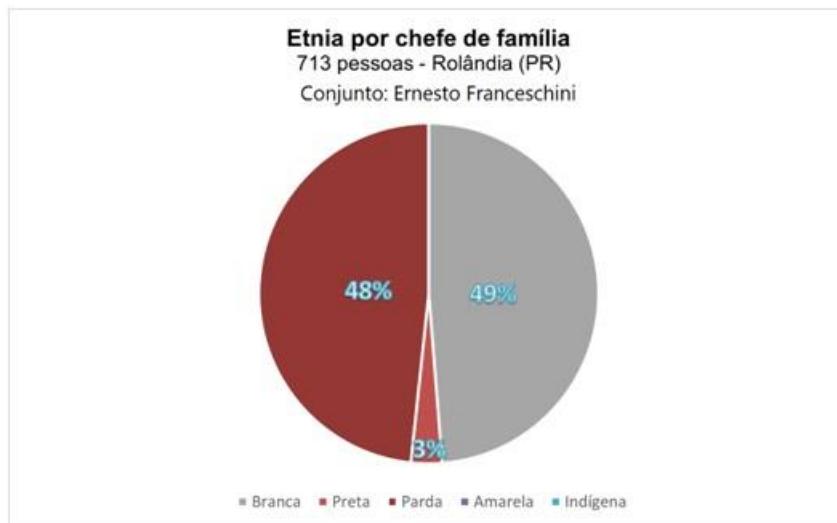
Gráfico 6 – Etnia por chefe de família no Conjunto Habitacional José Perazolo



Fonte: Cadastro Único da cidade de Rolândia, 2022

Quando ao conjunto habitacional Ernesto Franceschini, o mesmo apresentou uma população de brancos maior do que de pardos, chegando a 49% da população total do conjunto. O restante dos moradores declararam pertencer a etnia parda com 48% e outros 3% pertencentes a etnia preta. E assim como no conjunto José Perazolo, não apresentou moradores que se autodeclararam das etnias indígena e amarela.

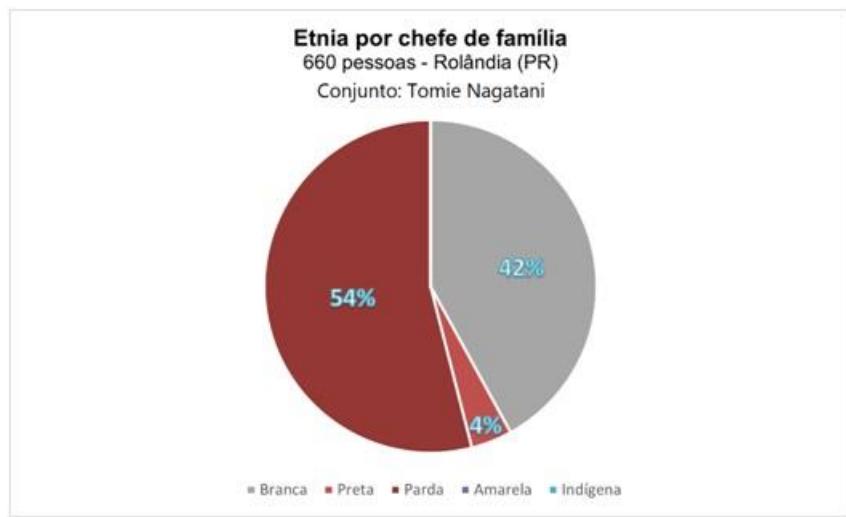
Gráfico 7 – Etnia por chefe de família no Conjunto Habitacional Ernesto Franceschini



Fonte: Cadastro Único da cidade de Rolândia, 2022

Por último temos o conjunto habitacional Tomie Nagatani, com um total de 660 chefes de família, sendo que 54% se autodeclararam pardos, 4% pretos e 42% brancos (gráfico 8). Dentre os três conjuntos, o Tomie Nagatani foi o que apresentou a maior população de pretos e pardos.

Gráfico 8 – Etnia por chefe de família no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani



Fonte: Cadastro Único da cidade de Rolândia, 2022

É importante realizar esses apontamentos por contribuir na caracterização da população quanto a etnia. Vale ressaltar dois pontos importantes, o primeiro é que ao realizar a pesquisa para o Cadastro Único, foi perguntado a etnia de todas as pessoas da residência, mas infelizmente não foi contabilizado o número de etnias em cada moradia, e outro ponto é que ao analisar a população impactada com a segregação racial, são levados em consideração moradores autodeclarados pardos e pretos.

Outro dado importante na caracterização da segregação racial nos conjuntos escolhidos para a pesquisa diz respeito as mulheres chefes de família. Segundo o IPEA em uma pesquisa realizada no ano de 2018, 48,7% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, e 63% dessas mulheres são negras.

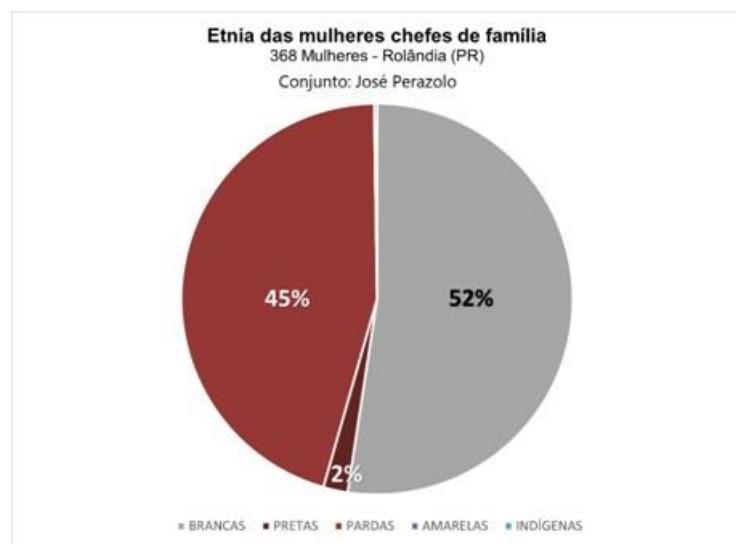
Esses dados evidenciam que cada vez mais, mulheres estão chefiando lares no país, sem a presença de um parceiro do sexo masculino, seja por divórcio, independência ou qualquer outro motivo que leve a esse caso.

Agora quando esse dado é analisado visando o racismo no Brasil, é importante dizer que segundo a Organização TETO Brasil, no ano de 2016 o país registrou um total de 70% de moradores negros em periferias e que os mesmos são 78% entre os mais pobres do país. Ou seja, a concentração de negros na periferia diz sobre a população segregada de forma social e racial, que enfrentam um problema estrutural.

Trazendo os dados dos conjuntos do recorte espacial (gráfico 9), é possível verificar que os dados apresentados acima podem ser confirmados e que mesmo os números de mulheres brancas chefes de família sendo elevados, a problemática se mantém.

O conjunto habitacional José Perazolo apresentou um dado diferente dos outros dois, pois nesse caso o número de mulheres brancas alcançou um total de 52%, e foi superior ao número de mulheres pretas e partas, 45% e 2% respectivamente. Porém os números não são tão discrepantes, pois considerando uma população negra, formada por pessoas pretas e partas, os números chegam a 48%, um número não tão distante os outros 52% de mulheres autodeclaradas brancas.

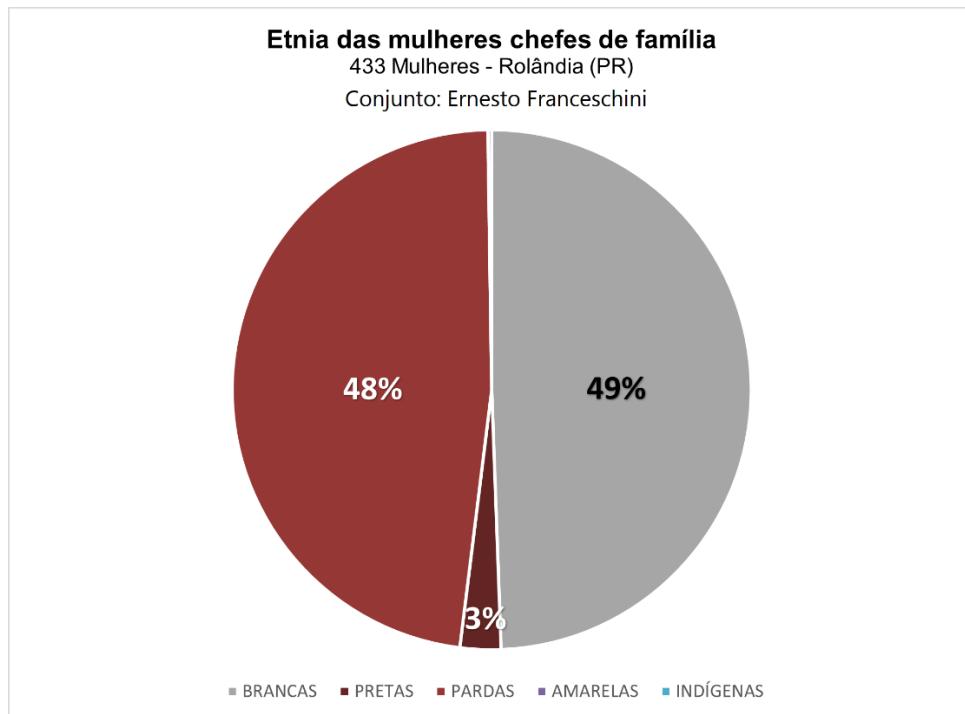
Gráfico 9 – Etnia por chefe mulher família no Conjunto Habitacional José Perazolo



Fonte: Cadastro Único da cidade de Rolândia, 2022

No conjunto Ernesto Franceschini, somando pardas e pretas, o número ultrapassa o total de brancas no conjunto. Nesse caso, 49% das mulheres se autodeclararam brancas, 48% pardas e 3% pretas (gráfico 10).

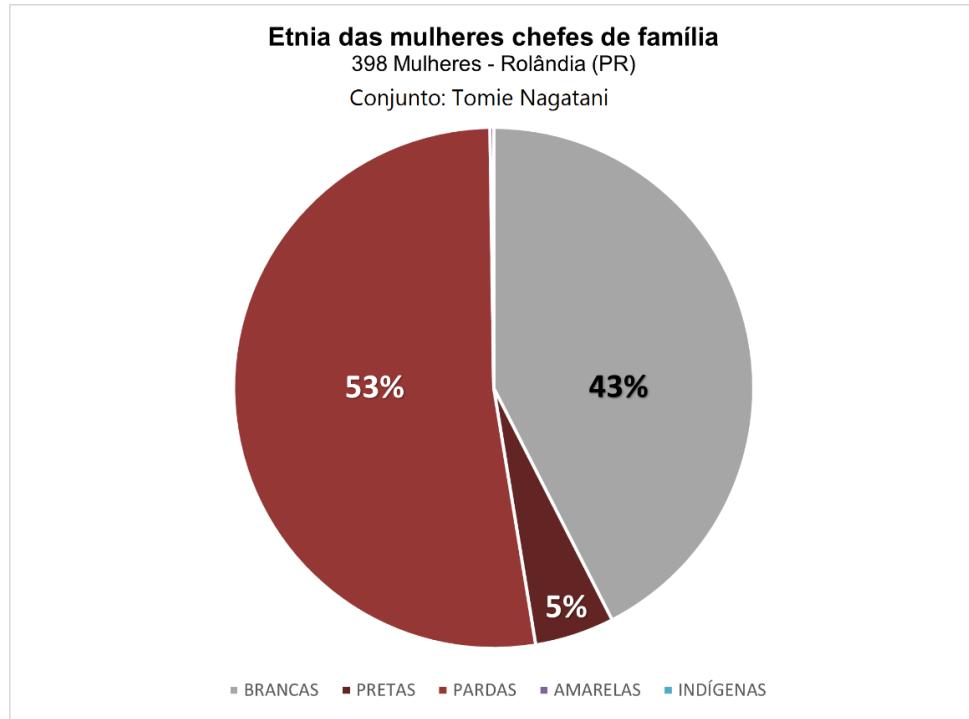
Gráfico 10 – Etnia por chefe mulher família no Conjunto Habitacional Ernesto Franceschini



Fonte: Cadastro Único da cidade de Rolândia, 2022

Já no conjunto Tomie Nagatani, foi possível contabilizar o maior número de mulheres autodeclaradas pretas (5%) e pardas (53%) entre os três conjuntos, assim como nos dados obtidos dos chefes de família de ambos os sexos (gráfico 11).

Gráfico 11 – Etnia por chefe mulher família no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani



Fonte: Cadastro Único da cidade de Rolândia, 2022

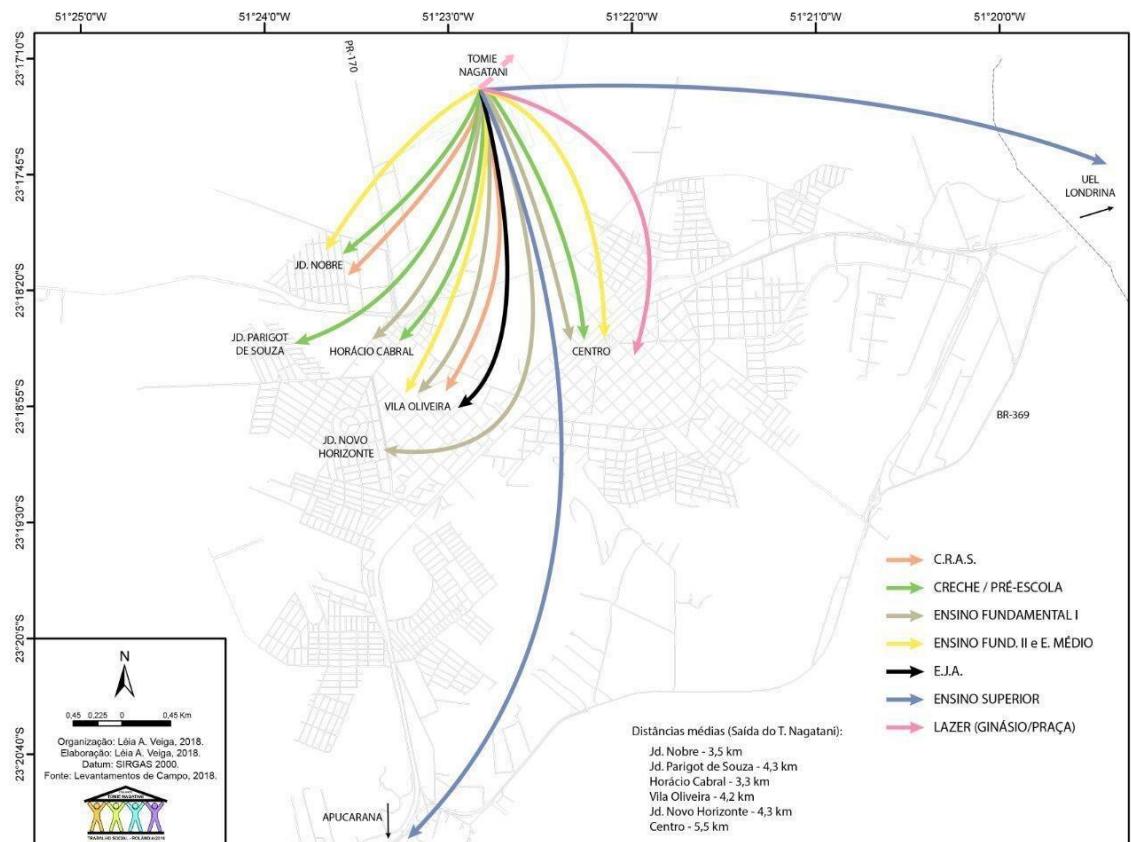
Os dados abrangem o número total de pessoas de cada etnia por conjunto habitacional, e junto com esses dados a discussão da concentração de pretos, mulheres pretas chefes de família e pobres na periferia também foram incrementados para uma melhor compreensão da discussão acerca da questão racial.

Mas foi no processo de ouvir as famílias negras que dificuldades enfrentadas no cotidiano foram desveladas em meio a entrevista. E em meio as falas dessas famílias negras, foi possível categorizar da seguinte forma: acesso a serviços públicos; violência tráfico e ação da polícia; e as demandas.

#### 3.4.1 O acesso aos serviços públicos

Em se tratando da acessibilidade aos serviços públicos, a figura 18, evidencia as longas distâncias dos equipamentos urbanos disponíveis na cidade, para os conjuntos habitacionais José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani.

Figura 18 – Representação de distâncias de equipamentos urbanos em relação ao conjunto Tomie Nagatani



Fonte: Carol Berger, 2021

Olhando tantas setas coloridas em direções tão opostas, fica notório como os conjuntos carecem de equipamentos urbanos. E esse fator se torna ainda mais chocante quando pensamos que um bairro como o Perazolo completa 10 anos em 2023.

A respeito do deslocamento dos conjuntos habitacionais para outros pontos da cidade, os moradores utilizam carros e motos como principais meios de transporte. Esse fato é interessante, pois no Plano Diretor do município de Rolândia de 2018, o número de pessoas que utilizam bicicleta como transporte para estudo ou trabalho é de 19,65%. Porém cabe ressaltar que a ciclovia não perpassa por todos os bairros da cidade, e os três conjuntos estão muito longe de serem contemplados com esse serviço.

Deste modo outro transporte viável para a população seria o transporte público, principalmente para os estudantes, porém em entrevistas com mais de uma família, foram relatados grandes problemas com o mesmo.

“Aqui o ônibus passa de 1 em 1 hora, e aos finais de semana de 2 em 2, então preciso sair de casa bem cedo para chegar no meu curso técnico, aí arrumo algum compromisso lá pelo centro como pagar as contas de casa. Se eu perder o ônibus aí já era, perco tudo o que marquei no dia, em casa não temos carro” (Família B)

O fato de muitos moradores não terem um transporte particular, ou só utilizar o transporte particular aos finais de semana, expõe ainda mais a falta de infraestrutura quanto ao transporte público nos conjuntos, pois em todas as entrevistas quando perguntado sobre transporte público, até mesmo quem não usava, tinha reclamações, por que já haviam utilizado em algum momento.

Diferente de algumas dificuldades enfrentadas por algumas faixas etárias, como o problema envolvendo a coleta de lixo, que é uma preocupação exclusiva de adultos e alguns adolescentes, o problema com o transporte público abarca praticamente todos os moradores.

Entre os entrevistados, a maior reclamação a respeito do transporte se voltou para ao acesso à educação.

“Minhas crianças usam o ônibus todos os dias para ir estudar e eu uso o busão da firma. Saímos de casa 6:50 e vamos para a avenida esperar o ônibus passar.” (Família P)

“Além de ser demorado pra caramba, tem outro problema né, as vezes o ônibus atrasa e as crianças chegam atrasadas no colégio, já aconteceu várias vezes das minhas crianças perderem alguma prova por isso.” (Família B)

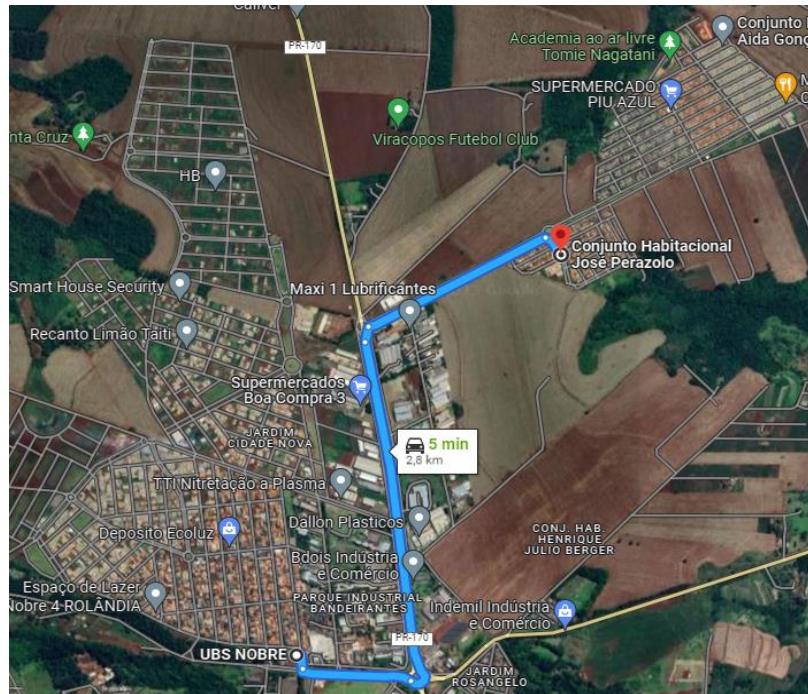
Uma das residências indicadas para realização da entrevista chamou atenção em vários aspectos relacionados a segregação, e por conta disso a entrevista irá aparecer em mais de uma categoria dos problemas que serão apresentados.

Na Família L, conheci uma mulher negra, que mora sozinha a cerca de cinco anos e sofre de paralisia infantil. A mesma utiliza uma cadeira de rodas motorizada para se locomover pelas ruas do Conjunto Habitacional Tomie Nagatani e quando perguntado sobre as dificuldades enfrentadas, a primeira apontada pela moradora foi justamente relacionado ao transporte público nos conjuntos habitacionais.

“Eu moro sozinha, quando preciso fazer alguma coisa como pagar uma conta acabo pagando aqui no bairro, na farmácia que recebe, mas não consigo ir no centro. A maioria dos ônibus não tem elevador para cadeirante e quando tem ta quebrado ou o motorista não sabe manobrar, já desisti de tentar usar o transporte público” (Família L)

O fato dessa mulher não conseguir utilizar o transporte público, expõe a falta de infraestrutura no transporte público que atende os três conjuntos e o entorno. E esse relato dado pela moradora não é um caso isolado, pois em outra entrevista foi relatado a dificuldade no acesso ao transporte público para deslocamento a UBS, localizada no Jardim Nobre, que fica aproximadamente a 3 Km do Conjunto José Perazolo (figura 19).

Figura 19 – Trajeto realizado para ter acesso a UBS do Jardim Nobre



Fonte: Google, 2023

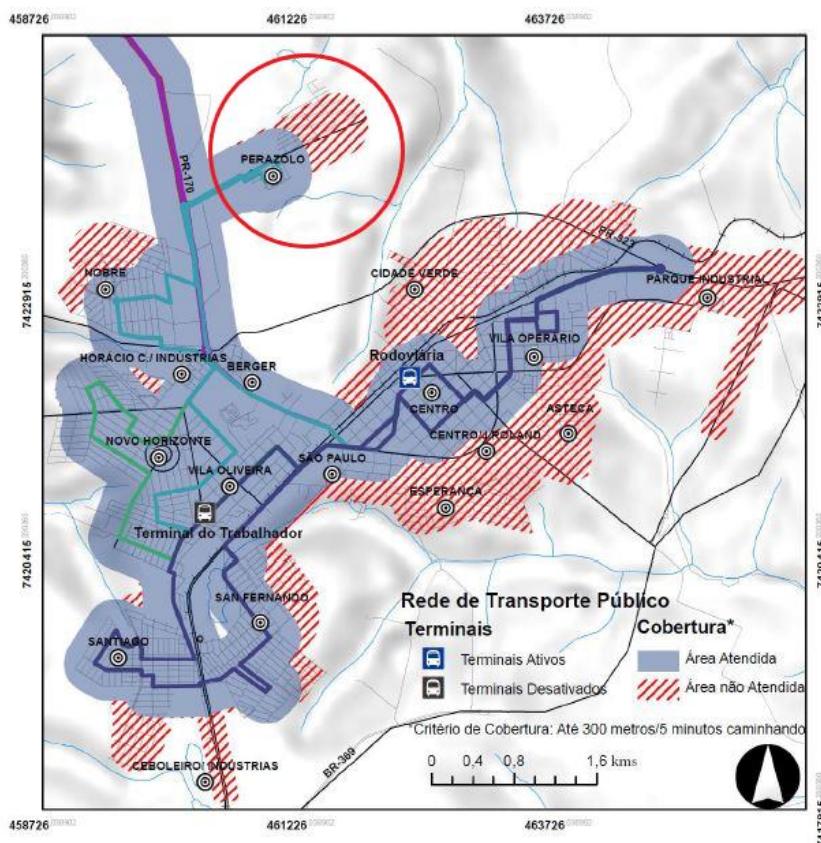
A Família L é estruturada por um casal de idosos, que moravam no distrito São Martinho e se mudaram para o conjunto Tomie Nagatani com o intuito de ficar perto dos filhos. O chefe de família tem 62 anos e contou um pouco sobre a dificuldade de acesso ao transporte público.

“Eu fiquei doente faz uns 2 anos, meu filho, estou com um herpes nas costas e sinto dor o dia inteiro. Vou 2 vezes por semana andando até o posto do Nobre, por que preciso de um acompanhamento do médico no tratamento dessa ferida aqui. Eu até posso esperar o ônibus, mas demora muito e tem vez que atrasa mais de uma hora e a gente aqui nem recebe satisfação. O caminho é longo, mas é o que tem né?” (Família L)

O caso da Família L é só um dos diversos exemplos relacionados a falta de mobilidade urbana. É possível afirmar que os problemas dos conjuntos estão todos “amarrados”, onde um problema leva a outro. Por exemplo, a falta de mobilidade urbana interfere no acesso a saúde, que logo pode acarretar a problemas de saúde relacionados principalmente com os mais idosos ou deficientes.

No ano de 2018, a prefeitura do município lançou o Plano de Mobilidade Urbana, sendo esse o mais recente até então, nele é possível observar a cobertura do transporte público na cidade de Rolândia-PR. Na figura 20 o círculo vermelho destaca a área onde os três conjuntos estão localizados.

Figura 20 – Representação da área de atendimento do transporte público de Rolândia-PR em 2018



Fonte: Itedes, 2018

É possível observar que até o ano de 2018 somente o Conjunto Habitacional José Perazolo era atendido pelo transporte público da cidade. Porém ao realizar os campos para coletar dados para a dissertação, foi possível ver pontos de ônibus espalhados em algumas ruas dos conjuntos.

É importante frisar que mesmo com novos pontos de ônibus, eles não contemplam a população, pois a maioria dos moradores precisa se deslocar alguns quarteirões para pegar o transporte público e alguns pontos não tem cobertura para que as pessoas possam se proteger do sol e da chuva.

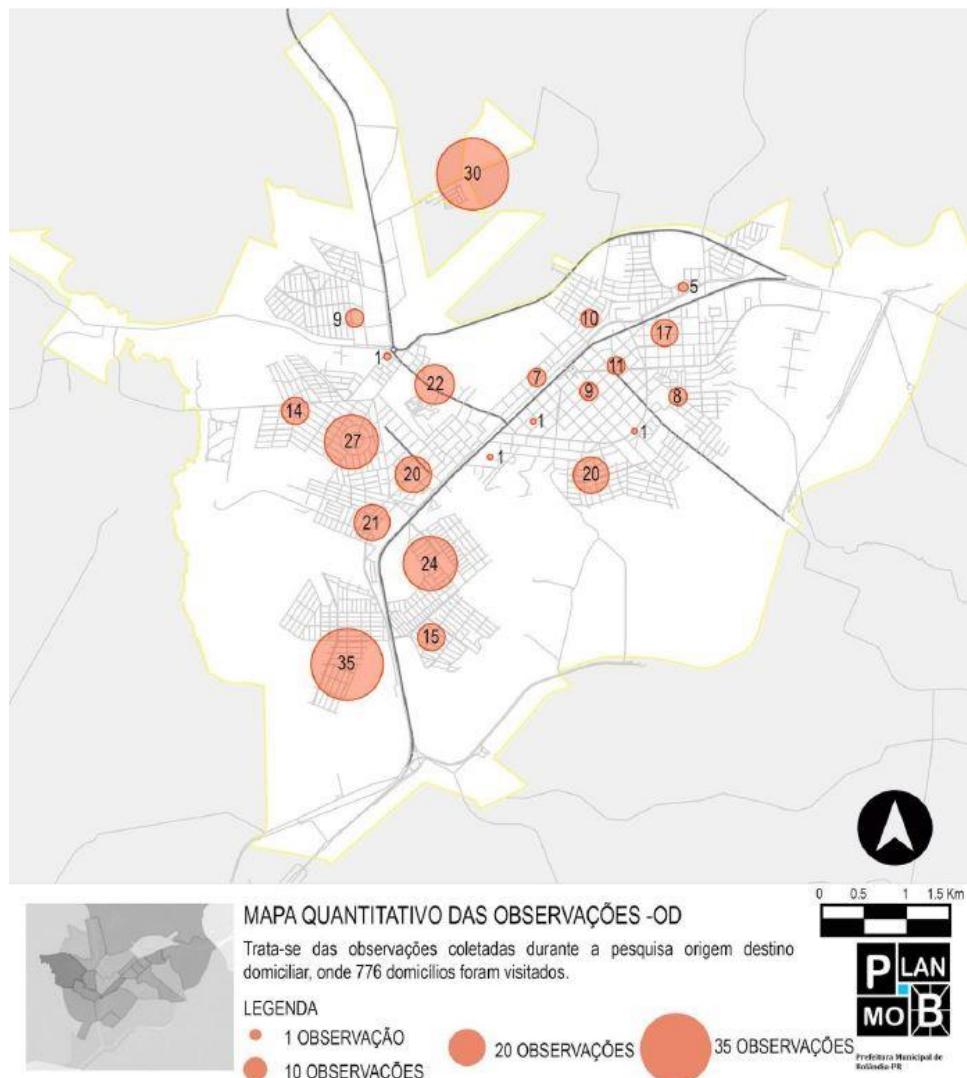
Durante a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Rolândia-PR, a equipe técnica buscou informações com a população da cidade com o intuito de inserir a mesma na discussão do novo planejamento. Para que isso fosse possível, foram aplicados questionários em várias áreas da cidade, perguntando para as pessoas o local em que residiam e quais trajetos os mesmos realizavam durante o dia. Por meio dos dados coletados foi possível verificar quais localidades possuíam maior urgência nas reivindicações quanto a mobilidade urbana e quais eram os assuntos dominantes (figura 21).

Na figura 21 foram contabilizadas as observações dadas pela população. É possível visualizar a concentração de observações nos bairros mais afastados do centro da cidade, e quando pensamos nos conjuntos José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani, os dados condizem diretamente com a narrativa apresentada pelos entrevistados.

Quanto as reivindicações, elas foram classificadas em sete categorias, sendo elas: (1) ônibus, (2) segurança do pedestre, (3) Manutenção da via, (4) construção ou melhoria na ciclovia, (5) construção de estacionamentos, (6) excesso do fluxo de caminhões e (7) falta de lazer.

Nas entrevistas foi relatada pela população a falta de uma ciclovia, junto com a necessidade de implementação de mais linhas de ônibus ou melhorias nos mesmos. Cabe também ressaltar que também foi relatado o excesso de fluxo de caminhões, pois como os conjuntos ficam na saída para o distrito de São Martinho e existe um grande número de empresas nesse trajeto, o fluxo de caminhões é um problema, tanto para a segurança de pedestres e manutenção da via que é desgastada constantemente.

Figura 21 - Representação das observações e reivindicações da mobilidade pela população



Fonte: Itedes, 2018

Partindo para outro problema relatado pelos moradores em relação a dificuldade de acesso aos serviços públicos e equipamentos urbanos, a educação tanto em níveis básicos ou superiores, é vista pelos moradores como de difícil acesso.

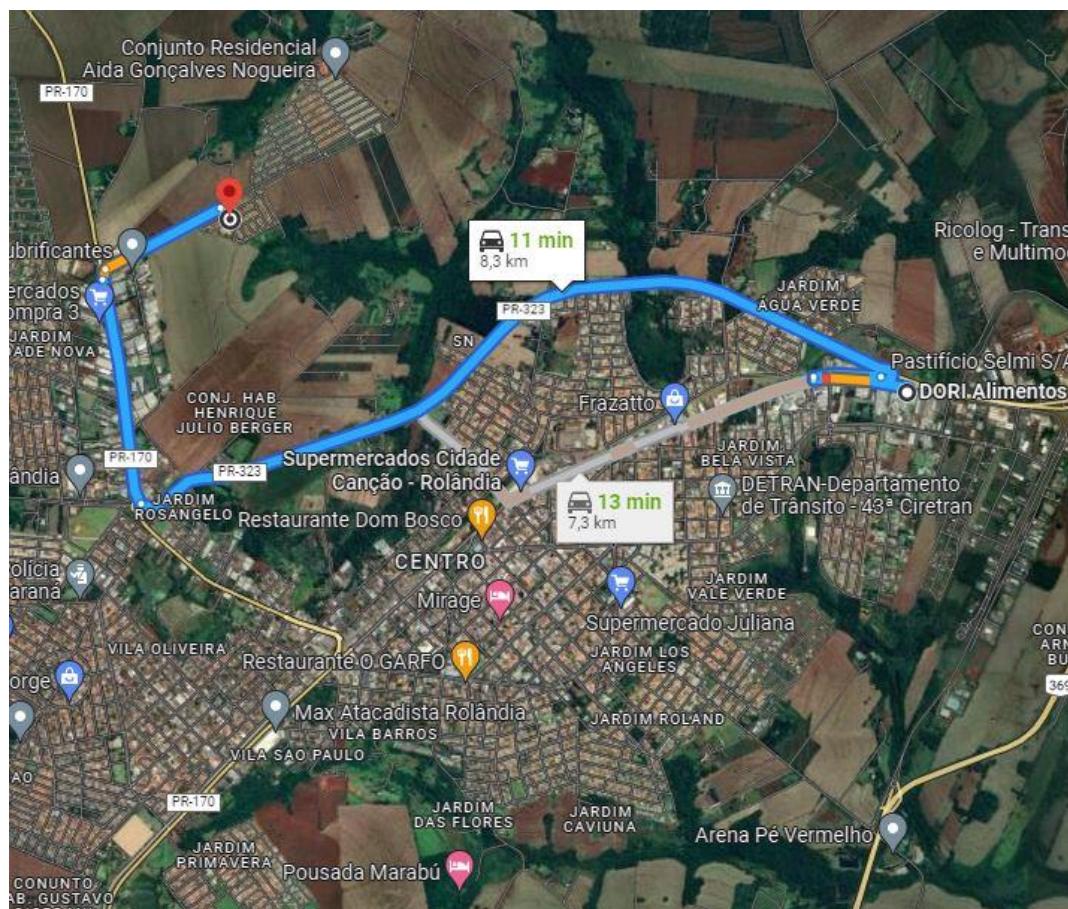
Como já foi dito anteriormente, os moradores dos conjuntos em sua maioria trabalham em outras localidades de Rolândia ou em outras cidades ao entorno. Mas quando pensamos nos filhos desses moradores, os mesmos precisam frequentar uma creche ou uma escola.

A distância de estabelecimentos de ensino e de creches que abrangem em um raio de 3Km, tem obrigado os moradores se deslocarem para outros bairros,

ocasionando assim um problema, esse relacionado novamente com a mobilidade urbana, mas também com o difícil acesso a educação.

Na entrevista realizada com a Família G, encontrei uma residência com quatro pessoas, sendo uma mãe, um pai e duas filhas menores de idade, uma com 5 anos de idade e outra com 13 anos de idade. O pai se desloca todos os dias para trabalhar na Dori Alimentos, uma empresa que fica cerca de 8,3Km do Jardim José Perazolo, na cidade de Rolândia-PR (figura 22). Na entrevista o pai da família contou que todos os dias leva a filha mais nova na creche e após deixa-la, leva a outra filha de 13 anos no Colégio Souza Naves, localizado no centro da cidade de Rolândia.

Figura 22 – Trajeto realizado do Conjunto Habitacional Perazolo até a Dori Alimentos



Fonte: Google, 2023

São aspectos como esses que conseguem fazer a segregação se tornar algo visível e próximo a nossa realidade. Cabe aqui dizer que possivelmente os problemas relacionados a educação infantil (figura, 23), no acesso a uma creche, serão solucionados, como relata a mãe da Família G.

“Meu marido leva minhas filhas todos os dias antes de trabalhar e é muito longe, sabe. Mas agora graças a Deus o prefeito deu início a obra da creche

do bairro, acho que ano que vem minha menina já consegue entrar nela” (Família G)

O ponto aqui não é a construção da creche e o quanto é benéfico a população, disso todos sabem, mas sim pensar o quanto demorou para que uma creche fosse construída e pudesse contemplar 6350 pessoas.

Figura 23 – Obra da Creche do Perazolo



Fonte: Rafael de Souza, 2023

A Família I também ajuda na compreensão da segregação socioespacial, mas dessa vez aparece outro fator, a questão racial. A família é estruturada por um casal de idosos e uma filha de 25 anos de idade, mãe solteira de um menino de 4 ano de idade.

“Eu trabalho no Boticário ali no centro, vou todos os dias de ônibus até a rodoviária e depois andando até a loja. Meu menino ficava com minha mãe até uma certa idade, mas esse ano eu quis colocar ele em uma escolinha aqui no centro, mas quando fui fazer a matrícula e perguntaram meu endereço e falei que morava no Franceschini, a pessoa que me atendeu olhou meu filho por completo e disse que a gente não se encaixava no perfil dos alunos. Tenho certeza que ela olhou para a cor da pele do meu filho e pensou que eu não tinha dinheiro para pagar a escola também.”

Durante as 20 entrevistas realizadas para a dissertação, somente 8 famílias negras citaram a palavra preconceito ou racismo. A partir das minhas vivências nos campos realizados, notei que os moradores dos conjuntos têm muitos pontos para destacar sobre os conjuntos e suas experiências na cidade de Rolândia, mas os mesmos não enxergam a questão racial como um fator predominante para a segregação e alguns acontecimentos em suas vidas.

Essas pessoas se sentem segregadas, pois sentem no cotidiano diversas dificuldades. O que acontece quanto a questão racial, é que assim como muitos brasileiros, os moradores não se reconhecem como negros. Cabe aqui colocar uma fala de um integrante da família C.

“Não acho que as coisas no bairro vão mudar para melhor, uma coisa ou outra chega as vezes. E falar que a gente ta em uma condição inferior a outros bairros é fácil de perceber, mas não acho que tem a ver com a cor da pele como muita gente fala que acontece no país, aqui é um pouco diferente” (Família C)

O morador nesse caso não se reconhece como negro, mesmo sendo um e seus pais tendo uma pele mais retinta. A questão maior aqui é: o acesso aos equipamentos urbanos e serviços públicos está também atrelada a questão racial, fato que pode ser afirmado pela concentração de pretos e pardos nos três conjuntos e nas dificuldades relatadas nas entrevistas, mesmo que alguns moradores não se enxerguem como negros.

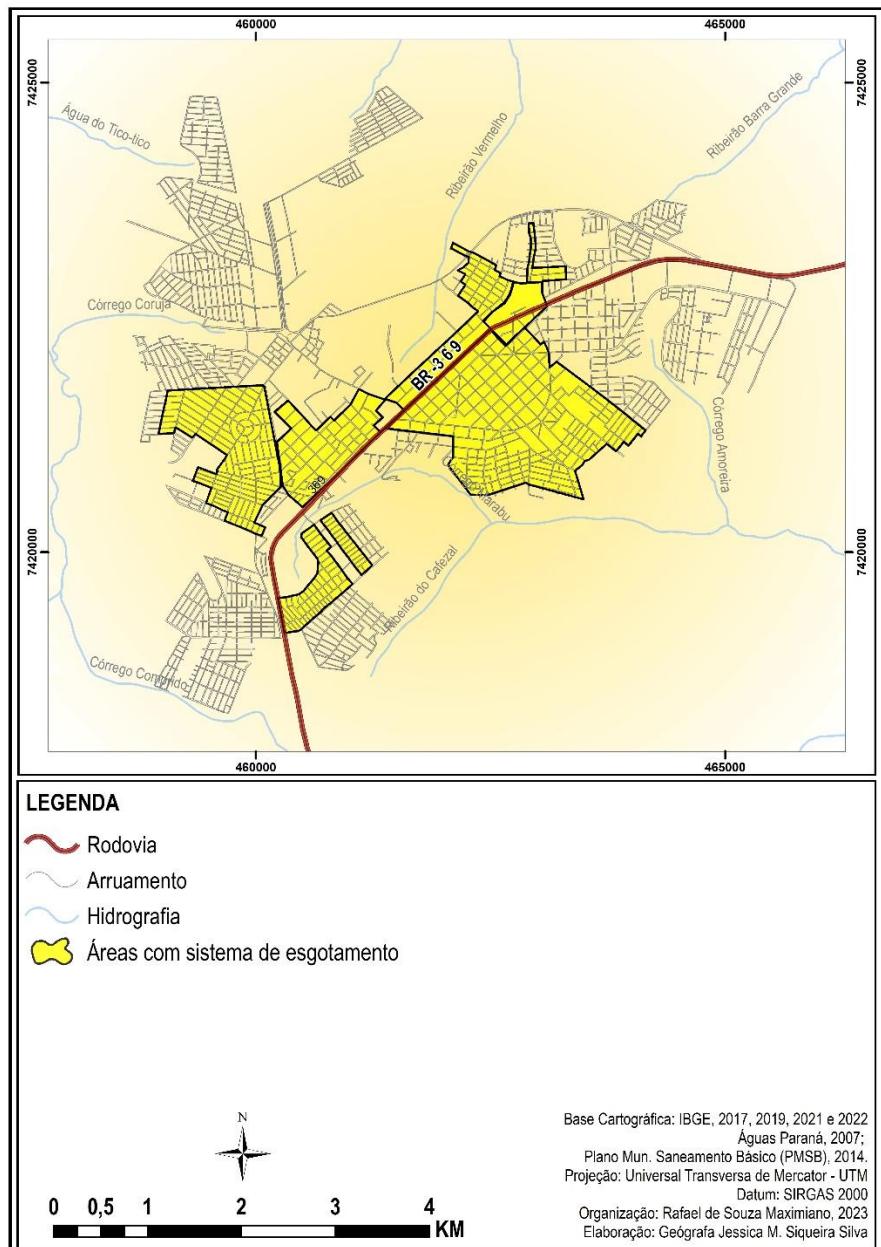
Para finalizar esse subtópico, outra discussão que apareceu constantemente nas entrevistas, foi a questão do saneamento básico e da coleta de lixo.

“Difícil também é a coleta do lixo, a gente já se acostumou com os dias, mas no começo era complicado por que os caminhões só passavam na avenida principal, então a gente precisava andar muito para jogar, aí se a gente perdia o horário, o lixo ficava la fedendo por mais dois dias. Sem contar que tem um povo que jogar o lixo nos terrenos baldios, mesmo tendo a coleta do lixo passando mais certinha agora” (Família B)

“Já teve fez da prefeitura começar um reparo na rede de esgoto e deixa o buraco aberto na rua por mais de duas semanas. O cheiro de merda era insuportável, e nem adiantava ligar na prefeitura, eles só pediam para aguardar ou fazer uma reclamação no site da prefeitura.” (Família D)

Na figura 24 as áreas atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário da cidade de Rolândia – PR. A última atualização nos dados quanto ao saneamento básico foi no ano de 2014, sendo assim os três conjuntos não são contemplados, pois os mesmos foram construídos depois de 2013.

Figura 24 – Bairros contemplados pelo saneamento básico na cidade de Rolândia - PR



Elaboração: SILVA, J. M. S. (2023)

Agora fazendo correlação com o próximo subtópico no qual será discutida a ação do tráfico nos três conjuntos, na Família C, os moradores deram um relato, unindo a questão do lixo nos conjuntos, com o tráfico.

“Aqui o comando (crime organizado/traficantes) cuida mais do bairro do que os policiais, quando tem alguma festa do bairro igual o dia das crianças desse ano, eles pagam R\$ 150,00 para a criança que trouxer o saco com mais lixo no final da festa. Eu vejo isso como uma forma de incentivar as crianças a cuidarem do bairro e terem um dinheirinho né?” (Família C)

Aqui podemos afirmar algumas coisas e levantar outras discussões. Podemos afirmar que os moradores em sua maioria preservam os conjuntos, por que ali é seu lugar, e podemos levantar a discussão quanto ao papel realizado pelos traficantes dos conjuntos, que substituem o estado que se mostra ausente e invisibiliza a população.

### 3.4.2 Violência, tráfico e a ação da polícia

“Eu não gosto dos meninos que ficam no começo do conjunto(traficantes), não acho certo o que eles fazem, mas nunca mexeram com os moradores daqui e quem vem de fora e tenta fazer algo aqui primeiro passa por eles” (Família G)

Essa fala de uma moradora da Família G, diz muito sobre a relação dos moradores com o tráfico de drogas. Não quero dizer que os moradores tenham uma relação direta com quem faz parte do crime organizado como o PCC, que atua nos conjuntos, mas as pessoas convivem no mesmo território.

Na cidade de Rolândia-PR, o Conjunto Habitacional José Perazolo é conhecido pelo tráfico de drogas, e talvez essa imagem foi difundida por conta dos inúmeros casos de abordagens e confrontos envolvendo a polícia e os traficantes que residem nos conjuntos. E sem sobra de dúvidas, por conta dos programas de televisão sensacionalistas que caracterizam o conjunto José Perazolo como um local perigoso.

Em um dos trabalhos de campo realizados, decidi que iria tentar conversar com alguma pessoa envolvida com o tráfico. Não seria difícil chegar até uma dessas pessoas, pois logo na entrada do Conjunto Habitacional José Perazolo, alguns homens ficam durante a tarde e a noite traficando em pontos estratégicos, como algumas esquinas já demarcadas como “ponto de venda”.

A abordagem foi mais tranquila do que imaginava, pois quando falei que estava desenvolvendo uma pesquisa sobre os conjuntos, os homens envolvidos no tráfico se mostraram interessados a responder, mesmo sem ter muito tempo, como um deles disse.

“Eu moro ali no Tomie e faço meu corre aqui no Perazolo. Minha casa é financiada por aquele programa do governo e se não fosse isso tava morando com minha mãe até hoje. E como você ta vendo eu tiro meu sustento disso aqui.” (Família T)

O entrevistado ressaltou algumas vezes não ter orgulho do que faz, mas afirmava que aquela era a única forma de manter uma casa com quatro filhos.

Concordando ou não com a escolha daquele homem, consegui compreender que assim como em outras entrevistas, ele estava ali dando um jeito de sobreviver, sendo por meios legais ou não.

A Família L, já apresentada na dissertação, por meio de uma mulher negra e cadeirante, fez uma fala mostrando como seu convívio com as pessoas envolvidas no tráfico acontece.

“Não tenho ninguém para fazer as coisas para mim, eu me viro desde que minha mãe morreu. No máximo os meninos que ficam ali na frente cuidam da casa para mim quando eu saio, eles não deixam ninguém entrar na minha casa” (Família L)

A moradora afirmou não ter nenhum medo dos “meninos do tráfico”, como ela chamou durante a entrevista, e até disse que alguns deles pagam suas contas em uma farmácia do Tomie Nagatani.

Nesse caso a relação entre a moradora com os traficantes é amistosa, porém nem todas as famílias mostraram estar contentes com a ação do tráfico nos conjuntos habitacionais.

A Família M durante a entrevista citou como o crime organizado atua de forma negativa dentro do Conjunto Habitacional Tomie Nagatani.

“Aqui a gente já não tem muito o que fazer para segurar as crianças dentro de casa, ai quando elas tem algo como a pista de skate e a quadra, os meninos do tráfico tomam conta. Eu não me sinto seguro em deixar meu menino ir brincar lá A gente sempre fala o que é certo e errado, mas morro de medo dele se envolver com isso.” (Família M)

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 50,1% das pessoas envolvidas com o tráfico são crianças e adolescentes e de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança pública (Sinesp), cerca de 2300 menores de idade foram detidos por envolvimento com o tráfico de drogas.

Fazendo um paralelo com a realidade encontrada nos conjuntos José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani, onde o tráfico é realizado em sua maioria por adultos e adolescentes, podemos afirmar que existem diversos fatores que levam os jovens a se envolverem com o tráfico.

A falta de oportunidades, estando principalmente relacionada a educação e acesso a políticas públicas é o principal fator que condiciona esses jovens. Pois a oportunidade oferecida pelo tráfico, é o dinheiro rápido, algo que encanta qualquer pessoa.

Uma criança em condição de vulnerabilidade social, que enfrenta problemas relacionados a sua condição de segregado pouco entende sobre o que é certo ou errado quando é aliciada para o tráfico de drogas. Podemos citar como exemplo um relato obtido ainda na Família M.

“Essa molecada ai não entrou do nada, é irmão e amigo que arrasta, nenhum pai quer ver o filho correndo perigo. A criança ganha 200 conto e acha que está rico, na verdade ela só quer comprar um tênis igual o do amiguinho que viu na escola e ele não tinha”

Fiquei me perguntando qual a solução para esse problema, se seria importante uma maior ação da polícia para retirar o tráfico dos conjuntos, mas é utopia, pois o mesmo já está estruturado a anos.

Quanto a ação da polícia, os entrevistados não demonstraram confiar no serviço prestado pela polícia, dizendo que os traficantes exercem um papel de proteção maior que os policiais, e que alguns policiais fecham os olhos para as ações do tráfico nos conjuntos.

“A polícia vem aqui para passear e bater em uma molecada, só isso. Alguns policiais sabem onde é a boca e não fazem nada, tenho certeza que deve ter algum acordo entre eles, é o famoso vou fingir que não estou vendendo” (Família O)  
 “Pra que polícia? Os traficantes fazem a segurança do bairro suave, não precisa de polícia aqui não, eles não passam segurança nenhuma para o bairro.” (Família P)

Desta forma podemos ver que o Estado não passa segurança aos moradores, não exerce seu papel de combate a violência e os segregados ficam a espera de investimentos na saúde, na educação e na segurança pública.

### 3.4.3 As demandas

De todos os problemas enfrentados pelos moradores dos três conjuntos, antes de iniciar os campos não imaginei que ao conversar com as famílias, eles iriam fazer alguns pedidos. Pedidos esses relacionados a melhorias no bairro e que eles já estavam cansados de esperar.

Antes de iniciar algumas entrevistas, recebia algumas perguntas como: “para que serve essa entrevista?”, “minha resposta vai chegar na prefeitura?”, “meu nome e o que eu falei vai aparecer em algum lugar?”. E até fui perguntado por uma funcionária da Unidade de Saúde do Tomie Nagatani: “se eu falar mal do meu trabalho

e do bairro meu nome vai ser publicado?", demonstrando um receio em participar da pesquisa e dar sua opinião.

Das vivências dos moradores emergiram situações que uma pessoa que mora em outra localidade não iria ver. Podemos citar como exemplo o campo de futebol feito por alguns moradores do Conjunto Habitacional José Perazolo (figura 25).

Figura 25 – Campo de futebol construído pelos moradores



Fonte: Rafael de Souza, 2023

O campo foi construído com o intuito das crianças e adolescentes não precisarem se deslocar até a quadra no Conjunto Habitacional Tomie Nagatani (figura 26) e não entrar em contato com os traficantes que frequentam a quadra em alguns horários do dia.

Figura 26 – Pista de skate e quadra do Conjunto Tomie Nagatani



Fonte: Rafael de Souza, 2023

Essa foto representa uma das frases que mais ouvi durante as entrevistas: “aqui a gente se vira”. Porém a população que está se virando por anos solicita melhorias e construções em seus conjuntos. Podemos citar como exemplos os relatos das Famílias B e H, que traz a necessidade de um salão comunitário nos três conjuntos.

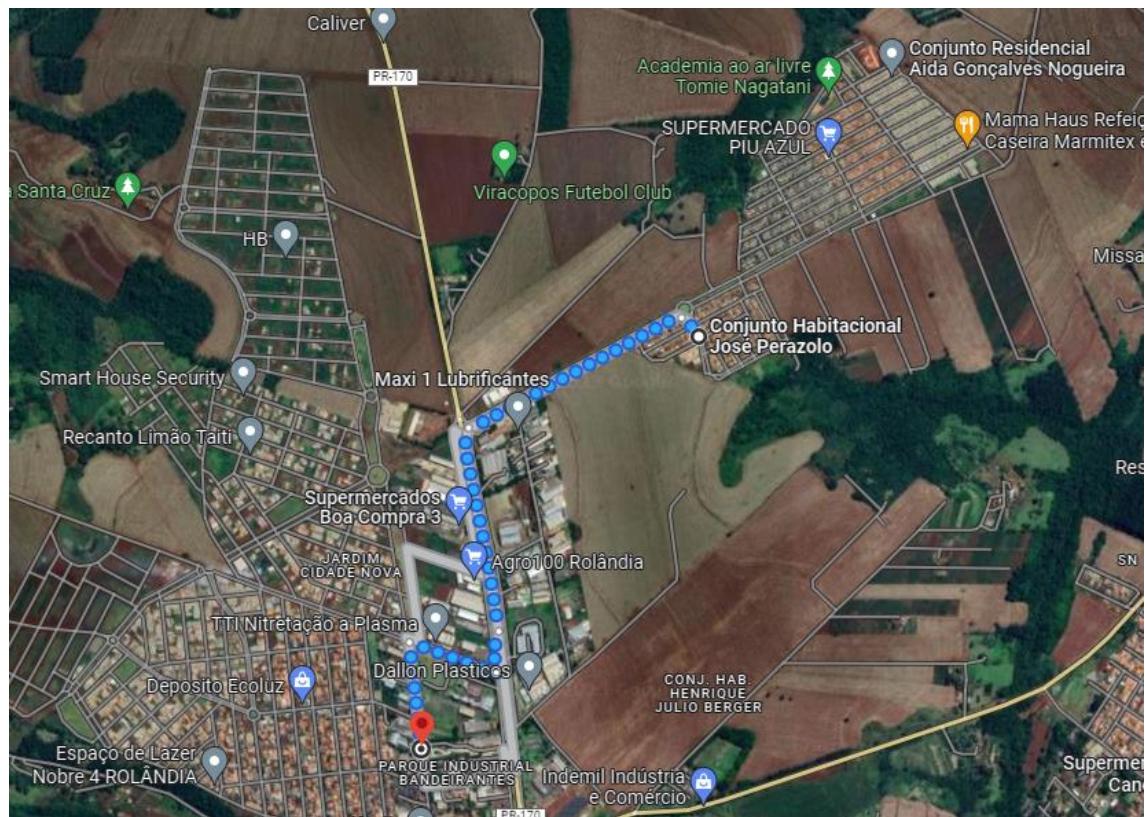
“Aqui no bairro tem muitas coisas para a gente arrumar, começando pelo o que não tem, como um salão comunitário por exemplo. As vezes as famílias só querem fazer uma festa de aniversário para as crianças e não tem lugar, ai fica complicado” (Família B)

“Tem tanta coisa para melhorar nos bairros aqui, mas acho que o principal seria construir uma escola e um salão comunitário, o povo quer fazer aniversários e umas festas e aqui não tem espaço. Imagina que levam seria um salão para o pessoal noivar ou fazer uma festa de 15 anos” (Família H)

E o relato obtido por meio da Família O, onde foi levantada a necessidade de um CRAS mais próximo aos conjuntos, pois a população é atendida pelo CRAS Luiz Picinin, localizado no Jardim Nobre, a cerca de 2,5Km de distância do Conjunto Habitacional José Perazolo (figura 27).

“Eu acho que seria muito importante construírem um CRAS e uma escola aqui no bairro, tem até uma obra de 2017 que foi abandonada depois que o prefeito foi caçado, nunca mais mexeram nas estruturas” (Família O)

Figura 27 – Trajeto do Conjunto Habitacional José Perazolo até o CRAS Luiz Picinin



Fonte: Google, 2023

No Conjunto Habitacional Tomie Nagatani, ao lado da Unidade de Saúde, se encontra uma obra que segundo a assistente social do CRAS Luiz Picinin, seria um CRAS que atenderia toda a população dos conjuntos, mas desde 2017 a obra está abandonada e toda a estrutura foi comprometida após depredações e invasões (figura 28).

Figura 28 – Obra inacabada do CRAS do Conjunto Habitacional Tomie Nagatani



Fonte: Rafael de Souza, 2022

As vivências e experiências durante os trabalhos de campo ajudaram a moldar a pesquisa e chegar até esse ponto, onde consigo afirmar que os moradores, sujeitos a segregação socioespacial e racial dão sentido aos empreendimentos do PMCMV, e em meio a tantas dificuldades, essas pessoas mantém em sua maioria a esperança de que dias melhores virão para eles e para as próximas gerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar em que medida os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, destinados à faixa 1, por meio da máquina pública, construídos na cidade de Rolândia-PR em áreas de ZEIS, têm contribuído para manutenção ou até mesmo aumento da segregação socioespacial e racial, para o acesso dos moradores aos equipamentos urbanos na cidade. Foram levantadas questões como: Quem são os segregados que residem nos conjuntos habitacionais José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani? Quais dificuldades os moradores enfrentam por residirem nos conjuntos? Como a questão racial está atrelada aos conjuntos habitacionais?

Para chegar aos resultados obtidos nessa pesquisa, foi preciso utilizar referências que pudessem estabelecer um diálogo com a realidade dos moradores, sendo essa vivênciada nos trabalhos de campos realizados no ano de 2022. Além das leituras e estrevistas realizadas foram utilizados dados do Cadastro Único, com o intuito de obter o maior número de dados possíveis dos moradores, pois seria possível em dois anos, realizar entrevistar com todos os moradores dos conjuntos habitacionais.

Quanto a estrutura dos capítulos, no capítulo um paltamos a discussão sobre os Agentes Produtores do Espaço Urbano teorizados por Roberto Lobato Correa, bem como as interações do espaço rural e espaço urbano na compreensão das dinâmicas que se dão no mesmo. Aqui também foram apresentadas as políticas públicas que em algum momento já foram vigentes no território brasileiro, traçando uma linha do tempo até chegar na política do Programa Minha Casa Minha Vida que foi responsável pela construção dos conjuntos habitacionais escolhidos para essa dissertação.

No capítulo um, foram levantadas questões relacionadas a questão racial, trazendo definições do conceito de segregação e modelos criados por teóricos, afim de explicar também, como o processo de segregação se deu no decorrer dos anos, em diferentes realidades.

O processo de formação de favelas no Brasil no período pós abolição da escravatura, contribuiu para a compreensão de um cenário que perpetua problemas diretamente atrelados, a segregação por conta de questões financeiras e o racismo como agente completamente efetivo na vida de negros que se direcionaram para as periferias. Esses fatores foram predominantes para a construção e um problema que

está enraizado no Brasil.

Outro ponto importante no primeiro capítulo foi o debate acerca da política de embranquecimento que contribuiu para a concentração de imigrantes europeus nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, com o intuito de disseminar a população branca no decorrer dos anos e aumentar o percentual de brancos no país. E por meio de dados do censo geográfico de 2010 realizado pelo IBGE e pela Plataforma Patadata, foi apresentada a distribuição das etnias no território brasileiro que contribuiram para compreender a política de embranquecimento e seus efeitos na população da Região Metropolitana de Londrina e na cidade de Rolândia-PR, que viria ser o foco da discussão do próximo capítulo.

Para a construção do capítulo dois, foi escolhido criar uma linha do tempo para que fosse possível compreender o processo de ocupação do território de Rolândia-PR, por meio da Companhia de Terras do Norte do Paraná, via colonização de alemães que se instauraram no local. Foram utilizados documentos oficiais e livros que relatavam o processo de ocupação desde a venda de propriedades, fotos que trouxeram registros da cidade em seus primeiros anos após sua fundação e relatos de pioneiros que contribuíram para a narrativa.

Porterior a isso, foi possível discorrer sobre o processo de expansão urbana da cidade de Rolândia-PR, analisando os vetores de crescimento em um período entre 1940 e 2010, onde foi discutido como o solo foi ocupado e como os bairros se desenvolveram até chegar na zona norte da cidade, elencando com os conjuntos habitacionais em áreas de ZEIS.

Quanto aos conjuntos habitacionais José Perazolo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani, no capítulo três foi feita uma caracterização dos conjuntos, destacando pontos relacionados a localização, população e número de residências. Por meio dos dados disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social do município de Rolândia, foi possível elaborar e apresentar gráficos sobre o número total de pessoas em cada conjunto habitacional, a renda per capita e a faixa de renda familiar em cada conjunto, o número total de famílias que recebem algum auxílio do Governo Federal e o número de mulheres negras chefes de família por conjunto habitacional.

Os relatos obtidos nas entrevistas com famílias negras, foram transcritos como objetivo de expor a segregação socioespacial e racial, por meio da vivência dos moradores dos conjuntos. No decorrer do capítulo foram apresentadas falar

relacionadas a problemas que envolveram a falta de infraestrutura no transporte público aos conjuntos, a dificuldade e acesso a educação e saúde, problemas quanto a coleta de lixo, ação do trâfico e o desserviço da polícia nos conjuntos.

Por meio dos relatos foi possível conhecer a realidade de alguns moradores dos conjuntos habitacionais, que em sua maioria, mesmo não se sentindo segregados, reconheciam as dificuldades ocasionadas pela distância dos equipamentos urbanos.

Por fim, podemos afirmar que nessa pesquisa, as pessoas entrevistadas puderam ter sua voz potencializada, mesmo que muitas vezes elas são invisíveis para o Estado. As vivências relatadas por 20 famílias negras, conseguiram caracterizar dados que muitas vezes não são quantificáveis e a segregação socioespacial e racial foram retratadas dando condições para que outros problemas que não eram esperados pelo pesquisador que fossem pautados.

## REFERÊNCIAS

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação, 10., 2011. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-umatecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BARTMEYER, Rosana Moraes. **Ideias de alunos sobre as origens de Rolândia:** em busca de uma aprendizagem significativa. 2007. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_rosana\\_moraes\\_bartmeyer.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosana_moraes_bartmeyer.pdf)>. Acesso em 10/01/2023

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. **Estação Liberdade**, FAPESP, São Paulo, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, n.47, março 1997, p.155.

CARDOSO, Adauto Lúcio., ARAGÃO, Thêmis Amorim. **O Programa Minha Casa MinhaVida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Mercator.ano 03, número 05, p.7-13, 2004.

**CARTILHA MINHA CASA MINHA VIDA**.2013. Disponível em: <<http://altinopolis.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/06CARTILHA-MINHA-CASA-MINHA-VIDA.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista deGeografía**, vol. VII, nº 1-2, Universidad de Barcelona, 1974, p. 19-56.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

COSTA PINTO, Luiz Aguiar. **O Negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998

FERRAZ, Camila Araújo. **Crédito, exclusão financeira e acesso à moradia: um estudo sobre refinanciamento habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida.** 2011. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/posgraducao/ppge/Camila\\_Araujo\\_Ferraz.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/posgraducao/ppge/Camila_Araujo_Ferraz.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** famílias e domicílios resultados da amostra. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2012.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **Rolandia, a terra prometida:** judeus refugiados do nazismo no norte do parana. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. . Acesso em: 25 fev. 2023.

LENCIOMI, Sandra. **Observações sobre os conceitos de cidade e urbano.** Geousp (USP), v. 24, p. 109-123, 2008.

MARCUSE, Peter. Enclaves, Sim; Guetos, Não: a segregação e o Estado. In: **Espaço e Debates.** NERU, v. 24, n. 45, p. 24-33, jun./jul., 2017.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: **Espaço e Debates.** São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul. 2004.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade.** In: Espaço e Debate. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano:** políticas sociais, acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo.** UFMT, v. VII, n. 8, p. 129-153, 2008.

PANTA, Mariana. **Relações Raciais e Segregação Urbana: Trajetórias Negras na Cidade.** 2018. Tese(Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2018

PEDRÃO F. A economia da produção social de moradia. **Revista Rua.** Salvador, v. 2, n. 2, p.19-35, 1989.

PLATAFORMA PATA. **Mapa interativo de distribuição racial no Brasil**, 2015. Página inicial. Disponível em: <<http://patadata.org/maparacial/>>. Acesso em: 06/01/2023

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Municipal**: Avaliação Temática Integrada. Rolândia: Prefeitura Municipal, 2006.

ROLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Rolândia: Prefeitura Municipal, 2014a.

ROLNIK. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras**: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro, 1989.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, 05 de março de 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>

SABATINI, Francisco. Reforma de los Mercados de Suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial. In: **Revista Eure**, Santiago, vol. 26, n. 77, mai. 1998.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. In: Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 17 de setembro de 2001, vol. VIII, num. 146(123). [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(123\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(123).htm)

SANTOS. M. **Espaço e método**. São Paulo:Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço** – técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997

SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. **Aspectos Históricos de Rolândia**. Rolândia-PR: Wa Ricieri, 2003.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa S. de Moura (orgs.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011, p. 41-62.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, n. 7, maio 1997.

SILVA, J. M. S. **Mapa de Localização do município de Rolândia e Região Imediata Geográfica (Londrina)**. Londrina: 2023. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM). DATUM: SIRGAS 2000. Escala:1: 200.000.

SILVA, J. M. S. **Mapa da Região Metropolitana de Londrina**. Londrina: 2023. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM). DATUM: SIRGAS 2000. Escala:1: 800.000.

SILVA, J. M. S. **Mapa de localização dos bairros de Rolândia (PR)**. Londrina: 2023. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM). DATUM: SIRGAS 2000. Escala:1: 45.000.

SILVA, J. M. S. **Mapa de expansão urbana por década de Rolândia (PR)**. Londrina: 2023. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM). DATUM: SIRGAS 2000. Escala:1: 45.000.

SILVA, J. M. S. **Mapa de expansão urbana por década de Rolândia (PR)**. Londrina: 2023. Projeção: Universal Transversa de Mercator (UTM). DATUM: SIRGAS 2000. Escala:1: 60.000.

TELLES, Edward. Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 24, p. 5-22, 1993.

Terceira fase do Minha Casa, Minha Vida é lançada para 2 milhões de moradias. **AgênciaBrasil**, Brasília, Publicado em 30/03/2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/terceira-fase-do-minha-casa-minha- vida-e-lancada-com-2-milhoes-de-moradias>>. Acesso em: 10/10/2020

VASCONCELOS, Pedro de A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p.75-96.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **O estado como indutor das transformações do espaço urbano da cidade de Cuiabá**. Anais - XVI Encontro nacional dos geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, jul. 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo: uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007